



BELLUM



Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

ISSN 2966-2605
e-ISSN 2966-2613

Vol.1, nº 2 - 2º Semestre de 2024



BELLUM

Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

EDITORIAL

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Div Jorge Augusto Ribeiro Cacho

Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

Cel Alex de Aguiar Dutra

Editoria

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

STen Álvaro Luiz dos Santos Alves

Conselho Editorial

Cel Fábio Fachinetti Freire, Prof. Dr. (PUC-RJ)
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz, Prof. Dr. (UFF-ULB-U. Lisboa)
Cel Marcelo Vieira de Souza Filho, Prof. Esp. (UNIRIO)
Cel Hélio Irandy Wanderley Júnior, Prof. Me. (UNIVERSO-FGV)
Ten Cel Daniel Soares Filho, Prof. Dr. (UFF)
Ten Cel Wagner Alcides de Souza, Prof. Me. (UFRJ)
2º Ten Ana Beatriz Ramos de Souza, Profa. Dra. (UERJ)
Sten Álvaro Luiz dos Santos Alves, Prof. Me. (UNIVERSO)
Johny Santana de Araújo, Prof. Dr. (UFPI)

Identidade visual

3º Sgt Tatiane Duarte (BIBLIEx)

Diagramação

3º Sgt Stéphanie Monteiro dos Santos

Editoração eletrônica – EB Revistas

2º Ten Tailane da Silva Rodrigues Marzzollo

Revisão

CEPHiMEEx

Administração e redação

CEPHiMEEx

Avenida D. Pedro II nº 383, São Cristóvão
20941-070 Rio de Janeiro-RJ

Imagem da capa

Batalha dos Guararapes (extrato), óleo sobre a tela, autor desconhecido, 1758.

Acervo do Museu Histórico Nacional.



A revista **BELLUM** é destinada a docentes, pesquisadores e estudantes de História e disciplinas afins. Tem como objetivo estimular e fomentar a discussão e o estudo de temáticas ligadas à História Militar e aos conflitos bélicos. A seleção dos artigos é baseada em critérios como: relevância, originalidade e contribuição para o progresso do conhecimento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bellum: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 2 (2º semestre), 2024. – Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural, Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2024. – 1 recurso online: il.

Semestral

Recurso digital (1 arquivo: 20,4 MB)

Formato: PDF

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader

e-ISSN 2966-2613

1. História Militar. 2. Força Expedicionária Brasileira. 3. Segunda Guerra Mundial. 4. Periódicos. I. Brasil. Exército. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. II. Título.

CDD: 940.40

CDD: 940.54

CDD: 940.5481

Ficha Catalográfica elaborada por Tailane da Silva
Rodrigues Marzzollo – Bibliotecária – CRB 7/6942

Os conceitos emitidos nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CEPHiMEEx ou do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas. Salvo expressa disposição contrária, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados, desde que mencionados o autor e a fonte.

Submissões:

revista.bellum@dphcex.eb.mil.br



SUMÁRIO

- 02** Editorial
- 05** Fontes relevantes para a história militar brasileira disponíveis em acervos de instituições sediadas na região de Washington, D.C.
Luiz Cláudio Talavera de Azeredo
- 21** Um cirurgião no front: a participação de Juscelino Kubitschek na Batalha do Túnel
Jamicel Francisco Rocha da Silva
- 35** O que é guerra: princípios basilares em uma perspectiva histórica
Cleber Almeida de Oliveira
- 57** A marcha dos 18 do Forte de Copacabana: uma revisão bibliográfica (1970-2022)
Douglas de Araújo Ramos Braga
- 75** Monte das Tabocas: o começo da derrota dos holandeses no Brasil
Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves
- 91** Intervenção da Força Expedicionária Brasileira na cidade de Susa durante a Segunda Guerra Mundial (1945)
Johnny Santana de Araújo

EDITORIAL

*"O conhecimento das partes superiores da guerra só se adquire pela experiência e pelo estudo da história das guerras e das batalhas dos grandes capitães."
(Napoleão Bonaparte)*

Prezado (a) leitor(a)

A valorização crescente dos periódicos científicos no Brasil e no cenário internacional reflete a importância da pesquisa acadêmica para o avanço do conhecimento em diversas áreas. No campo da história militar, tal contribuição se torna ainda mais evidente e relevante ao considerar os desafios contemporâneos que demandam uma compreensão profunda do passado, bem como das estratégias e táticas que moldaram o presente. Assim, a Revista Bellum se destaca como uma publicação que, em sua segunda edição, já se consolida como uma importante plataforma para a divulgação de estudos de elevada qualidade acadêmica.

Nessa perspectiva, o compromisso da Bellum com a excelência acadêmica é evidenciado pelo crescimento contínuo na escala de qualificação científica. Ao trilhar o caminho como periódico de referência, a revista não só atrai a atenção de pesquisadores de renome, mas também incentiva novos pesquisadores a apresentarem o resultado de suas investigações, enriquecendo o campo da história militar com abordagens inovadoras. Este processo de qualificação reflete a seriedade com que a revista aborda o processo editorial e a curadoria de conteúdo, garantindo que apenas artigos de elevado rigor metodológico e relevância temática integrem suas edições.

Na segunda edição da Bellum, destaca-se o fortalecimento da produção científica no campo da história militar, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. A abrangência temática dos artigos publicados, que discutem desde questões de estratégia e logística até análises mais elaboradas de batalhas e conflitos, reflete a diversidade de abordagens metodológicas e a riqueza de temas explorados. Esse fortalecimento da produção científica ultrapassa fronteiras, contribuindo para o debate global sobre a história militar e permitindo uma troca de saberes entre pesquisadores de diferentes países.

Além disso, é importante assinalar a contribuição significativa do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) nesse cenário. Ambas as instituições, comprometidas com a pesquisa, preservação e divulgação da história militar, desempenham papel crucial na produção e difusão do conhecimento científico. A Bellum, como uma das iniciativas reforçadas por essas instituições, serve como um elo vital entre o Exército e a academia, unindo esforços para promover o estudo crítico e detalhado da história militar.

A conexão entre o conhecimento acadêmico e as necessidades estraté-

gicas do país não deve ser subestimada. O desenvolvimento de uma historiografia militar robusta não apenas amplia o entendimento sobre os desafios enfrentados pelas Forças Armadas ao longo dos séculos, mas também oferece possibilidades aprimoradas para a formulação de políticas de defesa e segurança. Nesse sentido, a Revista Bellum se apresenta como uma ferramenta necessária ao contribuir para que o passado militar seja examinado e analisado à luz das mais recentes teorias e metodologias, criando uma base sólida para decisões futuras.

Ao consolidar-se no cenário acadêmico, a Bellum configura-se também como uma importante via de difusão da história militar brasileira no exterior. A abertura para contribuições internacionais e a divulgação de estudos realizados por pesquisadores brasileiros fora do país propõe uma troca rica e produtiva, que posiciona a historiografia militar brasileira em diálogo com as principais tendências globais da área. Ao fortalecer esses laços, a revista contribui não apenas para o avanço do conhecimento histórico, mas também para o reconhecimento da importância do Brasil no cenário global de estudos militares.

O presente exemplar da revista destaca-se pela variedade dos estudos e investigações produzidos por pesquisadores civis e militares, e traz seis artigos. O primeiro deles explora as fontes da historiografia militar brasileira disponíveis em acervos de instituições civis e militares na região de Washington, D.C., nos Estados Unidos. Ao longo do trabalho, são apresentadas diferentes instituições que preservam fontes históricas de variados períodos da história militar do Brasil, com dados coletados pelo autor em pesquisas presenciais e virtuais nesses acervos.

O segundo texto explora como a Polícia Militar de Minas Gerais construiu sua história com base em figuras que representam seus valores, destacando a atuação de Juscelino Kubitschek como médico-cirurgião na Revolução Constitucionalista de 1932. Ele participou da Batalha do Túnel, na Serra da Mantiqueira, um combate estratégico entre Minas Gerais e São Paulo, durante a Revolução de 1932. O trabalho investiga o impacto de suas ações no desempenho das forças mineiras e o papel histórico de Juscelino na corporação militar.

A guerra é uma constante atemporal que moldou a civilização humana, influenciando o surgimento e a queda de impérios, sistemas socioculturais e religiosos, e contribuindo para avanços tecnológicos e normativos nas relações diplomáticas e humanas. Enquadrado no campo da polemologia, o terceiro artigo realiza um complexo e multifacetado estudo com novas abordagens e especialidades, refletindo a presença ininterrupta da guerra na história, a qual, mesmo em meio a incertezas, permanece como um dos fatores decisivos da trajetória humana, seja desejado ou não.

Em 2024, celebram-se 102 anos da “Marcha dos 18 do Forte de Copacabana,” hoje preservada pelo Museu Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. A quarta pesquisa revisita a historiografia recente sobre o evento, enfocando sua relação com o movimento tenentista e as transformações políticas e econômicas do Brasil na Primeira República. O ano de 1922 é considerado um marco de mudanças e questionamentos ao sistema da época, e a análise busca inserir a Marcha dos 18 em um contexto mais amplo de transformações sociais e políticas no país.

As invasões neerlandesas no Nordeste do Brasil, promovidas pela Companhia das Índias Ocidentais no século XVII, perduraram por cerca de três décadas. Em 1645, com o apoio da Coroa portuguesa, os habitantes locais desencadearam o movimento conhecido como Insurreição Pernambucana, de resistência contra os invasores. A batalha do Monte das Tabocas, nas proximidades de Santo Antônio, deu início a essa fase decisiva do conflito, que culminou com a expulsão dos neerlandeses em 1654. O quinto artigo, elaborado a partir de fontes primárias portuguesas, contextualiza o período holandês no Brasil e analisa militarmente a batalha, ressaltando sua importância na intervenção luso-brasileira.

No início de 1945, após o avanço das forças aliadas no noroeste da Itália, ocorreu um encontro histórico entre as forças brasileiras e francesas na cidade de Susa, próxima à fronteira com a França. Comumente visto como uma reunião cordial entre aliados, o artigo que fecha a edição

da revista busca examinar as intenções francesas quanto à ocupação de Susa e o papel da Força Expedicionária Brasileira em assegurar a integridade territorial italiana, lançando luz sobre os interesses estratégicos envolvidos no evento.

Convidamos o(a) prezado(a) leitor(a) a mergulhar nas produções científicas desta edição, que trazem análises detalhadas e reflexões aprofundadas sobre temas essenciais da história militar. Cada texto representa uma oportunidade para explorar novas perspectivas, compreender os contextos e estratégias que moldaram acontecimentos decisivos e enriquecer o conhecimento sobre um campo que continua a influenciar os rumos do presente. Desejamos que esta leitura contribua significativamente para a compreensão das complexidades e legados da história militar.

O Editor.



**FONTES RELEVANTES PARA A HISTÓRIA
MILITAR BRASILEIRA DISPONÍVEIS EM
ACERVOS DE INSTITUIÇÕES SEDIADAS NA
REGIÃO DE WASHINGTON, D.C.**

Luiz Cláudio Talavera de Azeredo



Resumo: O texto aborda a existência de fontes atinentes à historiografia militar brasileira disponíveis em acervos de instituições localizadas na região da cidade de Washington, Distrito de Columbia, capital dos Estados Unidos da América. Ao longo do trabalho são apresentadas instituições, civis e militares, que possuem em seus acervos diferentes tipos de fontes históricas de distintos momentos da história militar do Brasil. Os dados apresentados ao longo do texto, foram coletados pelo autor em pesquisas presenciais ou virtuais nos acervos das instituições abordadas.

Palavras-chave: Fontes históricas, História Militar brasileira, Washington.

Abstract: The text discusses the existence of sources relating to Brazilian military historiography available in the collections of institutions located in the Washington, District of Columbia (D.C.) area, the capital of the United States of America (USA). Throughout the work, civilian and military institutions that have in their collections different types of historical sources of Brazil's military history are pointed out. The data presented along the text was collected by the author in face-to-face or virtual research in the collections of the institutions covered.

Keywords: Historical sources, Brazilian Military History, Washington, D.C.

Pedro Teixeira, capitão-mor na presente Capitania do Grão-Pará, que fui o comandante da tropa que realizou o descobrimento do rio das Amazonas, de ida e volta até a cidade de São Francisco de Quito, no Reino do Peru, certifico e afirmo com juramento pelos Santos Evangelhos que é verdade que por ordem de Sua Majestade e por Provisão específica despachada pela Real Audiência de Quito, veio em minha companhia da dita cidade até o Pará, o reverendo padre Christoval de Acuña, religioso da Companhia de Jesus, com seu companheiro o reverendo padre Andres de Artieda, em qual viagem ambos cumpriram o serviço de sua Majestade, para o qual foram enviados como bons e fiéis vassalos, anotando e orientando todo o necessário para dar inteira e completa notícia do dito descobrimento [...]¹

¹ Certificação do padre Christoval de Acuña como escrivão da expedição de "Conquista da Amazônia" pelo capitão-mor Pedro Teixeira, comandante da expedição, em 3 de março de 1640. Páginas 12 e 13 da obra *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Tradução livre do autor. Cf. UNIVERSITY LIBRARIES. *Correspondence*. Disponível em <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A10060>>. Acesso em 18 mai. 2024.

INTRODUÇÃO

Um raro exemplar original do relato publicado pelo escrivão da expedição de “Conquista da Amazônia”, comandada pelo capitão-mor Pedro Teixeira entre 1637 e 1639, epopeia reconhecida como um dos mais relevantes antecedentes da história militar do Exército Brasileiro na Amazônia², é um perfeito exemplo do alto valor de fontes atinentes à historiografia militar brasileira disponíveis em acervos de instituições localizadas na região da cidade de Washington, Distrito de Columbia (D.C.), capital dos Estados Unidos da América (EUA).

A histórica obra *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, de autoria do escrivão da expedição em pauta, o padre Vicente de Acuña, foi publicada em Madrid, na Espanha, em 1641. Após a impressão,

o governo espanhol mandou imediatamente recolher e destruir a publicação, pois se preocupava com a divulgação da rota para as minas peruanas e com as pretensões territoriais portuguesas relacionadas à sua Colônia na América, sobretudo no momento da Restauração (DPHCEX, 2024)

Um raro exemplar físico (figuras 1 e 2), em excepcional estado de conservação, integra o acervo da Biblioteca Oliveira Lima que disponibiliza seu conteúdo para livre acesso por meio de seu sítio eletrônico da rede mundial de computadores (University Libraries, 2024).

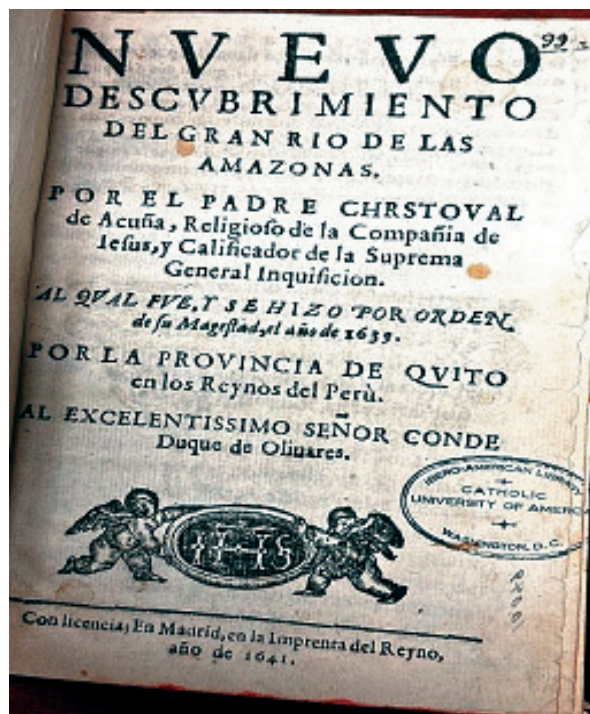


Fig. 1 e 2 – Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas, de autoria do padre Vicente de Acuña, acervo da Biblioteca Oliveira Lima.

Fonte: Acervo do autor.

² DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO. *Expedição de Pedro Teixeira e a conquista da Amazônia*. Disponível em <<https://www.dphcex.eb.mil.br/noticias/542-expedicao-de-pedro-teixeira-e-a-conquista-da-amazonia#:~:text=Em%2028%20de%20outubro%20de,cavalos%3A%20o%20rio%20d%20as%20Amazonas>>. Acesso em 18 mai. 2024.

A centenária Biblioteca Oliveira Lima, uma das instituições abordadas ao longo do texto, situa-se em Washington, cidade que, além de constituir-se em uma referência geopolítica e diplomática global por ser a capital dos EUA, ao longo de sua evolução tornou-se um importante centro cultural e educacional, sendo reconhecida internacionalmente, também, por esses dois últimos aspectos³.

A partir desta premissa, o presente estudo apresenta dados obtidos a partir de distintas visitas e pesquisas, físicas e/ou virtuais, do autor em acervos de instituições existentes na região da capital dos EUA com o propósito de compartilhar o conhecimento da existência de diversas fontes atinentes à história militar brasileira em acervos mantidos na região da mencionada cidade.

Finalizando as palavras introdutórias, enfatiza-se que esse texto não se destina a analisar as obras e documentos citados, nem tampouco tem por proposta tecer considerações sobre os momentos e/ou aspectos das fotografias/imagens expostas. Conforme o que poderá ser verificado ao longo das linhas a seguir, apresentar dados e aportar ideias a interessados na História Militar

BIBLIOTECA OLIVEIRA LIMA

A melhor prata e o melhor ouro do passado brasileiro estão aqui. A riqueza das suas relíquias históricas fazem dela uma verdadeira catedral dos estudos brasileiros⁴.

A Biblioteca Oliveira Lima (BOL) é um dos maiores acervos de obras em língua portuguesa do mundo situada fora do Brasil e de Portugal (University Libraries, 2024). Estabelecida no campus da Universidade Católica da América, em Washington, a BOL reúne um acervo Iberoamericano riquíssimo, impressionantemente reunido, mantido e expandido por um casal de ilustres e cultos brasileiros: Manoel de Oliveira Lima e sua esposa, Flora de Oliveira Lima.

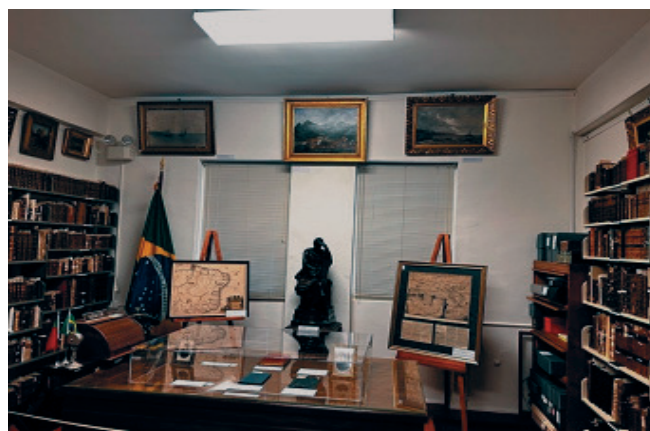


Fig. 3 – Panorama de uma das salas da Biblioteca Oliveira Lima (maio de 2024).

Fonte: Acervo do autor.

³ A instituição Smithsonian, maior complexo global de museus, pesquisa e educação do mundo, é uma das referências de organizações culturais e educacionais estabelecidas em Washington, D.C. Disponível em <<https://www.si.edu/>>. Acesso em 1 jun. 2024.

⁴ Gilberto Freyre, em 1926, sobre a Biblioteca Oliveira Lima. Cf. UNIVERSITY LIBRARIES, op. cit.



Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um escritor, diplomata, jornalista e professor pernambucano que construiu uma profícua vida intelectual por meio de sua formação educacional e pelo desenvolvimento de suas intensas e destacadas atividades profissionais. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras (Academia Brasileira de Letras, 2024), Oliveira Lima foi uma das grandes referências de erudição Brasileira de seu tempo, sendo reconhecido como tal por intelectuais estrangeiros e grandes nomes brasileiros contemporâneos com os quais trocava correspondências sobre distintos assuntos. Corroborando a assertiva, podem ser acessadas no sítio eletrônico da biblioteca as correspondências trocadas entre Oliveira Lima e nomes como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Barão do Rio Branco, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, entre outras personalidades.

Sua esposa, Flora de Oliveira Lima, foi uma mulher a frente de seu tempo. Dinâmica e empreendedora, exerceu papel fundamental na busca e na organização de muitas das obras que integram a biblioteca. Após a morte de seu marido em 1928, Flora assumiu a Direção da BOL, função que exerceu até o seu falecimento, em 1940 e, durante seu exercício, assegurou considerável expansão do acervo da biblioteca. Não obstante, Flora de Oliveira Lima também se destacou pela sua nomeação, em 1930, para integrar a Comissão Interamericana de Mulheres, instituição ainda hoje existente e atualmente classificada como Organismo Especializado de caráter Técnico Permanente da Organização dos Estados Americanos (Brasil, 2024c).

O acervo da Biblioteca Oliveira Lima é excepcionalmente rico e reúne cerca de 60 mil obras de diferentes momentos e ou aspectos da história de Portugal e do Brasil (The Catholic University of America, 2024). Colecionado por Oliveira Lima e sua esposa, com especial apreço por fontes originais (Ibid.) e com foco na expansão marítima portuguesa e na história do Brasil, encontra-se com mais de 17 mil obras já disponibilizadas para livre consulta por meio da rede mundial de computadores, muitas raras e de imensurável valor histórico como o exemplar original do relato da expedição de Pedro Teixeira citado na introdução.

Além disso, a Biblioteca Oliveira Lima recebe pesquisadores para realizar consultas presenciais em suas instalações, fato que possibilita acesso a itens do seu acervo ainda não digitalizados como livros, cartas, mapas e álbuns de recortes, conforme o especificado em seu sítio eletrônico.

Atualmente, a Biblioteca Oliveira Lima tem como diretora executiva a Dra. Duília de Mello⁵, Professora de Física e Astronomia na Universidade Católica da América e vice-reitora de Estratégias Globais da Universidade, que gentilmente pontuou algumas obras de possível interesse para estudiosos da História Militar do Brasil a seguir indicadas.

No período do Brasil colônia, além da obra já abordada no texto, integra o acervo da BOL o *Tratado de Haia*, de 1642, celebrado entre Holanda e Portugal. Outra obra do século XVII pontuada foi uma justificativa portuguesa pela posse da Colônia do Sacramento, datada de 1681.

Do período do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, existem documentos referentes a distintos eventos da história do Brasil, como o documento da Conjuração Pernambucana de 1817.

Com relação ao contexto da Independência do Brasil, a biblioteca tem em seu acervo panfletos e documentos, como o Manifesto e o Tratado da Independência, além do projeto da Constituição de 1823.

⁵Ver <https://www.duiliademello.com/>. Acesso em 6 jun. 2024.



Do período do Brasil Império, a BOL possui uma variada gama de documentos. Com relação à história militar, diversos textos e livros afetos à Guerra da Tríplice Aliança e seus principais comandantes, como o Duque de Caxias, entre outras fontes.

Do período do Brasil República, a BOL possui um exemplar da Constituição de 1891 e documentos afetos à episódios históricos, como a Revolta da Armada e documentos relacionados aos conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul durante o final do século XIX e o início do Século XX. Naturalmente, as obras elencadas pela diretora da Biblioteca perfazem um rol meramente ilustrativo para convidar pesquisadores a se debruçarem sobre o riquíssimo acervo da BOL para enriquecerem seus trabalhos, a exemplo do realizado por Gilberto Freyre, quando da realização de seu mestrado em 1922 (Brasil, 2024b).

Encerrando as considerações sobre a Biblioteca Oliveira Lima, destaca-se sua relevância para a busca de dados sobre a 1ª Guerra Mundial e sobre o período do Brasil-Holandês, assuntos separados por séculos mas ligados por paixões e trabalhos de Oliveira Lima. No decorrer das interações com a Dra. Duília, foi abordado o grande interesse de Oliveira Lima por fontes do Brasil-Holandês, advindas da ligação do tema com sua terra natal, o Estado de Pernambuco. Os dados da 1ª Guerra Mundial são decorrentes da atuação de Oliveira Lima como colaborador de veículos de mídia brasileiros para a cobertura do conflito, em sua maioria consolidados nos *Álbuns de Recortes* de Oliveira Lima preservados no acervo da biblioteca.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION⁶

Arquivos e Registros Nacionais dos Estados Unidos (NARA, na sigla adotada pela instituição em inglês) é a denominação de uma autarquia pública destinada a manter arquivados os documentos históricos julgados relevantes (United States of America, 2024).

Segundo o sítio eletrônico da instituição, existem aproximadamente 13,5 bilhões de páginas de registros textuais; 10 milhões de mapas, gráficos e desenhos arquitetônicos e de engenharia; 40 milhões de fotografias fixas, imagens digitais, películas e gráficos; 40 milhões de fotografias aéreas; mais de 448 milhões de pés de película cinematográfica; 992 mil gravações de vídeo e som; e 837 terabytes de dados eletrônicos. Todos esses materiais são preservados por serem julgados importantes para o funcionamento do Governo e possuem valor de investigação a longo prazo, ou fornecem informações de valor para os cidadãos dos EUA (Ibid.).

Para viabilizar o cumprimento de suas atribuições, o NARA administra dezenas instalações físicas, situadas em diferentes Estados dos EUA, sendo a mais conhecida de todos um imponente edifício no Centro de Washington, que abriga o museu da instituição e mantém a exposição permanente da Constituição Original e da Carta de Direitos dos EUA, entre outros documentos excepcionalmente relevantes a história dos Estados Unidos (Ibid.).

Como parte de suas atribuições, o NARA viabiliza o acesso público a seu acervo por meio da rede mundial de computadores, bem como o manuseio físico de documentos e de outros itens arquivados que ainda não tenham sido disponibilizados no sítio eletrônico da instituição. Ao buscar dados sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial no acervo da

⁶ Arquivos e Registros Nacionais dos Estados Unidos, tradução livre do autor.

instituição, foram realizadas pesquisas eletrônicas e físicas no NARA conforme o sinteticamente apresentado a seguir.

Após algumas sessões de buscas eletrônicas por dados da FEB, foram identificadas relações em formato “pdf” atestando a existência de documentos e imagens possivelmente atinentes à minha pesquisa. Na oportunidade (2º semestre do ano de 2023), os itens buscados não estavam disponíveis eletronicamente e se encontravam armazenados em uma das instalações da instituição na região metropolitana de Washington. O próprio sítio eletrônico do NARA especifica os procedimentos a serem realizados para o registro de pesquisadores na autarquia, fato que franqueia o acesso físico a seus arquivos. Após a informação dos dados solicitados e da realização de um curso eletrônico de manuseio de documentos históricos, foi concluído o registro de pesquisador e, a partir do número de registro recebido, foram realizadas distintas sessões de pesquisas físicas na instituição.

No decorrer das pesquisas físicas realizadas, foram acessadas quatro caixas de documentos originais sobre a FEB, todos afetos a aspectos administrativos, como o embarque de militares brasileiros em navios de transporte de tropas e relações de materiais a serem fornecidos. Além disso, foi identificado que havia material atinente à FEB no arquivo de fotografias e imagens do NARA, arquivo de origem das imagens a seguir apresentadas a título de ilustração dos registros existentes.



Fig. 4 – Solenidade de condecoração de militar brasileiro da FEB em 1945.

Fonte: National Archives - photo no. SC-323748.

Conforme pode ser verificado acima, destaca-se, o excelente estado de conservação das fotografias e a existência de legendas à retaguarda das imagens. A legenda da imagem em questão fornece dados sobre a foto:

20 de maio de 1945- Força Expedicionária Brasileira. 5º Exército – Alessandria – Itália. Próximo ao centro do dispositivo, entre a bandeira do Brasil e a bandeira dos EUA, o tenente-general Lucian Truscott, comandante do 5º Exército, condecora um soldado da FEB por ação extraordinária em combate. Foto de Levine, 196ª Companhia de Fotos do Corpo de Comunicantes⁷

⁷Tradução livre do autor.



Fig. 5 – Militares da FEB obtendo informações com refugiado italiano (abril de 1945).

Fonte: *National Archives* - photo no. SC-323742

V Exército, área de Abetaia, Itália (figura 5). A Esquerda o tenete-coronel Mario Tasso Saião Cardoso, Rio de Janeiro, Brasil, do Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira e (à direita) o 1º tenente Roberto Cardoso, Ajudante da mesma Unidade, obtêm dados úteis com um refugiado italiano recém evacuado de Montese. Foto de Kosssef da 196ª Companhia de Fotos do Corpo de Comunicações⁸.



Fig. 6 – Militares da FEB embarcando para a operação de perseguição após a tomada de Montese (abril de 1945).

Fonte: *National Archives* - photo no. SC-323745

V Exército, área de Montese, Itália. Tropas da Força Expedicionária Brasileira em viaturas 2, 5 toneladas perseguindo os alemães que se retiraram para o Norte de Montese. Foto de Kosssef da 196ª Companhia de Fotos do Corpo de Comunicações⁹.

Conforme o já citado, as imagens acima apresentadas foram selecionadas dentro do universo das cerca de 100 fotografias coletadas no NARA identificadas como alinhadas aos objetivos da pesquisa realizada. Há outras centenas de outras fotografias atinentes à FEB na instituição que

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.



podem ser acessadas de acordo com o procedimento acima sintetizado e precisamente especificado no sítio eletrônico da instituição.

Não é prudente enunciar, antes de minuciosa confirmação, a existência de fotografias inéditas da FEB existentes no arquivo no NARA, dada a significativa quantidade de imagens da FEB existentes em outros acervos, públicos ou privados no Brasil e/ou em outros países. No entanto, integram o acervo no NARA muitas fotografias (identificadas como originais em sua retaguarda) que também se encontram disponíveis na rede mundial de computadores e em publicações institucionais das Forças Armadas (Brasil, 2024c) com indicação de créditos das imagens a outras instituições.

Tal fato, aliado às legendas existentes nas fotos já mencionadas, confirmam o minucioso trabalho de registro realizado sistematicamente pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, bem como os intensos trabalhos de produção, divulgação e distribuição de imagens realizados ao longo do conflito, em variados órgãos de mídia, civis e militares de muitos países, com objetivos diversos como: propaganda, produção de relatórios e elaboração de produtos de informação pública, entre outras finalidades. A realização de diversas ações de propaganda durante a Segunda Guerra Mundial é de conhecimento público e fartamente exploradas em distintas publicações e até mesmo obras cinematográficas.

Alinhado com o acima abordado e reiterando que não é objetivo deste texto realizar uma análise do contexto das fotografias apresentadas é possível afirmar que a observação detalhada das fotografias e seu cruzamento com outras fontes podem confirmar ou refutar linhas de pesquisa, indicar a probabilidade de a imagem ser uma encenação ou constituir o registro de uma ação de combate real. As condicionantes citadas são exemplos de hipóteses que algum pesquisador histórico poderá esclarecer ao manusear fontes primárias como as imagens disponíveis no acervo do NARA.

Encerrando as considerações sobre as fontes atinentes à história militar brasileira existentes no acervo do NARA, face à sua envergadura institucional e ao grande volume de documentos, imagens, mapas e vídeos mantidos pela instituição, é lícito concluir que há a grande probabilidade da existência de outros dados relativos à História Militar brasileira disponíveis no arquivo do NARA.

ARQUIVO DA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA (JID)

A Junta Interamericana de Defesa (JID) é o organismo de defesa internacional, ainda em atividade, mais antigo do mundo, tendo sua criação decidida no mês de janeiro do ano de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, durante Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores (Inter-american Defense Board, 2024a) da União Pan-Americana (instituição antecedente da atual Organização dos Estados Americanos - OEA).

Com sua sede estabelecida na cidade de Washington desde o início de suas atividades, atualmente, a JID é uma entidade da OEA (Organização dos Estados Americanos, *Organization of American States*, 2024), que tem como propósito

Fornecer à OEA e a seus Estados membros serviços de assessoria técnica, consultiva e educacional em questões relacionadas com assuntos militares e de defesa no Hemisfério” (Inter-american Defense Board, 2024a).

O Brasil, país membro fundador da JID, historicamente tem cooperado com a Junta desde

sua fundação, quer atuando nas diversas atividades realizadas pela entidade ou por intermédio da designação de pessoal para desempenhar diferentes funções no âmbito da Junta muitos dos quais exerceram cargos de Chefia e liderança em seus órgãos integrantes no decorrer da história da instituição.

Com relação ao objetivo deste trabalho, pontua-se preliminarmente que o arquivo da JID não possui uma coleção de documentos específicos do Brasil ou das Forças Armadas brasileiras compilados separadamente. No entanto, a JID possui em seu arquivo documentos relacionados a colaborações militares, exercícios conjuntos, e políticas de defesa e segurança desenvolvidas pela Junta que envolveram o Brasil e/ou militares brasileiros, além dos outros países membros da organização.

Neste diapasão, e em um recorte temporal contemporâneo, destacam-se os trabalhos realizados pela JID na atividade de desminagem humanitária. Idealizadas no final do ano de 1991 e atuando efetivamente no terreno a partir do ano de 1993, as missões de desminagem humanitária da Junta Interamericana de Defesa atuaram em diferentes países do continente americano tendo variado em constituição e subordinação ao longo de sua existência. No ano de 2010, já integrada ao Programa de Ação Integral Contra Minas Antipessoais (AICMA) da Organização dos Estados Americanos (OEA), a desminagem humanitária da JID compôs a exitosa parceria que tornou a América Central uma área livre de minas terrestres, feito especialmente relevante a nível regional e no contexto internacional (Inter-American Defense Board, 2024b).

As missões de Desminagem Humanitária da JID, ademais seu imensurável valor advindo da preservação de vidas humanas, destacam-se no rol das relevantes realizações da Junta Interamericana de Defesa e de seus países membros recuperando o meio ambiente e melhorando as condições de vida em muitas comunidades; entre outras contribuições à segurança, aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento social no continente americano. Militares brasileiros atuam nas missões de desminagem da JID desde seu estabelecimento, perfazendo cerca de 60% (Ibid.) de seu efetivo total ao longo dos mais de 30 anos de atividade de desminagem.

O arquivo da JID reúne, documentos, croquis, relatórios, mapas e fotografias, entre outros



Fig. 7 – Militar brasileiro atuando em missão de desminagem humanitária.

Fonte: Arquivo da JID



materiais, afetos à atividade de desminagem realizada pela organização que contou e continua contando com expressiva colaboração do Brasil conforme o abordado no texto. A documentação encontra-se instalada na sede da instituição e requer uma permissão de acesso prévia para a realização de consultas em seu acervo.

US ARMY HERITAGE AND EDUCATION CENTER (CENTRO DE LEGADO E EDUCAÇÃO DO EXÉRCITO DOS EUA).

O USAHEC (sigla da instituição em inglês) é uma instituição integrante do *US Army War College* (Instituição de ensino que ministra Cursos de nível Político-Estratégico no âmbito do Exército dos EUA). O USAHEC encontra-se estabelecido em Carlisle, Cidade no Estado da Pensilvânia, a cerca de 160 km de Washington, (por volta de 2 horas de deslocamento em automóvel).

O USAHEC mantém um repositório de conhecimento destinado a apoiar estudos e a pesquisas sobre o Exército dos EUA e suas atuações ao longo da história. O sítio eletrônico do USAHEC apresenta a Missão e Visão institucional do Centro, ambas com indicações à disponibilidade do seu acervo para realização de pesquisas conforme o verificado a seguir:

A nossa missão: o Centro de Legado e Educação do Exército dos EUA envolve, inspira e informa o Exército, o povo americano e os parceiros globais com uma fonte única e duradoura de conhecimento e pensamento.

A nossa visão: Ser o local eleito para realização de investigação, análise, colaboração e educação inovadoras - física e virtualmente [...]¹⁰

As instalações do USAHEC, além de contarem com um excelente museu de livre acesso ao público, abrigam um rico acervo que reúne material institucional, documentos, uniformes, armamentos e outros artigos militares, doados por militares dos EUA e seus familiares. O acervo documental do USAHEC pode ser livremente acessado por intermédio da rede mundial de computadores. Uma rápida busca sobre o termo “Brazil”, no sítio eletrônico do USAHEC indica mais de 5 mil resultados entre livros, documentos e imagens.

Ilustrando o elevado valor das fontes que podem ser encontradas no sítio eletrônico do USAHEC, apresentam-se a seguir trechos de alguns dos relatórios Operacionais do IV Corpo de Exército, que tinha a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB como Unidade subordinada.

¹⁰Dados do Grupo de Monitores Interamericanos da JID, 2023.

¹¹ Sítio eletrônico do CMH. Disponível em <<https://history.army.mil>>. Acesso em 12 set. 2024.

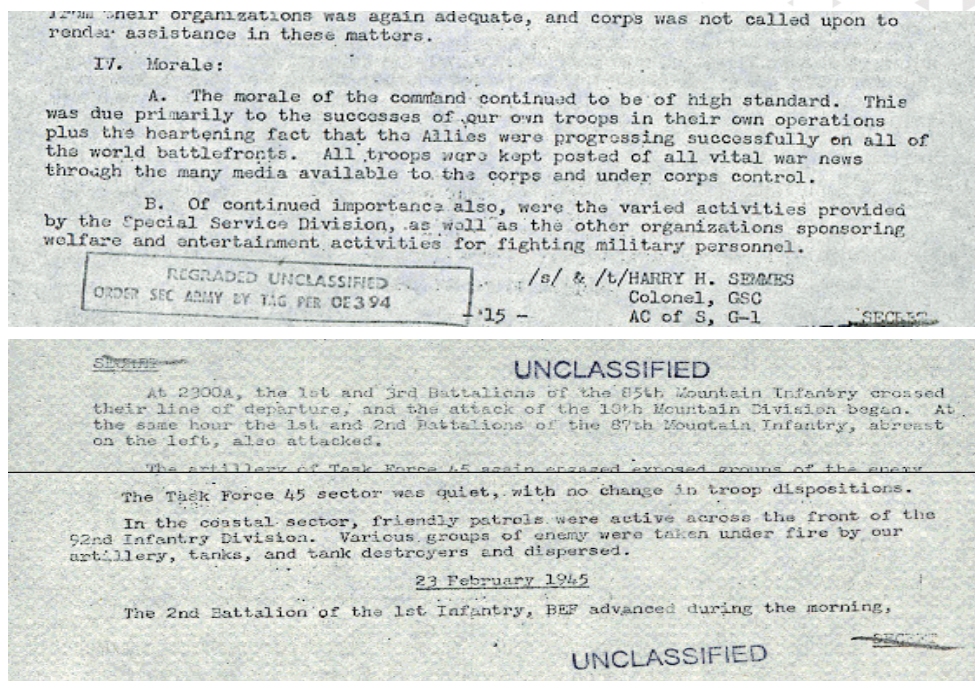


Fig. 8 e 9 - Trechos do Relatório Operacional do IV Corpo de Exército de fevereiro de 1945 - Número de baixas-mensal (A FEB é citada, pela suas denominações em inglês "1st Inf Div, BEF")

Fonte: USAHEC¹¹

Os trechos a seguir referem-se à tomada de Monte Castello pela FEB (o texto foi redigido em duas páginas subsequentes do relatório).

[...] Às 0530h, a 1ª Divisão de Infantaria Divisionária da FEB, cumprindo o planejamento do IV Corpo de Exército, atacou pelas encostas meridionais do Monte Della Torraccia. O 1º Batalhão, atacando paralelamente pela esquerda da 10ª Divisão de Montanha, conquistou considerável extensão de terreno. O 3º Batalhão atacou à direita do 1º Batalhão, mas teve um avanço mais lento devido à dificuldade do terreno e também pela observação do inimigo. Pouco antes do anoitecer, os esforços combinados dos dois batalhões resultaram na conquista do Monte Castello (568192), o maciço montanhoso imediatamente a Noroeste de Abetaia. Este movimento do terreno tinha sido objetivo de dois ataques prévios brasileiros, nos quais ocorreram consideráveis baixas; sua captura foi uma perda considerável para o inimigo, pela perda de bons pontos de observação de Bagni dela Porreta¹².

Complementando o exemplo de fontes atinentes à história militar brasileira disponíveis no arquivo do USAHEC, mapas e relatórios operacionais do IV Corpo de Exército dos meses de janeiro, março, abril e maio do ano de 1945 podem ser acessadas no sítio eletrônico do USAHEC, todos com referências à atuação da FEB no período.

¹²Tradução livre do autor.

US ARMY CENTER OF MILITARY HISTORY (CENTRO DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO DOS EUA).

O *US Army Center of Military History* (CMH, conforme sua sigla em inglês) está estabelecido no Forte McNair em Washington, aquartelamento que também sedia o Colégio Interamericano de Defesa (CID) e a National Defense University (NDU). A Localização no Forte McNair determina um processo de credenciamento específico a ser seguido para a realização de eventuais visitas físicas ao CMH, fato que não impede pesquisa ao acervo da instituição, que conta com considerável volume de dados livremente disponibilizados em seu sítio eletrônico.

O CMH tem por missão preservar e interpretar com exatidão a história e a cultura do Exército dos EUA. Desde a sua formação, o CMH tem prestado apoio histórico ao Estado-Maior do Exército dos EUA, contribuindo com informação de base essencial para a tomada de decisões, estudos do Estado-Maior, programas de informação do comando e declarações públicas dos oficiais do Exército¹³.

De maneira análoga ao citado com relação ao USAHEC, uma simples busca sobre o termo “Brazil”, no sítio eletrônico do CMH apresenta cinco páginas de resultados entre livros, documentos e imagens.

Como exemplo das fontes afetas à história militar do Brasil possíveis de serem acessadas no sítio eletrônico do CMH, apresenta-se a seguir obra retratando a FEB atacando Monte Castello, a qual integra uma publicação do CMH destinada a ilustrar momentos específicos da história dos EUA.



Fig. 10 – Força Expedicionária Brasileira atacando Monte Castello, na Itália – autoria de Charles McBarron, obra O Soldado Americano – Conjunto de Gravuras 5

Fonte: US Army Center of Military History



A seguir, tradução realizada pelo autor do texto em inglês referente à gravura acima, integrante da publicação mencionada.

Por causa da Força Expedicionária Brasileira, o Brasil teve a distinção de ser a única nação latino-americana cuja participação na Segunda Guerra Mundial foi representada em força de valor Divisão de Infantaria.

Os primeiros brasileiros a lutar na Europa foram os homens do 6º Regimento de Infantaria, que iniciaram suas ações na Itália em 14 de setembro de 1944. Outros elementos da FEB se seguiram e foram designados para setores da frente controlados pelo IV Corpo do V Exército dos Estados Unidos.

Em 401 dias de operação contínua como parte do IV Corpo, os brasileiros participaram da libertação de 24.580 milhas quadradas de solo italiano, incluindo mais de seiscentas vilas e cidades. Um dos engajamentos mais memoráveis da FEB foi um ataque em apoio à 10ª Divisão de Montanha do IV Corpo, designada para tomar uma série de picos e cumes de montanhas que tinham sido usados pelos alemães para observar os movimentos das tropas americanas ao longo de uma das duas principais artérias para Bolonha na frente de combate do Quinto Exército.

Os dois objetivos do ataque da Divisão de Montanha eram o Cume de Riva e o Monte Belvedere-Monte della Torraccia. O Cume de Riva era um penhasco que se erguia a quase mil e quinhentos metros do fundo do vale, que tinha de ser escalado antes de se ter acesso ao Monte Belvedere.

Cobrindo à direita, a FEB devia ocupar um setor de três milhas entre o flanco direito da Divisão de Montanha e o rio Reno, à frente do V Exército. Durante a operação, a FEB conquistou o Monte Castello, cerca de uma milha a sudeste do Monte Della Torraccia.

Logo após o anoitecer, do dia 21 de fevereiro de 1945, os brasileiros atacaram a crista e conquistaram seu objetivo, protegendo assim o flanco direito da Divisão de Montanha do contra-ataque inimigo.

Nesta pintura [figura 10], estão representados membros da Força Expedicionária Brasileira nos estágios finais da conquista de Monte Castello. Os homens da FEB disparam um morteiro de 81 mm e estão vestidos com uniformes americanos típicos do período da Segunda Guerra Mundial: calças de lã, jaqueta de campo M1943 e o equipamento individual M1910 modificado, que inclui o fuzil M1, a carabina M1 e a submetralhadora M1A1 Thompson [...]¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o abordado no início do texto, este trabalho tem por intuito aportar ideias e dados sobre a existência de fontes afetas à história militar brasileira, de elevado valor histórico, em acervos mantidos na região da cidade de Washington. Conforme pôde ser verificado ao longo do trabalho, não houve a elaboração de um rol exclusivo de instituições ou das fontes existentes na região em pauta.

Tal hipotética proposta seria particularmente difícil de ser efetivada face à riqueza dos acervos abordados no texto, bem como pela existência de outras instituições na cidade que certamente possuem dados afetos ao Brasil em seus arquivos. Como exemplo, destaca-se a Biblioteca do Congresso dos EUA, que face à sua grande envergadura institucional e às milhões de obras

¹⁴ Sítio eletrônico da Biblioteca do Congresso dos EUA. Disponível em <<https://www.loc.gov/about/general-information/>>. Acesso em 14 set. 2024.



que integram seu acervo (um “*recurso mundial sem paralelo*” conforme o sítio eletrônico da instituição¹⁵), torna seguro inferir a existência de muitos dados afetos ao Brasil e sua historiografia militar no âmbito da instituição.

A relevância do Brasil, um dos maiores países do mundo que alcançou tal condição graças a um grande legado militar em muitas páginas de sua história, pode ser também aferida pela expressiva quantidade de citações sobre o país em acervos históricos internacionais. Constatar a existência de distintas fontes históricas como documentos, obras literárias e imagens, que corroboram a atuação de soldados brasileiros de diferentes épocas, em acervos mundialmente conhecidos e muitas vezes em distintos idiomas, é seguramente fator de satisfação a pessoas interessadas na história militar brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Oliveira Lima. Disponível em <<https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>>. Acesso em 1 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Gilberto Freire*: biografia. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/deputados/3021/biografia>>. Acesso em 10 jun. 2024b.

BRASIL. Centro de Comunicação Social do Exército. *Força Expedicionária Brasileira*: o Exército Brasileiro na 2ª Guerra Mundial. Disponível em <<https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/books/001238206caf633a1d52b>>. Acesso em 10 jun. 2024a.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Políticas para mulheres*. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-%20por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-%20internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/o-que-e-a-cim.pdf>>. Acesso em 6 jun. 2024c.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO. *Expedição de Pedro Teixeira e a conquista da Amazônia*. Disponível em <<https://www.dphcex.eb.mil.br/noticias/542-expedicao-de-pedro-teixeira-e-a-conquista-%20daamazonia#:~:text=Em%2028%20de%20outubro%20de,cavalos%3A%20o%20rio%20d%20as%20Amazonas>>. Acesso em 18 mai. 2024.

INTER-AMERICAN DEFENSE BOARD. 30 years of humanitarian clearance in latin america. *Dialog Americas*. Disponível em <<https://dialogo-americas.com/>>. Acesso em 12 jul. 2024b.

INTER-AMERICAN DEFENSE BOARD. *History, Key events*. Disponível em <<https://jid.org/en/historia/>>. Acesso em 12 jul. 2024a.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. *Organization charts*. Disponível em <<https://www.oas>

¹⁵Ibid



org/legal/english/organization_charts.htm>. Acesso em 12 jul. 2024.

THE CATHOLIC UNIVERSITY OF AMERICA. *About Oliveira Lima Library*. Disponível em <<https://libraries.catholic.edu/special-collections/oliveira-lima-library/about/index.html>>. Acesso em 6. jun. 2024.

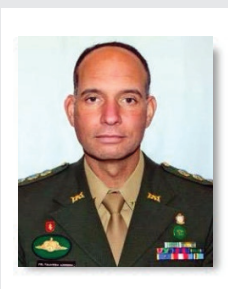
U.S. ARMY HERITAGE AND EDUCATION CENTER. *Current Students, Faculty, and Staff of the*

U.S. Army War College. Disponível em <<https://ahec.armywarcollege.edu/>>. Acesso em 10 ago. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. *Library of Congress. General Information*. Disponível em <<https://www.loc.gov/about/general-information/>>. Acesso em 14 set. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. National Archives. *What is the National Archives and Records Administration?* Disponível em <<https://www.archives.gov/about>>. Acesso em 22 jun. 2024.

UNIVERSITY LIBRARIES. *Correspondence*. Disponível em <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A10060>>. Acesso em 18 mai. 2024.



Luiz Claudio Talavera de Azeredo é coronel de Cavalaria, bacharel em Direito e pós-graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Ao longo da carreira militar desempenhou distintas funções entre as quais se destacam a de Instrutor do Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras, comandante do 8º Regimento de Cavalaria Mecanizado e chefe do estado-maior da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. No exterior, entre outras designações, foi chefe da Seção de Operações do Setor Leste da Missão Integral das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana e Assessor Técnico da Missão Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, oportunidade na qual atuou na Secretaria da Junta Interamericana de Defesa e como delegado na Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.



**UM CIRURGIÃO NO FRONT:
A PARTICIPAÇÃO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK
NÁ BATALHA DO TÚNEL**

Jamicel Francisco Rocha da Silva



Resumo: As instituições constroem a própria história baseadas em feitos e figuras que representam os valores pelos quais elas serão lembradas e caracterizadas. A Polícia Militar de Minas Gerais teve nos seus quadros a figura de Juscelino Kubistchek que, como médico-cirurgião, atuou na Revolução Constitucionalista de 1932, nas ações das tropas mineiras na Serra da Mantiqueira, na Batalha do Túnel, na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Esta batalha teve aspectos decisivos para a combatividade das forças em conflito, em decorrência da intensidade e localização estratégica do terreno no qual foi travada e a atuação deste personagem é objeto de pesquisa neste trabalho, com o intuito de identificar a contribuição para o desempenho dos mineiros e o lugar ocupado por Juscelino na história desta corporação militar decorrente das ações no combate.

Palavras-chave: Revolução de 1932. Biografia. Batalha do Túnel.

Abstract: Institutions build their own history based on deeds and figures that represent the values by which they will be remembered and characterized. The Police of Minas Gerais had in its ranks the figure of Juscelino Kubistchek who, as a doctor-surgeon, acted in the Constitutionalist Revolution of 1932, in the actions of the Minas Gerais troops at Mantiqueira Hills, in the Battle of the Tunnel, on the border between the states of Minas Gerais and São Paulo. This battle had decisive aspects for the combativeness of the forces in conflict, due to the intensity and strategic location of the terrain in which it was fought and the performance of this character is the subject of research in this work, in order to identify the contribution to the performance of the troops from Minas Gerais and the place occupied by Juscelino in the history of this military corporation resulting from the actions in combat.

Keywords: 1932 Revolution. Biography. Battle of the Tunnel.

INTRODUÇÃO

O trabalho analisa a participação de Juscelino Kubistchek como médico-cirurgião das tropas mineiras durante a Batalha do Túnel, travada na Serra da Mantiqueira durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de situar este personagem na História da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, instituição bicentenária que preserva valores decorrentes dos feitos dos seus componentes.

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi descrita por meio de pesquisa histórica de fontes definidoras desse acontecimento nacional, iniciado pelos paulistas naquela década, que se rebelaram contra Getúlio Vargas, presidente do Brasil, discordantes em relação às diretrizes daquele governo.

Com isso, tropas da Força Pública Mineira, atualmente Polícia Militar, entraram em confronto com os revolucionários. O ápice desses enfrentamentos foram os embates na Serra da Mantiqueira, na Batalha do Túnel, localizado na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

O estudo identificou as forças em conflito e trouxe uma descrição da importância estratégica da Serra da Mantiqueira para mineiros e paulistas. A busca dos objetivos específicos da pesquisa – descrição de intervenções cirúrgicas realizadas nas tropas mineiras, a contribuição dessas intervenções para a combatividade dessas tropas e a contextualização do lugar ocupado por essa



participação de Juscelino na memória da Polícia Militar de Minas Gerais - foi realizada através da identificação da figura de Kubistchek como oficial médico da Força Pública Mineira.

As fontes de pesquisas foram bibliográficas, através de obras autorais e fontes oficiais da instituição, e a produção contribui para o conhecimento de uma página da história da Polícia Militar de Minas Gerais através da descrição de um Juscelino inserido nas fileiras da corporação, diretamente envolvido em um conflito bélico, e objetiva também contribuir para definições biográficas e políticas deste personagem nacional.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

A direção dos destinos da política nacional até a década de 1930 era revezada entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como República do Café com Leite, em decorrência dos principais produtos produzidos por estes estados. A Crise de 1929 trouxe preocupação aos cafeicultores paulistas, gerada pela diminuição da demanda pelo produto produzido por aquele estado.

Os políticos e produtores paulistas compreenderam que a superação daquele momento econômico passaria pela manutenção da direção nacional nas mãos de um dirigente de São Paulo e indicaram para a sucessão de Washington Luís, ao invés do mineiro Antônio Carlos, o paulista Júlio Prestes. Esta quebra da alternância levou os mineiros a se juntarem aos gaúchos, através da Aliança Liberal, que indicou à sucessão presidencial o líder ascendente gaúcho Getúlio Vargas, com um vice paraibano, João Pessoa (Donato, 2002).

Segundo Fausto (2010), a plataforma da Aliança trazia aspectos considerados progressistas à época como representação popular através do voto secreto, a justiça eleitoral, a independência do Poder Judiciário, reformas administrativas, liberdade de pensamento, liberdade de imprensa e combateu a valorização excessiva do café paulista no mercado, em detrimento a outros produtos, além da defesa de pautas sociais, como a regulamentação de direitos trabalhistas.

O sufrágio apresentou Júlio Prestes como vencedor daquele pleito e contestações acerca da legitimidade dos resultados surgiram por parte da Aliança Liberal. Apoiados em uma ala militar, desde 1929, havia a consideração de um movimento armado, caso houvesse uma derrota nas urnas, que foi potencializado pelo assassinato do vice, em Recife. Conforme Donato (2002):

A 3 de outubro, às 17h30min, com precisão profissional, o levante. Em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Paraíba (João Pessoa), capitais dos Estados líderes da Aliança Liberal. Por toda parte o povo aderiu e festejou, saudando o que lhe era anunciado como novo tempo, certeza de melhores costumes eleitorais e administrativos [...] (Donato, 2002, p. 17).

O líder do movimento, Getúlio Vargas, instalado através do Governo Provisório, mediante Decreto, dissolveu o Congresso Nacional, Assembléias estaduais e municipais, num rompante centralizador (Brasil, 1930). Com isso, caracteriza-se o rompimento do modelo de representação política nacional por Vargas como forma de legitimar as mudanças que seriam propostas pelo novo governo.

As reações à mudança do modelo de representação e às imposições do decreto do governo nacional foram imediatas, com destaque para São Paulo, aliado desde 1930. Segundo Donato (2002), este era o cenário que antecedeu a crise:



1931. Janeiro. São Paulo, cidade e Estado, não tem satisfações para exhibir. Econômica, política, socialmente, padecem crise severíssima. Milhares de funcionários públicos foram apeados dos seus empregos [...].

Nos armazéns amontoavam-se trinta milhões de sacas de café. Em Santos e cidades interioranas, milhões de sacas são queimadas como recurso extremo para evitar que o preço continue baixando. Na capital e nos centros com alguma indústria, cresce o número de desempregados. (Donato, 2002, p. 23-24).

Capelato (1981, p. 51) define que a “Revolução de 30, feita em nome do Brasil, era contra São Paulo; 32 será a Revolução de São Paulo contra o Brasil. Essa imagem, fabricada pelos articuladores do Movimento, foi amplamente divulgada”, em um posicionamento no qual foram colocados os paulistas contra os aliados civis e militares do governo central. A nomeação de um intervenor paulista, Pedro de Toledo, descreve Bojunga (2001), foi infeliz, aliada à tentativa de Osvaldo Aranha de legitimar essa ação do governo central e o acirramento da crise foi potencializado pela morte de quatro jovens estudantes – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo – durante confronto entre paulistas e tropas federais.

O dia 9 de julho marcou o início do movimento que seria conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, mesmo com acenos de Vargas para algumas exigências dos paulistas. Observa-se o posicionamento isolado de São Paulo, em relação a outras Unidades da Federação, como descreve Nunes (2005):

Os revoltosos esperavam a adesão de outros Estados. Mas, após a eclosão do Movimento, Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, decidiu apoiar Vargas. Olegário Maciel, interventor de Minas, aceitou negociar com o poder central e interventores de outros Estados se colocaram ao lado do governo federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento (Nunes, 2005, p. 10).

As exigências dos paulistas em relação ao governo central eram a convocação de uma nova Constituição, novas eleições e a restituição da autonomia dos Estados, tanto política quando economicamente.

Segundo Fonseca (2009, p. 37):

a reconstitucionalização do país e a restituição da autonomia dos estados eram as causas que envolveram os paulistas, pois se relacionavam diretamente a suas esperanças e destinos. lutava-se pela liberdade de são paulo, acreditando que o estado fora invadido pela ditadura [...]. os paulistas, desagrados com a política dos interventores, consideravam que o estado estava sendo assaltado pelo “invasor forasteiro”.

A primeira ação dos paulistas, conforme Donato (2002), consistiu da ocupação do Telégrafo Nacional e dos Correios, na capital, por um pelotão da Força Pública daquele Estado, e da Central Telefônica por civis voluntários. Consequentemente, os paulistas mantiveram sob controle estradas de ferro, entroncamentos ferroviários, estações de rádio, a Guarda Civil Paulista e a Força Pública.



O deslocamento dos paulistas para a região foi realizado já no dia 09 de julho, com chegada no dia 10, cientes da importância estratégica daquela localidade. Após serem distribuídas na região, parte destas tropas rumaram para a divisa com Minas Gerais.

Conforme Bojunga (2001, p. 98):

No dia 10 de julho, soldados da Força Pública de São Paulo ocuparam a estação do Túnel da Mantiqueira, a uns nove quilômetros de Passa Quatro, cavaram trincheiras e plantaram ninhos de metralhadoras. Os paulistas consideravam aquela área de alto valor estratégico para o controle do vale do Paraíba.

Assim, a Secretaria do Interior de Minas Gerais definiu o contexto do início das hostilidades:

Na noite de 09 para 10 de julho, sublevou-se parte das forças do Exército aquarteladas em São Paulo, sob o comando do coronel Euclides Figueiredo. O movimento ficou circunscrito ao foco em que se manifestara, achando-se em calma a capital da República e o resto do país, cujas guarnições federais se conservaram fiéis à Ditadura.

[...] Em Minas, a situação é de inteira tranquilidade e o Governo dispõe de todos os elementos para assegurar a ordem e manter o funcionamento normal das atividades públicas e particulares. Foram tomadas pelo presidente Olegário Maciel as medidas preventivas que se fazem mister. Em todos os municípios do Estado suas ordens foram cumpridas e de todos eles já lhe vieram demonstração de solidariedade.

Belo Horizonte, 11 de julho de 1932 (Minas Gerais, 1932).

A distribuição de forças colocaria tropas estaduais e federais em conflito na região.

AS FORÇAS EM CONFLITO

A Frente do Vale do Paraíba confrontou contingente de paulistas contra os mineiros na região. Estes foram organizados, segundo Cotta (2006), na Primeira Brigada, responsável pelo Túnel da Mantiqueira e comandada pelo coronel Edmundo Lery Santos. A Segunda Brigada, localizada em Poços de Caldas, sob comando do coronel Otávio Campos do Amaral, e a Terceira Brigada, responsável pelo Triângulo Mineiro, comandada pelo coronel Antônio Fonseca, não entrariam em combate contra os paulistas na região.

Marco Filho (2005, p. 117) descreve que “A missão mais difícil cabia ao Destacamento Leste, sob o comando do Cel Lery, devido à estratégia da sua posição, que se localizava entre os maiores entroncamentos ferroviários do País, e as fronteiras entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.” A relevância da malha ferroviária na região é corroborada pelo meio usado pelas tropas mineiras para deslocamento, descrito por Cotta (2006, p. 112)

Na década de 30, estava em pleno funcionamento a malha ferroviária que ligava diversas cidades mineiras. Partindo da cidade mineira de Passa Quatro (local em que foi instalado o Quartel General da Brigada Sul, da Força Pública de Minas) até a cidade paulista de Cruzeiro são exatamente 34 quilômetros e 600 metros de estrada de ferro [...]. Essa malha foi utilizada pela Força Pública de Minas para o transporte de seus homens.

A Primeira Brigada possuía um efetivo de 3000 homens, apoiada com armas como metralhadoras pesadas, fuzis ordinários, peças de artilharia e carros de assalto do Exército (Marco Filho, 2005), além do reforço de efetivo do 4º Regimento de Cavalaria e 2º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, também do Exército (Cotta, 2006).

Segundo Santos

Conforme publiquei, em boletim n. 1, de 14 de julho, foi, na mesma data, considerada organizada, em Lavras a Brigada Sul, constituída da seguintes unidades: 7º Batalhão ; 11º Batalhão; R. C. formado de 2 esquadrões e outras forças que seriam, oportunamente, incorporadas.

A ordem da organização em apreço foi a contida na carta, datada de 13 de julho de 1932, do Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, a qual foi transcrita no boletim n. 1, da Brigada Sul (Santos, 1933, p. 14).

O intuito inicial da Frente do Vale do Paraíba dos paulistas era a marcha até a cidade do Rio de Janeiro com tropas da 2ª Divisão de Infantaria, sob comando do coronel Euclides de Figueiredo, formada pelos 4º, 5º e 6º Regimentos de Infantaria, através da rodovia Rio-São Paulo, atualmente conhecida como Via Dutra, e da Estrada de Ferro Central do Brasil. No entanto, barrados neste avanço, permaneceram entricheirados na região de Lorena e formaram uma linha de resistência entre a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, e Passa Quatro, em Minas Gerais, mais especificamente com o 5º Regimento (Araújo, 2016).

Observa-se, ao comparar o quantitativo de forças, um desequilíbrio em desfavor dos paulistas como reflexo do isolamento da causa revolucionária, que se viram praticamente isolados na luta contra as forças federais do governo de Getúlio Vargas, líder da Revolução de 1930 e presidente do Brasil.

O TÚNEL DA MANTIQUEIRA

A linha férrea situada na região de Passa Quatro, em Minas Gerais, ligava este estado a São Paulo, através de uma passagem na Serra da Mantiqueira, na qual se localizava um túnel, conforme figura 2. Segundo Araújo (2016), o túnel era estratégico tanto para mineiros quanto para paulistas e isso fez com que o coronel Euclides de Figueiredo ocupasse a cidade mineira, que gerou a reação contra as forças paulistas na região.



Fig. 2 – Soldados paulistas no Túnel

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 1982, p. 54.



A posição estratégica do túnel gerou combates acirrados entre mineiros e paulistas naquele setor da Frente do Vale do Paraíba. Como consequência, houve a necessidade de um serviço de socorro médico aos feridos e é neste contexto que Juscelino Kubistchek atuou como cirurgião das tropas mineiras empregadas na luta.

UM CIRURGIÃO NO FRONT

O ingresso de Juscelino na Medicina deu-se no ano de 1922, na cidade de Belo Horizonte, através da Universidade Federal de Minas Gerais. O talento para o ofício de cirurgião foi notado. Segundo Bojunga (2001, p. 73)

Os colegas perceberam logo a vocação de Juscelino para cirurgião. Chegaram a fazer uma quadrinha, aproveitando o nome do grande violonista tcheco Jan Kubelík, o pai de Rafael Kubelík: “Dois nomes eu estou certo/Vão pôr este mundo em cheque/No violino Kubelík/No bisturi Kubistchek”.

O bom desempenho no exercício da profissão fez com que Kubistchek logo adquirisse uma boa clientela em Belo Horizonte e isto possibilitou uma especialização em Paris, na qual foi aluno do doutor Maurice Chevassu, famoso urologista, além de estágios em Viena e em Berlim (Cohen, 2006).

A volta a Belo Horizonte deu-se no contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930. Naquele momento, havia o intuito de melhoria da Polícia Militar do estado, à época Força Pública, através de ações do Secretário do Interior, Gustavo Capanema, decorrente da atuação dos militares estaduais em apoio ao movimento varguista de 1930. Destaca-se, nestas ações de Capanema, a reestruturação do Hospital da instituição.

Conforme Bojunga

Uma das providências de Capanema foi transformar o velho Hospital Militar em centro médico moderno, dotado de orçamento próprio e com uma equipe de médicos de renome. Embora o provimento dos cargos dependesse, em princípio de concurso, Capanema tinha em mente médicos de notória reputação que não se submeteriam a provas.

[...] Um pedido de dona Luísa Lemos, mãe de Sarah, a Gabriel Passos, seu outro genro, incluiu Juscelino na lista dos nomeados. O marido de Sarah foi encarregado de organizar o Serviço de Laboratórios e Pesquisas, nos moldes do que vira na Europa, assumindo em seguida a chefia do Serviço de Urologia, no posto de capitão-médico (Bojunga, 2001, p. 90-91).

O início de Juscelino na Força Pública Mineira foi decorrente, portanto, da atuação destacada como médico em Belo Horizonte e as capacidades seriam colocadas à prova durante os embates na Mantiqueira, ao lado dos combatentes mineiros que lutavam pelo controle do estratégico túnel.



JUSCELINO NO SETOR DO TÚNEL

A necessidade da criação de uma subseção do Serviço de Saúde na região do Túnel foi decorrente, conforme descrição do responsável, major chefe, Dr J. Santa Cecília, da rude e intensa luta travada naquele local, que gerou atropelo e desorganização iniciais na assistência aos feridos (Santos, 1933).

Neste cenário, com o acirramento das hostilidades, Juscelino partiu para a região do Túnel da Mantiqueira. Segundo Bojunga (2001, p. 98):

No dia 16 de julho, Juscelino recebeu um telefonema anunciando que ele deveria embarcar às quatro da manhã na Estação do Horto, com o 1º Batalhão, sob o comando do tenente-coronel Francisco de Campos Brandão. Tinha seis meses de casado. A ração no três dias de viagem era à base da carne seca, que provocava uma sede insuportável. Quando chegaram a Passa Quatro, no dia 18, a cidade já havia sido retomada pelo coronel Eurico Gaspar Dutra, mas a situação ainda era incerta.

A estrutura do Serviço de Saúde daquele setor era composta por um Trem Hospital com raios x e Farmácia, Hospitais de Evacuação, transporte de doentes e Hospitais de Retaguarda (Santos, 1933). Ao chegar, recebeu como primeira missão do comandante, tenente-coronel Brandão, a instalação de um hospital do sangue, na Casa de Caridade, em Passa Quatro, que permitiu a organização de uma sala de operações.

Heliodoro (2005) descreve uma das atuações de Juscelino, mesmo sob condições adversas, no hospital de sangue:

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o capitão-médico Dr. Juscelino Kubitschek tornou-se famoso por haver operado um sargento que, gravemente ferido, foi deixado ao abandono pelos médicos, em virtude da absoluta falta de recursos no Hospital de Sangue da Polícia Militar de Minas Gerais, na front da Mantiqueira, no início das operações bélicas naquela região, na cidade de Passa Quatro.

Juscelino entretanto, prontificou-se em atendê-lo, mesmo sem recursos, para não deixar o homem morrer sem assistência.

Acontece que o tal sargento, que já era considerado morto, ficou bom e em pouco tempo já estava andando (Heliodoro, 2005, p. 75).

A precariedade deste hospital reforça o desempenho de Juscelino no socorro aos feridos, pois não havia anestesia - a necessidade foi suprida pela atuação de um veterinário orientado pelo capitão-médico - nem, tampouco, enfermaria, com o papel sendo desempenhado por uma freira, conforme figura 3, que atuara na assistência religiosa, na 1ª Guerra Mundial, ao lado dos franceses (Heliodoro, 2005).



Fig. 3 – JK no Hospital de Sangue

Fonte: Mayrink, 1988, p. 21.

Ainda sobre a atuação no Hospital do Sangue, Arruda (2016) descreve que Juscelino realizou por volta de mil atendimentos, entre pessoas enfermas, feridas e convalescentes, sem se preocupar em que lado lutavam, numa sala improvisada para cirurgia, com a utilização de clorofórmio como anestésico e recursos escassos, sempre com dedicação e louvor.

Segundo Santos (2003), apesar da imprecisão de alguns dados acerca dos atendimentos neste hospital, esse detalhe é irrelevante em relação à grande soma de trabalho realizada pelos doutores Pinto de Moura e Juscelino Kubistchek, ao assistirem grande massa de feridos, num hospital de emergência, sem secretaria organizada.

As condições do Hospital de Sangue fizeram com que parte dos atendimentos fossem transferidos para o Trem Hospital, trazido de Belo Horizonte, e colocado mais próximo ao front, nos dias finais de julho, conforme figura 4. Contava, segundo relato do doutor J. Santa Cecília, major chefe do Serviço de Saúde daquele setor, com toda a aparelhagem sanitária, farmácia e raio x, além de uma equipe técnica competente (Santos, 2003).



Fig. 4 – JK nas proximidades do Trem Hospital

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 1982, p. 43.



A melhoria substancial dos atendimentos ocorreria de fato com a chegada deste Trem, em que dois vagões foram transformados em sala de cirurgia, nos quais Juscelino atendia até mais de quarenta feridos por dia, não perdia a calma, tratava a todos com impecável educação, inteligência e discrição e se tornou destaque do Serviço de Saúde (Marques, 2002).

A soma das operações no Trem Hospital chegou a cinquenta e quatro, com o registro de cinquenta e um feridos. Entre essas operações, foram realizadas sete laparotomias – cinco causadas por projéteis, uma por ferimento perfuro-cortante e uma por apendicite – e, destas, quatro foram realizadas por Juscelino Kubistchek (Cotta, 2006).

A atuação foi destacada pelo tenente-coronel Magalhães Goés, então chefe do Serviço de Saúde da Força Pública Mineira. Segundo Santos (2012, p. 115)

Cirurgião do Hospital de Passa-Quatro – temperamento de slavo, calmo, modestíssimo, em extremo disciplinado, resistência de aço para, num só dia, socorrer mais de 40 feridos, sem se esfaltar, foi a grande revelação do Serviço de Saúde. Mostrou-se um ótimo cirurgião, um improvisador de meios para uma boa assistência aos grandes feridos de guerra, com impecável educação, inteligência e maneira discreta. O seu elogio pode ser resumido, transportando-se para aqui o pedido de oficiais do Exército que, ao partirem para a frente, solicitavam terem-no como cirurgião, no caso de ferimento em combate.

Em meados de setembro, a batalha era favorável às tropas mineiras e, em carta a Gabriel Passos, oficial de gabinete de Olegário Maciel, Juscelino exaltou a atuação em um confronto decisivo contra os paulistas e classificou as ações dos soldados como heróicas, que tiveram como consequência o recuo das tropas inimigas (Bojunga, 2001).

O recuo, entre os dias 12 e 13 de setembro, ocorreu através de intensa movimentação no lado do túnel ocupado pelos paulistas que, na euforia da retirada, deixaram para trás diversos veículos, armamentos e equipamentos. A rendição ocorreu, conforme Santos (2016), no dia 03 de outubro, na cidade de Cruzeiro, após mais uma tentativa de cessar-fogo proposta pelos revoltosos.

O fim das hostilidades fez com que a Brigada em que Juscelino servia rumasse para o Setor Centro, em apoio à Brigada Amaral. Em decorrência, o capitão-médico foi responsável pela remoção de feridos de Passa Quatro para Guaxupé e Varginha e, posteriormente, dirigiu-se até a cidade de Campinas, para o quartel-general do comandante Barcellos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quase dois meses de participação de Juscelino na Batalha do Túnel foram responsáveis por inseri-lo num ambiente diverso daquele em que atuava rotineiramente no Hospital da Força Pública, em Belo Horizonte, decorrente da hostilidade e precariedade presentes no cenário em que foi obrigado a atender e operar.

A atuação é destacada justamente por ter sido realizada de maneira abnegada e eficiente, mesmo sem a existência completa de recursos necessários, comprovada por dados que demonstram a quantidade de combatentes assistidos pelo médico mineiro, durante o tempo em que permaneceu na região do conflito, considerado como a grande novidade naquela batalha, decorrente



da segurança e dos bons cuidados médicos, nas palavras de um dos biógrafos, Affonso Heliodoro.

Na História da Polícia Militar de Minas Gerais, à época dos acontecimentos conhecida como Força Pública, a referência de Juscelino como membro dessa Corporação parece sempre remontar à participação na Revolução Constitucionalista de 1932, em obras publicadas pela instituição, como a produzida pelos alunos do Curso de Formação de Soldados, ligadas a ela ou de autores independentes, nas quais há destaque para a contribuição à combatividade das tropas mineiras empregadas no front.

A trajetória de Juscelino na Mantiqueira rendeu a ele a alcunha de bisturi de ouro pela instituição, além da nomeação do Hospital da Polícia Militar como Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira. Apesar do cirurgião-médico ter alcançado o posto de coronel, mais um dos indícios da importância e reconhecimento, a atuação no Túnel foi seguida do início da trajetória política, em 1933, após a nomeação como chefe de gabinete de Benedito Valadares, interventor de Getúlio Vargas, nas Minas Gerais.

O artigo pode servir de referência, portanto, para estudos posteriores acerca da participação de Kubitschek como médico das tropas mineiras, além da possibilidade da relação entre esta atuação e o início da vida política, que resultaria no alcance da Presidência da República, na década de 1950.



BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Gustavo de Freitas. 1932: quando São Paulo foi à luta. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/adj/article/download/1033/1045/> Acesso em 3 de novembro de 2018.

ARRUDA, Lauro. *Juscelino Kubistchek (JK): o médico que virou Presidente da República*. Disponível em: <https://www.hospitaldocoracao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/juscelino-kubistchek.pdf> Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

BOJUNGA, Cláudio. *O artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRASIL. Decreto nº. 13398, de 11 de novembro de 1930. *Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1930.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COHEN, Marleine. *JK*. São Paulo: Globo, 2006.

COTTA, Francis Albert. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

DONATO, Hernâni. *História da Revolução de 32*. São Paulo: IBRASA, 2002.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

FONSECA, Sherloma Starlet. *Memórias de um constitucionalista: Paulo Duarte e a Guerra Civil de 1932*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Revolução de 32: a fotografia e a política*. Rio de Janeiro, 1982.

HELIODORO, Afonso. *JK: exemplo e desafio*. 2 ed., rev. e aumentada. Brasília: Thesaurus, 2005.

MARCO FILHO, Luiz de. *História Militar da PMMG*. 7. ed. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação – PMMG, 2005.

MARQUES, Rita de Cássia. JK, de médico a político. In: MARQUES, Rita de Cássia. *JK: o estadista da modernidade, 1902-2002*. Belo Horizonte: CEMIG, 2002.



MAYRINK, Geraldo. *Os grandes líderes: Juscelino*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Boletim n. 1*. Belo Horizonte, 1932.

NUNES, Vanessa. *Revolução Constitucionalista de 1932: articulações de um movimento*. 2005. 27 f. Artigo (Pós-graduação em História: sociedade e cultura brasileira) – Universidade Paranaense, Cascavel, 2005.

POLICIAIS militares protagonistas da História. *O lutador*, Belo Horizonte, 2016.

RODRIGUES, João Paulo. *O levante “constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932 – 1943)*. 2009. 349 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

SANTOS, Edmundo Lery. *Movimento de 9 de julho de 1932*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

SOARES, Júlio César Fidelis. *Calibre 32: Resende em armas*. Disponível em: <<https://www.ecsb-defesa.com.br/defesa/fts/CALIBRE32.pdf>> Acesso em: 2 de novembro de 2018.



Jamicel Francisco Rocha da Silva é capitão da Polícia Militar de Minas Gerais, bacharel em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Social pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; pós-graduado em História Militar pela UNISUL; pós-graduando MBA em Diplomacia e Relações Internacionais pela UNINTER e mestrando em Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais/UMIMONTES.



**O QUE É GUERRA:
PRINCÍPIOS BASILARES EM UMA
PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Cleber Almeida de Oliveira



Resumo: A guerra é uma constante, uma variável atemporal de todo o processo civilizatório que determinou os rumos da jornada humana desde a aurora da sua caminhada para o domínio do planeta. Na esteira do seu emprego surgiram, e desapareceram, grandes impérios, modelos socioculturais, vieses religiosos, princípios econômicos e sistemas institucionais e políticos. Sua influência, e até mesmo proeminência, marcaram grandes períodos históricos e foram, igualmente, responsáveis por grandes avanços tecnológicos, e mesmo na regulação normativa – diplomática e no escopo legal – das relações humanas e das relações diplomáticas. Seu estudo é tão diversificado, tão prolixo e mutável que continua a evoluir e a surgirem novas especialidades e formas de abordagem de um assunto tão complexo, que absorve cada vez mais facetas e campos do conhecimento e de interpretação. Apesar do grande espectro de incertezas que a belicosidade nos traz, há uma indelével verdade que se impõe, e que, apesar do seu espírito de imponderabilidade, se mantém como um aspecto constante na sua presença ininterrupta: quer a desejemos ou não, ela sempre fará parte da nossa historicidade, sendo um dos principais fatores decisivos de tudo.

Palavras-chave: Guerra, atemporalidade, historicidade.

Abstract: War is a constant, a timeless variable of the entire civilizing process that has determined the direction of the human journey since the dawn of its journey towards domination of the planet. In the wake of their employment, great empires, sociocultural models, religious biases, economic principles and institutional and political systems emerged and disappeared. Its influence, and even prominence, marked major historical periods and was equally responsible for major technological advances and even in the normative regulation – diplomatic and in the legal scope – of human relations and diplomatic relations. Its study is so diverse, so prolix and changeable that they continue to evolve and new specialties and ways of approaching a subject so complex and passionate continue to emerge, which absorbs more and more facets and fields of knowledge and interpretation. Despite the great spectrum of uncertainties that bellicosity brings us, there is an indelible truth that imposes itself, and that, despite its spirit of weightlessness, remains as a constant aspect in its uninterrupted presence: whether we want it or not, it will always be part of our historicity, being one of the main decisive factors in everything.

Keywords: War, timelessness, historicity.

INTRODUÇÃO

Desde a aurora da civilização, nossa espécie travou uma guerra incessante na busca de dois objetivos primários: a sobrevivência e o domínio e controle dos mais variados biomas. Como os grupos em diferentes estágios evolutivos, socioculturais e tecnológicos queriam se apossar de cada vez mais territórios, inclusive de seus vizinhos, o único resultado possível era que algum tipo de conflito armado iria acontecer em algum momento.

A arte da guerra, e aqui não estou plagiando Sun Tzu – que escreveu um tratado clássico sobre estratégia e tática militar, *A arte da guerra*, há mais de dois milênios na China Antiga –, ou mesmo a versão homônima moderna de Nicolau Maquiavel – *A arte da guerra*, escrita entre 1519 e 1520, pois como secretário da Chancelaria de Florença observou pessoalmente e relatou a seu governo o tamanho, composição, armamento, moral e capacidades logísticas dos militares mais eficazes de sua época –, nada mais é do que a demonstração inequívoca da capacidade humana de colocar um pouco de ordem e regras no caos disruptivo dos combates.



Como sabiamente se diz há milênios, e cujo autor é desconhecido, “a guerra revela, ou faz aflorar, o pior e o melhor do ser humano”, ou seja, é um contraponto dos nossos extremos comportamentais, éticos e morais. A mais óbvia demonstração de que, apesar de todo cenário tétrico, de todas as decisões e ordens abusivas ou questionáveis, há uma constante atemporal que faz com que nosso dualismo ético seja sempre o principal campo de batalha.

Guerra não é só, como dizem – em um discurso idílico que tramita entre a ação bem intencionada e a ingenuidade poética – os pacifistas e os ideólogos de um mundo utópico de harmonia e prosperidade, a destruição intencional e irracional da humanidade. É também uma oportunidade evolutiva, em todos os campos do conhecimento humano e das relações pessoais, institucionais e legais que advêm da inexorável constatação de que tanta dor, sangue e sofrimento não devem ser em vão, que há algo a ser aprendido e reorientado a partir daí. Tanta coisa que celebramos como avanços civilizatórios resultaram das cinzas de muitos e horrendos conflitos ao longo do tempo, e, por pior que seja, é a mais pura realidade.

Se a afirmativa de que “a guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam entre si, por decisão de velhos que se conhecem e se odeiam, mas não se matam” – citação que costuma ser atribuída ao piloto alemão Erich Hartmann, mas não há fontes que confirmem essa autoria, pois a frase contém uma ideia semelhante ao pensamento atribuído a Paul Valéry – é absolutamente correta, também há que se considerar a crucial certeza, de que, segundo Thomas Hobbes – sobre matéria, palavra e poder de um governo eclesiástico e civil, comumente chamado de Leviatã, livro escrito e publicado em 1651. “O homem é lobo do homem, em guerra de todos contra todos” – embora a frase tenha se popularizado quando foi citada por Thomas Hobbes, a versão original “*Lupus est homo homini non homo*” pertence ao dramaturgo romano Plauto. Enlaçando as duas citações antecedentes, assevera-se que “*Si vis pacem para bellum*”, traduzido para o português, “se quer paz, prepare-se para a guerra”, de Públio Flávio Vegécio Renato (Publius Flavius Vegetius Renatus), no século IV, na sua obra *Epitoma rei militaris* (Compendio da Arte Militar), deixa patente que, mediante tal constatação onipresente, para quem não quer ser “devorado” pelo seu oponente, ou mesmo contê-lo e derrotá-lo, deve estar em iguais ou melhores condições que seu possível “predador”.

A paz é precedida pela guerra, ou por ela imposta como forma de criar, de estabelecer a volta à normalidade; ou para confirmar a vitória de uma proposição. Todos, e tudo, saem dela impactados, mudados.

E é partindo dessas premissas que o presente artigo irá promover uma breve análise dos pontos elementares desse constructo humano que nos acompanha – para o bem ou para o mal – desde sempre. Não só os homens travam suas batalhas, mas também os deuses de todas as civilizações e épocas estão em uma guerra interminável, buscando atingir seus objetivos de derrotar aqueles que se levantam para destruir sua criação. E como somos seus “rebentos”, seguimos seus passos para preservarmos aquilo que consideramos o modelo a ser mantido e que nos foi por “Eles” apresentado como legado universal.



NOSSA INATA BELICOSIDADE

Ao se promover uma breve análise primária sobre a gênese e o desenvolvimento da guerra, o ponto de partida, de qualquer pesquisador sério, visando se manter o mais longe possível – se isso for humanamente viável – de paixões e interpretações personalistas, é estabelecer como critério primário a certeza de que uma temática tão abrangente, diversificada e crítica, deve ser tratada nem como apologia, nem como execração. O que de fato deve se proceder, é um sério e abalizado estudo polemológico, sempre respeitando a tecnicidade acadêmica e historiográfica.

Para estabelecer um diálogo inteligível com o leitor, cabe conceituar que a ciência da Polemologia se debruça sobre o estudo científico das guerras e seus efeitos, formas, causas e funções enquanto fenômeno social, bem como sua contemporaneidade, uma vez que o termo foi proposto em 1946 pelo sociólogo e economista francês Gaston Bouthoul (1896-1980) em seu livro *Cent millions de morts* (Cem milhões de mortos) –, e depois aprimorado em *Traité de polémologie: sociologie des guerres* (1991)¹. O conceito foi, gradativamente, abraçado por múltiplas áreas das ciências militares, da ciência política e dos estudos das relações internacionais.

A proposição desse novo ramo científico é a de que se formalize a aceitação da Polemologia como um ramo de estudo no campo da ciência política, pressupondo o abandono da aceitação da guerra como um fenômeno exclusivamente consciente e voluntário, e de que os conflitos bélicos podem ser evitados utilizando mecanismos jurídicos de regulação da relação entre povos e Estados. Gaston Bouthoul entendia que, conforme exposto por Molina (2007, p. 188-189), “se você quer paz, prepare-se para a guerra, dizem e fazem os políticos, e se você quer paz, faz bons discursos, diz o pacifismo retórico [...], mas ninguém admite que tantos fracassos mostram que o problema foi mal colocado, nem diz: ‘Sim você quer paz, você conhece a guerra.’”

Oliveira (2015), em um certo viés introdutório, destaca que, desde a formação dos Estados nacionais, observa-se uma evolução histórica da interconexão entre a política e a guerra, assim como apresenta reflexões se esta seria um fenômeno político ou cultural, e que, com o fim do período das guerras mundiais da centúria passada, a perspectiva estatocêntrica, fundamentada cognitivamente no arcabouço teórico formulado por Clausewitz², começou a ser complementada por reflexões que incluíram outros referenciais teóricos e “novos” tipos de conflitos envolvendo os Estados no cenário internacional (ibid.). Além do que, não há necessariamente uma primazia da falência da ação política do Estado contra outro Estado como causadora do fenômeno da guerra e, na atualidade, a política, a guerra e os guerreiros possuem mais do que uma dinâmica sequencial e diacrônica, uma perspectiva simultânea e relacional para as suas interconexões, sendo que as ameaças ao Estado estarão em campos de batalha onidirecionais e estão onipresentes em todos os seus campos de atuação.

¹Descobridor do *homo furiosus*, versão guerreira do *homo sapiens*, Gaston Bouthoul, fundador da polemologia moderna, explica as eternas relações das sociedades e dos indivíduos com a guerra, analisada como um fenômeno social comum com grandes consequências: os fatores beligerantes, as doutrinas filosóficas e teológicas das guerras, a sua morfologia, os seus aspectos econômicos, psicológicos, religiosos, os planos de desarmamento, o impacto das armas nucleares. Se queres a paz, escreve ele, conhece a guerra. Ler sua obra magistral é munir-se de chaves para compreender melhor os mecanismos secretos que produzem epidemias de violência coletiva. Cf. BOUTHOU, Gaston. *Traité de polémologie: Sociologie des guerres*. Paris: Payot, 1991.

² CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Lisboa: Relógio d'Água, 2022. A obra de Carl von Clausewitz é fundamental para quem se interessa pelo assunto. Muito da filosofia do autor é notável, principalmente, pelo fato de ter uma visão realista sobre a guerra, sua máxima: “a guerra é a continuação da política por outros meios”, descreve muito bem o assunto a ser abordado no livro um, *Da Natureza da Guerra*, que trata, especialmente, de entender do ponto filosófico, o que é a guerra. Os demais livros contidos em *Da Guerra* seguem a mesma lógica. Embora não tratem diretamente da filosofia da guerra, também descrevem outros assuntos militares clássicos do período.



Corroborar-se, pois, a noção de que a guerra é um negócio de Estado, e que, como tal, abarca toda a dinâmica sociocultural, institucional e de forças produtivas em uma mobilização para que aquilo que se convencionou intitular, e se impor, como grandes interesses nacionais se concretizem através do esforço e sacrifícios de todos os envolvidos. Perseverando na compreensão e no entendimento da análise dessa linha temporal, dessa forma é de fundamental importância continuar refletindo sobre a atualidade dos preceitos contidos nas estratégias de emprego do poder militar e as transformações históricas nos aspectos conceituais sobre a interação entre a política, a guerra e os guerreiros, a fim de possuir documentos doutrinários contextualizados com a nossa contemporaneidade.

Trazendo o assunto para mais perto de nós, para os dias de hoje, ainda dentro da apreciação do artigo de Oliveira (2015, p. 44), destaca-se que, ao refletirem sobre um conflito além dos limites, Liang e Xiangsui (1999) propõem que as guerras futuras terão, com mais frequência, certos tipos de hostilidades como, por exemplo, a guerra financeira, na qual uma nação poderá ser subjugada, sem que ocorra derramamento de sangue. E há que se pensar um pouco sobre isso questionando, por exemplo, quais teriam sido as consequências desastrosas para as economias de Hong Kong, e até mesmo da China, se a batalha de agosto de 1998 para proteger as finanças de Hong Kong, tivesse sido perdida? Um aspecto que demonstra a intrincada teia que envolve e determina os rumos das decisões sobre a guerra ou a paz, prende-se ao fato de que tais situações são possíveis de ocorrer (ibid.).

A evolução ininterrupta dos conflitos militares faz com que seus estudiosos se debrucem no hercúleo trabalho de identificação, separação e definição dos seus estágios e das suas especificidades ímpares. Em assim sendo, temos *a priori* as seguintes classificações:

GERAÇÃO	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1ª	1648-1860	* o campo de batalha ordenado criou uma cultura militar de ordem, ou seja, a maioria das coisas que distinguem o militar do civil (uniformes, continências, graus hierárquicos) eram produtos da primeira geração com a intenção de reforçar a cultura da ordem; * coluna e linha.
2ª	1ª GM e período entre guerras	* resposta à contradição entre a cultura da ordem e o ambiente militar, o qual foi desenvolvido pelo Exército Francês durante e depois da 1ª GM, a guerra de segunda geração procurou uma solução no fogo concentrado; * a maior parte sendo fogo de artilharia indireto, onde o objetivo era o atrito; a doutrina foi resumida pelos franceses como sendo "a artilharia conquista e a infantaria ocupa"; * o poder de fogo era cuidadosamente sincronizado (usando-se planos e ordens detalhados e específicos) para apoiar a infantaria, carros de combate e artilharia em uma "batalha conduzida" onde o comandante era um condutor de orquestra.
3ª	2ª GM e Guerra Fria	* é baseada não no poder de fogo e atrito, mas na velocidade, surpresa e no deslocamento mental e físico, dentro de certos parâmetros: taticamente, durante o ataque, procura adentrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso da retaguarda para a frente; * ao invés de "aproximar e destruir", o lema é "passar e causar o colapso"; na defesa, a ideia é de atrair o inimigo para então cortá-lo a retirada.

4ª	Pós- Guerra Fria até hoje	<p>* o Estado perde o monopólio sobre a guerra (guerra assimétrica), os militares se encontram combatendo oponentes não estatais tais como a al-Qaeda, o Hamas, a Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; o que quer dizer que quase em toda parte, o Estado está perdendo;</p> <p>* utilizam todas as redes disponíveis – políticas, econômicas, sociais e militares – para convencer os líderes inimigos responsáveis pelas decisões políticas de que seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou demasiadamente custosos quando comparados aos benefícios percebidos.</p> <p>* uma mudança estratégica, uma mudança organizacional, e uma mudança nos tipos de participantes;</p> <p>* o aumento excepcional do uso de companhias militares privadas (Private military companies – PMC);</p> <p>* capacidade QBN.</p>
5ª	Em transição	<p>* afirmando que é toda tentativa de origem externa, por quaisquer meios, que objetive minar o cenário (político – econômico – tecnológico – psicossocial – ambiental e militar) de um país, por meio de agentes internos ou externos;</p> <p>* a desinformação e a ação de agentes perturbadores – internos e externos – para desestabilizar um Estado ou enfraquecer e desmoralizar o seu poderio militar é um recurso empregado desde as guerras da Antiguidade, necessitando, pois, de uma mais substancial conceituação/diferenciação;</p> <p>* o campo de batalha engloba a totalidade das esferas social, política, ideológica, científica, econômica e militar; em muitos sentidos desejável, que os combatentes da guerra de quinta geração não saibam com quem eles estão lutando, ou nem mesmo que eles estão lutando;</p> <p>* espera-se que todo o arsenal das tecnológicas NBIC (Nano-Bio-Info-Cogno) seja utilizado;</p> <p>* a manipulação do contexto dos observadores do conflito. Mesmo fazendo parte de uma estratégia marginal, valendo-se, por exemplo, de campanhas virais na internet, é uma opção empregada tanto por governos como na guerra assimétrica – uma via de mão-dupla da qual também podem se valer desde grupos terroristas/separatistas até grandes conglomerados internacionais;</p> <p>* ao invés de focar na derrota física do inimigo, a guerra de quinta geração reconhece o potencial para que novas tecnologias manipulem os sistemas de crença dos observadores que podem apoiar ou se opor ao conflito;</p> <p>* campanha viral é a mira focalizada sobre “formadores de opinião” e “elaboradores de políticas” que podem ser contactados diretamente através de uma astuta interface na mesma página do vídeo; assim, propósito desse contato é manter a campanha no foco da mídia através dos formadores de opinião, e forçar os elaboradores de políticas a manter a uma presença “colaboracionista” e “pacífica” ante o objetivo proposto.</p>

Tabela 1 – Tipos/“gerações” de guerra moderna/contemporânea após a paz/tratados de Vestfália 1648 (pós fim à Guerra dos 30 Anos [1618-1648] e modificou mudou o DPI [Direito Público Internacional])³

Fonte: Almeida de Oliveira, 2021, p. 4-7.

No Brasil, tais estudos remontam, dentro do quadro anteriormente exposto, à segunda década do século XX, quando o capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o futuro marechal José Pessoa, comandante da Escola Militar do Realengo, idealizador da AMAN e condutor do Projeto de Brasília, em sua publicação *Os tanks na Guerra Europeia 1914-1918*, de 1921, afirmava que: “a última guerra foi, sob o ponto de vista do *tank*, um simples episódio de velha luta entre a flecha e o escudo, seguida da eterna luta entre a couraça e a bala” (*apud*. Bento, 2020, p. 9).

³Alguns autores fazem outra divisão entre as guerras de 1ª e de 2ª gerações:

- as guerras de 1ª geração vão desde as guerras da Antiguidade até as guerras Napoleônicas, e o uso de armas de fogo de antecarga e de alma lisa (artilharia e infantaria);

- as guerras de 2ª geração começam com o uso de armas de fogo de retrocarga, uso de cartuchos e armas de alma raiada (artilharia e infantaria).



Nessa esteira, cabe frisar que, no Brasil, o Ministério da Defesa (MD) define Guerra Cibernética como sendo

o conjunto de ações para uso ofensivo e defensivo de informações e sistemas de informações para negar, explorar, corromper ou destruir valores do adversário baseados em informações, sistemas de informação e redes de computadores. Essas ações são elaboradas para obtenção de vantagens tanto na área militar quanto na área civil (Brasil, 2014),

e que tal definição não contempla todos os tipos de ações comuns à Guerra Cibernética, deixando de contemplar a exploração de sistemas.

Em linhas gerais, afirma-se que a Guerra Cibernética é hoje o mais novo domínio da guerra, juntamente com os domínios terrestre, marítimo, aéreo e espacial (geoespacial). Constantemente ela apresenta sinais de que está em andamento e influencia cada vez mais os relacionamentos entre Nações e Estados. Mas, ao se tentar definir, estabelecer o que é a Guerra Cibernética, segue-se sem consenso.

Contudo, considerando a definição da palavra “Cibernética” e aceitando a conceituação de Espaço Cibernético como o ambiente em que ocorrerão conflitos entre diferentes atores, podemos imaginar que Guerra Cibernética seria o conflito travado entre dois ou mais Estados no ciberespaço. Salvaguardando que as demais atividades desenvolvidas por atores não estatais ou estatais com potencial de dano à informação no ciberespaço devem ser tratadas como incidentes cibernéticos ou, usando um termo também já generalizado, como ataques cibernéticos ligados à segurança da informação.

Nesse cenário, o Departamento de Defesa dos EUA (DoD - *Department of Defense*) define Espaço Cibernético como apresentado, o que faz com que as operações da Guerra Cibernética sejam, *a priori*, definidas como o emprego de capacidades cibernéticas onde o propósito principal está em alcançar objetivos ou bens militares dentro do Espaço Cibernético ou através dele.

Entender o presente e tentar projetar o futuro são expedientes inócuos sem a devida compreensão do passado. Em *História do Futuro* (1654, cap. I, p. 4), o padre Antônio Vieira argumenta que “o tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa”. E é, nesse limbo, que atua e trabalha o historiador.

ALGUNS PENSADORES

Ferreira (2012) esclarece e reitera que a guerra desempenha um papel fundamental na história da humanidade, e através dela a sociedade se transformou. Sua ocorrência está associada à ascensão e queda de impérios, reinos e civilizações. Apesar das muitas mudanças que tiveram lugar na história das guerras, certas constantes permanecem, proclamando que o sucesso pertence àquele que se prepara melhor, onde o treinamento, o municionamento e a organização dos exércitos são os fatores centrais dessa preparação (ibid.).

Resgatando nossa herança cultural greco-romana, conforme exposto por Jaguaribe (2001,



p. XXV), é vital deixar patente que Tucídides foi o primeiro historiador moderno e o primeiro analista crítico de relações internacionais. Há, a partir deste começo, uma sucessão de discípulos/neófitos que aprimoram as técnicas do mestre primordial (ibid.).

Leopold Ranke pretendia relatar, objetivamente, os fatos como haviam ocorrido. Aspirava a interpretar as motivações e a explicar as circunstâncias que condicionaram os eventos que narrava. Sua preocupação com a motivação dos protagonistas o levou a expor os discursos que teriam pronunciado para justificarem seus atos, ou incentivarem a prática dos que almejavam realizar.

Padre Antônio Vieira, no *Sermão de quarta-feira de cinzas para a Capela Real, que não se pregou por enfermidade do autor*, 1655, salienta que:

Diz Jó que a vida do homem é uma perpétua guerra: *Militia est vita hominis super terram*⁴ – tanto assim que ao mesmo viver chama ele militar: *Cunctis diebus quibus nane milito* –, qual seja a campanha desta guerra, não é Cartago ou Flandres, ou, como agora, Portugal, senão o mundo e a terra toda em qualquer parte: *super terram*. Mas, como o mesmo Jó não faça menção de muitos, senão de um só ou de qualquer homem – *vita hominim* – com razão podemos duvidar quem são os combatentes entre os quais se faz esta guerra e se dão estas batalhas? Se foram gentes e diversas nações, também ele o dissera, mas só faz menção de um homem, porque dentro em cada um de nós, como de inimigos contra inimigos, se faz esta guerra, se dão estes combates, e vence ou é vencida uma das partes (Vieira, 1655).

Cita dois versículos complementares: “A vida do homem sobre a terra é uma guerra” (Jó 7, 1); “Todos os dias que passo agora nesta guerra” (Jó 14, 14).

As elucubrações que se seguem fazem parte de um conjunto de anotações feitas, de “recortes pinçados” ao longo dos meus estudos sobre a natureza das guerras e das perspectivas daqueles que se prestam a nos facilitar na sua elucidação, explicação. Portanto, trata-se de uma reunião de telas para formar um mosaico inteligível para os leitores.

Referência na temática, Clausewitz estabeleceu, em 1804, uma distinção entre guerras que têm por fim o extermínio do oponente, de forma a destruir a sua existência política (absoluta), e aquelas que seriam mais brandas por pretenderem enfraquecer o inimigo o necessário para que pudesse assim “impor condições [a ele] na conferência da paz” (real) (Clausewitz, 2022). Essa disparidade remete à distinção feita por Clausewitz entre guerra absoluta e guerra real, na qual a primeira trata-se de uma concepção ideal, uma fantasia lógica enquanto que a última contempla um aspecto real.

Sendo assim, guerra real representa aquela que é possível, ou seja, abarca um nível de violência e hostilidade palpável e que está vulnerável às possibilidades do conflito. Esta, para o general, é comparável a um camaleão, devido a sua variabilidade histórica, isto é, passa por diversas particularidades e obstáculos – nomeado pelo autor de fricção, necessitando de adaptação diante da característica da imprecisão (Ibid.).

Por outro lado, Clausewitz define a guerra absoluta como uma “fantasia lógica”, uma vez que se trata de um conceito do tipo puro ideal, em que não há limitação para o uso de violência e nem

⁴A guerra é a vida do homem na terra.



leis que pudessem regê-la. A guerra absoluta prevê o aniquilamento do inimigo utilizando a força máxima de modo instantâneo. A relação entre guerra absoluta e real está no sentido de que, na realidade, um lado busca superar o outro, e essa sucessão de ataques de maior intensidade leva aos extremos. Sendo assim, “a guerra privilegiaria a confrontação e a aniquilação física: portanto, um uso da violência sem limites”⁵ (Ibid.).

Assim, a guerra, além de constituir uma forma violenta de solução de controvérsias políticas, apresenta-se também como uma construção humana, um dado cultural, e como tal, não se encontra sujeita à lei da causalidade, mas da liberdade, bem como aquilo que em cálculos de gabinete poderia ser previsto, na prática é desviado pelo acaso. Em suma, Clausewitz afirma que: a guerra é o domínio do acaso; nenhuma outra esfera da atividade humana deixa tanta margem a este desconhecido, pois nenhuma se encontra, sob todos os pontos de vista, em contato tão permanente com ele. Em todas as circunstâncias ele acentua a incerteza e entrava o curso dos acontecimentos, por isso, mais do que em qualquer outra empreitada, é preciso contar com a inteligência do comandante (Ibid.).

Já o barão Antoine-Henri Jomini, entendendo de modo acadêmico e não teratológico (deformidade, monstruosidade), expõe os vários tipos de guerra que, dependendo das opções político-estratégicas adotadas, podem ser conduzidas, referindo-se ao que designou por guerras ofensivas para reclamar direitos, guerras defensivas, guerras de intervenção, guerras de invasão, guerras de opinião, guerras nacionais, guerras civis e guerras duplas (Jomini, 1838). Sempre focando na preocupação deontológica da “moral dos exércitos”, a “exaltação do espírito militar” e a manutenção de um “exército de referência”, além da logística adequada, serviços de saúde, leis internacionais e tratamento digno da população civil.

A obra de Jomini, principalmente *Précis de l'Art de la Guerre* (Precisão da Arte da Guerra, 1838), seu compêndio com uma súmula de ensinamentos, referências da sua doutrina estratégica sobre a arte da guerra, na qual se destacam os seguintes conceitos: arte ou ciência (a guerra não é uma ciência mas uma arte); estratégia e tática; comando e princípios de atuação⁶; conhecimento do terreno; manobra; ofensiva; defensiva; plano de operações; experiência (Ibid.).

Frisa-se que a principal tese de Moltke é que a estratégia militar tem de ser concebida como um sistema de opções desde os primórdios da planeabilidade da operação, e, como resultado, considera que a principal tarefa das lideranças militares consistia na exaustiva preparação de todas as possíveis consequências. Sua tese pode ser resumida em duas afirmações, uma famosa e outra nem tanto, traduzidas em português como: “nenhum plano de batalha sobrevive ao contato com o inimigo” e “guerra é uma questão de conveniência”.

Resumidamente, Macedo (2018, p. 2943) declara, na conclusão de seu estudo, que após a análise da fórmula clausewitziana percebe-se que a guerra não constitui uma função estranha à natureza humana – nem mesmo à natureza humana mais polida dos povos civilizados –, como apregoam as formas mais extremadas de pacifismo, bem como que, tampouco, a guerra consiste na “verdadeira” arte do Estado, a qual deve, inclusive, substituir a política, como assevera uma concepção mais vulgarizada de Clausewitz. Então, a guerra corresponde a uma forma violenta de resolução de conflitos e, enquanto modo de solucionar problemas, encontra-se subordina-

⁵ É uma frase que se refere à guerra absoluta e à tendência de um lado superar o outro em uma sucessão de ataques cada vez mais intensos.

⁶ A maior parte dos meios há de ser empregado no momento e local certos; a principal atenção do tático há de ser a escolha certa da ordem de batalha visando atingir os objetivos



da à política. De fato, a guerra é a “continuação da política por outros meios” e essa afirmação apresenta dois sentidos: primeiro, a arte da política não desaparece com a guerra e, segundo, a guerra constitui um dos instrumentos (ao lado de outros, como a diplomacia e o comércio) para implementar objetivos políticos.

De igual modo (Macedo, 2018, p. 2943-2944), é justo afirmar que isso não implica mascarar ou menosprezar a violência inerente em toda a guerra. Muito pelo contrário, ela se distingue da diplomacia precisamente por causa da destruição. Afirmar a fórmula não implica atenuar a violência da guerra, mas a revelação da violência na própria política. Se Maquiavel estiver correto, a política não é uma simples atividade inerme de gerência do Estado que um tecnocrata especializado em administração pública poderia executar, pois trata-se de uma arte fria, pautada pela prudência, na qual o soberano declara uma guerra da mesma forma como poderia celebrar um banquete. O que faz com que, em um extremo a fórmula clausewitziana põe a nu a violência inerente à política (ibid.), no outro, revela as limitações da própria guerra, que, enquanto instrumento, não ultrapassa os objetivos da sua senhora, ou seja, é a extensão da decisão política – “gloriosa” ou modesta – que irá condicionar a condução da guerra. Portanto, se a própria política encontrar limitações, o mesmo ocorrerá com a guerra.

DIREITO PÚBLICO INTERNACIONAL (DPD): ABORDAGENS BREVES

Para que se possa minimamente ter a mais básica noção de que os horrores e o medo da guerra levam a um equilíbrio tênue – armistício, paz – é preciso retornar na História, mais precisamente ao século XIII a.C. Especificamente sobre as consequências e desdobramentos da Batalha de Kadesh (ou Cadexe, Cades, Cadech ou Qadesh), travada entre o Egito, sob a égide de Ramsés II, e o Império Hitita, comandado por Mutawali, às margens do rio Orontes e junto à cidade-fortaleza de Kadesh, localizada na moderna Síria.

Se analisarmos o evento do ponto de vista meramente militar, em termos estratégicos a batalha terminou como um “empate técnico”. Os exércitos empataram em combate, mas os hititas impediram o avanço egípcio no vale do Orontes e ainda expandiram seus territórios sobre reinos antes egípcios. Portanto, a guerra como um todo teve triunfo hitita, apesar de Ramsés II ter feito grande propaganda de “sua vitória”, com a construção do templo de Abu Simbel. Erigido por Ramsés II para comemorar sua vitória na batalha de Kadesh (1274 a.C.), é dedicado ao culto do próprio Ramsés (os faraós eram considerados deuses) e das divindades mais importantes do antigo Egito: Amon, Ra e Ptah.



Fig. 1 - Representação de soldados em suas bigas durante a Batalha de Kadesh

Fonte: Acervo pessoal do autor



Fig. 2 - Baixo-relevo em Abu-Simbel representando Ramsés II na Batalha de Kadesh

Fonte: Fonte: Acervo pessoal do autor

Como desenlace desse “empate” propalado como vitória por ambos os lados, os dois impérios reconheceram (como nos tempos de Seti I) possuir forças equivalentes, e que, portanto, nenhum dos dois podia aspirar destruir o outro. Contudo, o ponto alto foi um acordo entre egípcios e hititas, que deu origem ao primeiro tratado de paz conhecido da história. Selado 16 anos mais tarde, onde o sucessor de Mutawalli, Hatussili III, entrou em acordo com Ramsés II no que dizia respeito aos direitos dos refugiados de ambos os lados do conflito, bem como à criação de um pacto de não agressão cumprido por egípcios e hititas. Hatussili III ofereceu ainda a Ramsés II sua filha para que o faraó se casasse com ela e, durante todo o seu longo reinado, este jamais voltaria a acalantar o propósito de expandir seus domínios, uma vez que a amarga experiência em Kadesh obrigou-o moderar sua impetuosidade guerreira.



Fig. 3 - Placa menor do Tratado de Kadesh, descoberta em Boğazköy, Turquia. Encontra-se no Museu do Antigo Oriente, um dos museus de arqueologia de Istambul⁷.

Fonte: Acervo pessoal do autor

⁷ O Museu do Antigo Oriente (Eski Şark Eserleri Müzesi) localiza-se em Istambul, na Turquia, e faz parte do complexo dos museus arqueológicos de Istambul. Encontra-se localizado no antigo Colégio de Belas Artes, em frente ao Museu de Arqueologia. O Museu do Antigo Oriente reúne coleções de regiões como Mesopotâmia, Anatólia e Egito.



Amanda Olegário destaca a importância do Tratado de Kadesh

O Tratado de Kadesh representou uma estreia ao introduzir cláusulas e contribuições para o Direito Internacional e as relações internacionais, representando uma espécie arcaica de Direito Internacional Público. Ele impôs regras a dois Estados distintos dentro do sistema internacional, delimitando obrigações e direitos dos atores envolvidos, além de ter sido um dos primeiros acordos a ser registrado na forma escrita, tendo sido elaborado na língua internacional da época, o acádio (língua babilônica), pelos embaixadores de seus respectivos reinos, e foi posteriormente redigido em hieróglifos egípcios e em acádio hitita, e exibido em monumentos, mostrando a importância de tal documento para ambos os impérios.

Da mesma forma, o acordo evidencia o respeito mútuo à soberania e à igualdade internacional naquela época, e incluía cláusulas sobre o futuro das relações bilaterais, a renúncia à agressão mútua, uma aliança de defesa militar coletiva e a garantia de anistia para estrangeiros, mostrando certas semelhanças com a Carta da ONU, como o princípio da busca pela paz, o da não-agressão e do uso de meios diplomáticos.

Em suma, o Tratado de Kadesh teve implicações significativas no Direito Internacional e nas Relações Internacionais, especialmente no âmbito da diplomacia, ao estabelecer um sistema convencional de tratados e inaugurar o conceito de Direito Internacional Público, tornando-se o primeiro acordo entre dois Estados a definir normas jurídicas, direitos e obrigações mútuas. Além disso, o tratado promoveu uma era de paz duradoura e relações diplomáticas mais estreitas entre os impérios envolvidos, evidenciando a autonomia e independência do Egito Antigo na construção de um sistema internacional diplomático e funcional.

Assim, conclui-se que o tratado foi um marco fundamental para a evolução desses conceitos hoje mais avançados nas relações internacionais, ressaltando a relevância histórica dessas definições na diplomacia internacional e como tratados antigos influenciaram a formação de outros acordos ao longo do tempo (Olegário, 2023, p. 2).

Já há algum tempo, é a Convenção de Genebra que faz esse papel de estabelecer algum grau de impor limites e estabelecer códigos de conduta às ações dos beligerantes. Além do que, complementando sua atuação, todo ato de violação pelas nações que ratificaram as Convenções de Genebra pode conduzir a um processo diante da Corte Internacional de Justiça (CIJ)/Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), ou diante da Corte Penal Internacional (CPI)/Tribunal Penal Internacional (TPI).



CONVENÇÕES DE GENEBRA
<p><u>A primeira Convenção</u></p> <p>A Primeira Convenção de Genebra foi criada em 1864, após o suíço Henri Dunant testemunhar as consequências da Batalha de Solferino, na Itália. Ela estabeleceu o respeito e o cuidado com os militares feridos ou doentes sem discriminação. Desde então, as ambulâncias e os hospitais são protegidos de todo ato hostil e são reconhecíveis pelo símbolo da cruz vermelha com fundo branco. A primeira verdadeira aplicação deste tratado aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial.</p>
<p><u>A segunda Convenção</u></p> <p>A segunda Convenção foi escrita em 1906, e estendeu as obrigações da primeira Convenção às forças navais.</p>
<p><u>A terceira Convenção</u></p> <p>A terceira Convenção de Genebra foi publicada em 1929, com o objetivo de definir o tratamento a ser dado aos prisioneiros de guerra.</p>
<p><u>A quarta Convenção</u></p> <p>A quarta Convenção, escrita em 1949, revisou as três anteriores e acrescentou a proteção dos civis em período de guerra. Quando se fala hoje em dia da Convenção de Genebra, refere-se ao resultado deste conjunto de acordos.</p> <p>Conforme esta Convenção, os civis são claramente protegidos de toda hostilidade: eles não podem ser sequestrados, para servir, por exemplo, de "escudos humanos"; toda e qualquer medida de retaliação visando os civis ou seus bens é estritamente proibida; as punições coletivas são estritamente proibidas.</p>

Tabela 2 – Convenções de Genebra

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no *International Committee of the Red Cross*

Quanto à ingerência da Organização das Nações Unidas (ONU) e sobre a sua ação, os organismos internacionais ganharam força a partir da segunda metade do século XX, impulsionados pelo término da Segunda Guerra Mundial, contexto no qual o aumento da complexidade das relações internacionais e a necessidade de institucionalização dos procedimentos podem ser indicados como fatores decisivos para a decisão de expansão dessa política de aproximação jurídica (Almeida de Oliveira, 2022). As organizações internacionais são criadas pelos Estados, nos termos do seu tratado de constituição, e possuem personalidade jurídica própria e distinta da dos seus membros, e, em razão disso, possuem capacidade para celebrar tratados, participar de conferências internacionais e postular, em nome próprio, perante tribunais internacionais.

Pensadas, formalizadas e organizadas de acordo com o interesse e as necessidades dos fundadores, as organizações internacionais podem ter vocação regional ou global, bem como dispor sobre temas gerais ou específicos (Ibid.). Daí, percebe-se que a motivação dos Estados na criação de organismos internacionais normalmente decorre de algumas vantagens que o modelo oferece, entre as quais podemos destacar: a) a transferência das negociações para um fórum permanente e multilateral; b) a possibilidade de padronização das normas e procedimentos; c) o estabelecimento de um órgão de solução de controvérsias capaz de analisar os litígios e propor, quando for o caso, as sanções correspondentes.

ANALISANDO

Retomando minhas anotações sobre o assunto, as quais foram sendo aprimoradas ao longo de anos de estudo, é possível entender que expressões como conflito, choque, luta ou embate armado – seja por meios militares ou não, diretos ou indiretos, entre Estados ou entre um Estado e uma organização não estatal com capacidades ofensivas letais, ou ainda de natureza interestatal com a intervenção de terceiros estrangeiros – estão associadas ao conceito de guerra. Além disso, também se inclui o envolvimento de uma ou mais organizações não estatais com meios ofensivos,



frequentemente apoiadas por Estados de maneira direta ou indireta, conforme o entendimento de Liang e Xiangsui (2006). Essas expressões nos ajudam a compreender que a guerra está intimamente ligada a termos como combate, batalha, luta, briga ou confronto. Isso sugere que, em geral, esses conceitos podem ser usados de forma intercambiável, embora cada um tenha um contexto específico de uso. Por exemplo, é correto falar em "combate entre boxeadores", mas não em "guerra entre boxeadores".

Permitindo-nos seguir a presente análise a partir do seguinte bipé: guerra refere-se, na sua acepção mais habitual, à luta armada ou ao conflito bélico entre duas ou mais nações ou bandos; implica o rompimento de um estado de paz e dá origem a um confronto com todo o tipo de armas e que costuma provocar um elevado número de mortes. Abalizando, por sua vez, teorias de renomados pensadores como Clausewitz, de que a guerra é, grosso modo, um "negócio de Estado" (Clausewitz, 2022).

Nunes (2015) salienta que a história mostra que a guerra faz parte da vida humana desde tempos imemoriais, apesar do enorme cortejo de sofrimento e miséria e do elevado preço, em mortos, feridos, mutilados, desalojados, refugiados, etc, que invariavelmente arrasta consigo. Reiterando que, embora isso possa nos desagradar, é possível, como alguns autores sugerem, que a guerra seja inerente à natureza humana e que, apesar dos esforços recentes da comunidade internacional, por meio, por exemplo, da Carta das Nações Unidas, para limitá-la – e até erradicá-la –, ela continue a existir ainda por muito tempo.

Sempre levando em consideração que, devido ao seu caráter violento e aos enormes efeitos na vida das pessoas e das sociedades, a guerra é uma fonte óbvia de questões de natureza moral, cuja mais importante é saber se ela pode em alguma circunstância ter justificação ou se, pelo contrário, é sempre incorreta.

Além do que outras questões importantes são também as de saber como deve ser travada e o que se deve fazer uma vez terminada a guerra, são três as principais teorias que tentam responder a estas questões: o realismo, o pacifismo e a teoria da guerra justa.

Realismo: a moral não é para aqui chamada

Como a guerra é apenas a continuação da política por outros meios, os realistas aplicam à guerra as suas ideias sobre a política internacional. A guerra só deve ser travada se servir aos interesses do Estado e, uma vez instalada, este deve fazer tudo ao seu alcance para vencê-la. Consequentemente, tendem a pensar que a guerra está fora da moralidade. "No amor e na guerra vale tudo" ou *inter arma silent leges* ("em tempos de guerra as leis calam-se") são expressões a que recorrem frequentemente para resumir a sua posição, querendo, com isso, dizer que nenhuma lei se deve sobrepor aos interesses e aos decretos do Estado que, por sua vez, deve guiar-se sempre nas suas decisões pelo interesse nacional.

Há duas espécies de realismo de alguma forma mescladas nesta exposição: o *realismo descritivo* e o *realismo normativo*. O realismo descritivo é o ponto de vista segundo o qual os estados não se comportam ou não podem comportar-se de forma moral. Os Estados são motivados por questões de poder, de segurança e de interesse nacional e, para servirem aos seus cidadãos de forma eficaz, não podem agir moralmente, pois movem-se em uma arena internacional onde existem outros Estados dispostos a fazerem tudo para atingirem seus objetivos. Como o nome indica, o realismo descritivo pretende ser factual e, portanto, é constituído por juízos de fato. A sua verdade ou falsidade depende da sua adequação aos fatos.

O realismo normativo, pelo contrário, pretende estabelecer como os Estados devem-se comportar na cena internacional e é completamente independente do realismo descritivo: um pode ser verdadeiro sem que o outro o seja. Segundo o realismo normativo, os Estados devem (um dever prudencial e não moral) ser amorais em matéria de relações internacionais, porque, se agirem com base em princípios morais, serão explorados por Estados menos escrupulosos ou correm o risco de ofender Estados e comunidades com outros valores, prejudicando a defesa dos seus interesses. É melhor olhar apenas ao interesse nacional e deixar a moral fora das relações internacionais. Esta forma de realismo, em vez de pretender descrever como as coisas são, pretende estabelecer como devem ser. Daí o seu nome.

Pacifismo: todas as guerras são imorais

O pacifismo, ao contrário do realismo, não separa a ética da guerra. Os pacifistas consideram em geral que a guerra pertence à esfera da moral. A dificuldade está em que, do ponto de vista dos pacifistas, nenhuma guerra tem justificação moral. Seja por razões de princípio, seja devido às consequências que dela resultam, a guerra é sempre incorreta.

O pacifismo moderno é de dois tipos: consequencialista e deontológico. A principal diferença entre estes tipos de pacifismo está na razão evocada para considerar as guerras injustas. O pacifismo consequencialista baseia-se normalmente na alegação que os benefícios da guerra nunca superam os malefícios, ao passo que o pacifismo deontológico parte da ideia que a guerra é intrinsecamente errada porque viola deveres absolutos, como o de não matar seres humanos.

Teoria do *justum bellum* (guerra justa): nem todas as guerras são imorais

A teoria da guerra justa é a resposta cristã ao problema moral da guerra. Na sua essência, essa resposta consiste em dizer que a guerra, ao contrário do que pensam os realistas, é abrangida pela moral e que, apesar disso, ao contrário do que pensam os pacifistas, por vezes tem justificação. A teoria opõe-se, assim, tanto ao realismo como ao pacifismo.

A teoria da guerra justa estabelece um conjunto de princípios que visam determinar as condições em que a prática da guerra é justa. É costume distinguir entre os princípios que visam determinar quando é legítimo recorrer à guerra (*jus ad bellum*) e os princípios que procuram estabelecer como conduzir a guerra (*jus in bello*). Recentemente, alguns pensadores acrescentaram uma terceira categoria, relativa ao que se deve fazer uma vez a guerra terminada (*jus post bellum*).

Tabela 3 – Teorias filosóficas sobre a guerra

Fonte: Nunes, 2015.

Vejamos, a seguir, as três “divisões” da guerra justa. Na primeira delas:

Jus ad bellum

As regras do *jus ad bellum* são dirigidas, principalmente, aos governantes, uma vez que são eles que, nos Estados, têm o poder de declarar a guerra. Se os governantes violam declaradamente estas regras, cometem crimes contra a paz e podem ser julgados pelos seus atos por tribunais internacionais, como foi o caso do antigo dirigente sérvio, Slobodan Milosevic. As regras principais do *jus ad bellum* são as seguintes:

1) Causa justa - Esta regra é a mais importante. Um Estado só pode declarar guerra pelas razões adequadas. Estas razões podem ser a defesa de uma agressão, a defesa de outros países de uma agressão ou a proteção de inocentes de regimes agressivos. A maior parte dos teóricos pensa que uma agressão física é sempre injusta e que, só por si, fornece a um Estado uma causa justa para se defender, sendo considerada uma agressão o uso de forças armadas contra os direitos básicos de um Estado ou de uma comunidade. Um exemplo clássico de agressão foi o ataque da Alemanha à Polónia no início da Segunda Guerra Mundial e o ataque do Iraque ao Kuwait, que deu origem à primeira Guerra do Golfo.

2) Correta intenção - Um Estado deve fazer a guerra apenas devido a uma intenção que seja correta. Normalmente, a intenção correta é atingir os objetivos que fazem com que haja uma causa justa de guerra, por exemplo, eliminar uma agressão. Mas não é fácil saber quais são as intenções dos Estados e é sempre possível que, embora aleguem motivos corretos, tenham também outras razões. Por exemplo, a rapidez com que os Estados Unidos responderam à invasão do Kuwait pelo Iraque na primeira Guerra do Golfo foi determinada pela vontade de responder a uma violação dos direitos básicos do Kuwait ou de aceder mais facilmente ao petróleo do Golfo? Seja como for, uma guerra não pode ser considerada justa se o interesse nacional supera a intenção de combater uma agressão.

3) Autoridade apropriada e declaração pública - Para que uma guerra seja justa, a decisão de um Estado de entrar em guerra deve ser tomada pelas autoridades competentes, de acordo com as leis desse Estado, e dada a conhecer aos seus cidadãos e ao inimigo. O ataque de surpresa japonês a Pearl Harbor, que deu origem ao envolvimento americano no Teatro de Operações do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, violou esta regra.

4) Último recurso - Um Estado tem legitimidade para fazer a guerra apenas



se essa for a única forma de resolver o conflito, isto é, se tiver esgotado todas as alternativas pacíficas ao seu alcance. Apesar de imensamente criticados, os esforços do primeiro-ministro inglês, Neville Chamberlain para obter uma paz negociada com Hitler podem ser vistos em parte como uma tentativa de cumprir esta regra.

5) Probabilidade de sucesso - Um Estado só pode fazer a guerra se for provável que dessa forma consiga resolver a situação. O objetivo desta regra é impedir a violência gratuita e a perda injustificada de vidas humanas. Durante a Segunda Guerra Mundial, os dirigentes checos, temendo que a força aérea alemã bombardeasse Praga, preferiram submeter-se ao domínio nazista a envolverem-se em um conflito armado que sabiam que não tinham a mínima hipótese de vencer.

6) Proporcionalidade - Antes de iniciar a guerra, um Estado deve comparar os benefícios que espera que resultem dela com os malefícios. Só se os benefícios para todas as partes envolvidas justificarem os custos, o Estado deve travar a guerra. A guerra de Israel contra o Líbano, que, em 2006, provocou a destruição do sul daquele país, constituiu uma violação desta regra se, como alguns afirmam, foi uma resposta ao rapto de dois soldados israelitas pelo Hezbollah.

Para que uma guerra seja justificada estas seis condições têm de ser todas cumpridas. De notar que as primeiras três são regras deontológicas e constituem, portanto, aquilo a que podemos chamar deveres, ao passo que as últimas três são regras consequencialistas, uma vez que tratam das consequências que se espera que resultem da guerra (Nunes, 2015, p. 2-3).

Na segunda:

Jus in bello

O *jus in bello* diz respeito à justiça na guerra, àquilo que é permitido fazer na guerra. A responsabilidade pelo cumprimento das regras do *jus in bello* recai principalmente naqueles que formulam e executam a estratégia de guerra, isto é, os militares. Quando algumas dessas regras é violada, os responsáveis pela violação podem ser julgados por crimes de guerra, seja por tribunais nacionais, seja, desde 1º de julho de 2002, pelo Tribunal Penal Internacional, um tribunal da ONU criado para julgar este tipo de crimes. Um exemplo claro de violação das regras do *jus in bello* foi a tortura de prisioneiros iraquianos por soldados americanos na prisão de Abu Ghraib, em 2003. Um exemplo mais antigo, mas igualmente famoso pela sua barbárie, foi o massacre de My Lai, em que cerca de 500 camponeses vietnamitas indefesos foram mortos por soldados americanos, durante a guerra do Vietnã. As regras do *jus in bello* são as seguintes:

1) Obedecer a todas as leis internacionais sobre armas proibidas - As armas químicas e biológicas são proibidas por muitos tratados internacionais. Embora não existam exemplos recentes da sua utilização em guerras entre Estados, as armas químicas foram insistentemente usadas durante a Primeira Guerra Mundial e suspeita-se que alguns países, apesar dos tratados internacionais, continuam a desenvolvê-las. Recorde-se que a suspeita de desenvolver armas deste tipo foi um dos motivos mais alegados pelos Estados Unidos para atacarem o Iraque. As armas nucleares, embora não sejam banidas por tratados internacionais (há tratados que limitam o seu desenvolvimento e número, mas não a sua utilização), são largamente condenadas e seu emprego em Hiroshima e Nagasaki pelos americanos na



Segunda Guerra Mundial sobre populações civis é ainda hoje largamente criticada.

2) Separação e imunidade dos não-combatentes – Só aqueles que participam no esforço de guerra do inimigo, seja diretamente como militares seja indiretamente trabalhando nas infraestruturas que contribuem para esse esforço, são alvos legítimos na guerra. Por conseguinte, deve-se distinguir a população civil, que, embora possa, como é normal, apoiar os dirigentes e as forças armadas do seu país, não constitui um alvo legítimo, dos alvos militares, políticos e industriais. A população civil nunca pode ser um alvo intencional na guerra, embora seja admissível, e até de se esperar dada a natureza de conflito violento da guerra, que ocorra a morte acidental de civis. Exemplos de desrespeito por esta regra são, primeiro, o bombardeamento, pela Alemanha, da cidade de Londres, e, mais tarde, o bombardeamento de Dresden e outras cidades alemãs pela aviação aliada, durante a Segunda Guerra Mundial.

3) Proporcionalidade – Os exércitos devem usar uma força proporcional ao fim que visam atingir. Isto exclui imediatamente a utilização de armas de destruição maciça, mas aplica-se também à utilização de armas mais convencionais e visa a impedir a ocorrência de carnificinas. Sempre que, por exemplo, o exército israelita, para eliminar um terrorista palestino, utiliza um volume de fogo que destrói um prédio onde vivem mais vinte pessoas e as mata, está a usar uma força desproporcionada e a violar esta regra.

4) Prisão benévola para os prisioneiros de guerra – Se os soldados inimigos se rendem e se tornam prisioneiros, deixam de ser uma ameaça. Por esse motivo, é incorreto matá-los, torturá-los ou maltratá-los de qualquer outra forma. Devem ser tratados de acordo com o estabelecido pelas Convenções de Genebra. Uma questão que tem gerado grande controvérsia é a de saber se os terroristas detidos pelos Estados Unidos em Guantánamo e em outros pontos do globo devem ser tratados como prisioneiros de guerra, isto é, de acordo com as Convenções de Genebra.

5) Não se pode utilizar meios que são maus em si mesmos – Os exércitos não devem recorrer a armas ou métodos que são “maus em si mesmos”, como violações em massa, genocídios, limpezas étnicas ou armas cujos efeitos não podem ser controlados, como as armas biológicas. As limpezas étnicas na ex-Iugoslávia e em Ruanda, na década de 1990 do século passado, são bons exemplos de violação desta regra.

6) As represálias são proibidas – Ocorre uma represália quando um Estado viola as regras do *jus in bello* e o outro Estado responde violando também as regras do *jus in bello*. Há boas razões para acreditar que as represálias só servem para aumentar as mortes e a destruição, sem qualquer influência na resolução do conflito. Na guerra entre israelitas e árabes, as represálias são frequentes levando normalmente a novas e indiscriminadas represálias, cujas consequências são, sobretudo, suportadas pela população civil.

A maior parte dos especialistas pensa que as regras do *jus ad bellum* e do *jus in bello* não têm qualquer relação. Uma consequência interessante desta ideia é que um estado pode combater justamente uma guerra injusta (isto é, para a qual não tem causa justa) ou, inversamente, combater de forma injusta (violando as regras do *jus in bello*) uma guerra justa. (Nunes, 2015, p. 3)



Na terceira delas:

Jus post bellum

O *jus post bellum* refere-se à justiça durante a fase final da guerra, quando esta está já decidida e as operações bélicas propriamente ditas estão perto de terminar ou já terminaram. Basicamente, trata-se de saber o que fazer, uma vez vencida a guerra. Certos autores têm vindo a defender que a teoria da guerra justa, que tem sido tão eficaz a estabelecer as normas para as fases anteriores da guerra, deve fazê-lo também para esta última fase. Esta é, no entanto, a parte da teoria a que até agora foi dada menos atenção e, por isso, não há para ela, como para as anteriores, um conjunto definido de regras aceite por todos os teóricos (na verdade, alguns teóricos ignoram mesmo completamente o *jus post bellum*). Algumas ideias importantes têm, no entanto, sido propostas:

1) Castigo – Se o Estado derrotado violou sistematicamente os direitos básicos dos outros Estados, seus responsáveis devem ser julgados por tribunais internacionais para crimes de guerra, como o Tribunal Penal Internacional. O mesmo deve acontecer aos soldados de ambas as partes, se cometeram crimes durante a guerra.

2) Compensação – O Estado agredido deve ser compensado financeiramente pelos danos causados, dentro de limites que evitem condenar o Estado agressor à pobreza.

3) Reabilitação – Nos casos em que isso se justifica, as instituições políticas do Estado agressor devem ser mudadas. As medidas podem consistir na reforma do sistema judicial e policial, na desmilitarização e no desarmamento desse Estado (como aconteceu com a Alemanha e o Japão, na Segunda Guerra Mundial), e até, como aconteceu no Afeganistão e no Iraque, na tentativa de instaurar regimes democráticos, que respeitam os tratados e as convenções internacionais.

A teoria da guerra justa não visa a justificar ou impedir a guerra quaisquer que sejam as circunstâncias. Não é um cheque em branco nem um cartão vermelho. A teoria da guerra justa é antes um instrumento que permite aos decisores políticos e àqueles que têm a responsabilidade de conduzir a guerra tomar decisões de acordo com um conjunto de regras que visam garantir a correção dessas decisões, ao mesmo tempo em que permite aos cidadãos em geral apreciar a correção das decisões tomadas. Em um mundo em que as guerras são uma presença constante, é preferível ter algumas regras que permitam determinar quando a guerra é ou não justificada a não ter quaisquer regras, como resulta do pacifismo e do realismo e, na prática, dar completa liberdade aos decisores políticos e aos exércitos no terreno para agirem como muito bem entenderem. Afinal, nem o realismo nem o pacifismo permitem justificar e explicar a condenação geral dos acontecimentos da prisão de Abu Ghraib (Nunes, 2015, p. 3).

Por incrível que possa parecer aos mais desavisados e incautos, existe uma filosofia da guerra, ou filosofia bélica. É uma área de estudo que analisa a guerra para além das questões de armamento e estratégia, uma vez que ela examina coisas como o significado e a etiologia da guerra, a relação entre a guerra e a natureza humana, bem como sua ética. Revisitando Hobbes, ele vê o homem como um ser egocêntrico, irracional e refém de seu semelhante, e, nesse cenário de extrema liberdade, ausência de paz e insegurança, refletindo em um estado de guerra por não haver controle entre os homens, relatando o sentimento de poder, perseguição, e de traição do homem em relação a outrem. Em suma, o homem é o lobo do próprio homem (*homo homini lupus*), e só vencendo nossas guerras sobrevivemos (viveremos) a todos e a tudo que nos ameaça e aos nossos pares.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dualidade coletiva define a guerra. Pois, se aceitamos que a guerra só deve ser travada se servir os interesses do Estado, e, uma vez em guerra, este deve fazer tudo ao seu alcance para ganhar, igualmente, por outro lado, tendemos a pensar que a guerra está fora da moralidade.

Cantamos as epopeias de heróis e líderes militares desde que a humanidade criou cultura, como na *Ilíada* e na *Odisseia*, ou usamos figuras proeminentes como Alexandre, o Grande; Júlio César; Napoleão; e mesmo Caxias e Osório, como símbolos de dedicação a uma causa comum, de superação, e como paradigmas a serem seguidos.

A guerra forja a tudo e a todos com ferro e fogo, mas também com reflexão evolutiva de tudo aquilo que ela nos faz passar e nos lega como herança e desafio de reconstruir o que, aquilo que nos fez perdermos.

A Canção do Exército Brasileiro, em uma de suas mais belas e profundas estrofes, afirma com veemência que “A paz queremos com fervor. A guerra só nos causa dor. Porém, se a Pátria amada for um dia ultrajada. lutaremos sem temor”⁸, uma declaração óbvia do fardo, do sacrifício que a liberdade e a paz podem vir a cobrar de nós. Gostemos ou não, queiramos ou não, a possibilidade existe e jamais deverá ser desconsiderada ou minimizada.

Compreender ou entender não é, necessariamente, desejar, gostar, querer. É saber a potencialidade daquilo que pode um dia nos afetar e como devemos reagir a uma situação extrema. Nossos instintos primitivos jamais nos deixarão, e o que aprendemos em milênios é que mesmo a guerra pode ser condicionada a padrões de civilidade e normalidade, para que ela cumpra sua função de resolver situações caóticas sem levar a aniquilação total dos envolvidos, senão ela deixaria de existir por falta de combatentes e lideranças.

⁸ Canção do Exército, música de Teófilo de Magalhães e letra do tenente-coronel Alberto Augusto Martins. Disponível em <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11942#:~:text=LETRA%3A%20Ten%20Cel%20ALBERTO%20AUGUSTO,20%20de%20janeiro%20de%201976.>>>. Acesso em 10 out. 2024.



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA DE OLIVEIRA, Cleber. *Conceito de guerra*. Santos Dumont: [s.e.], 2021.

ALMEIDA DE OLIVEIRA, Cleber. *Peacekeeper e direito internacional: pedra fundamental*. Santos Dumont: Formato, Ed. Revista Mariana Histórica e Cultural, 2022.

BENTO, Claudio Moreira. *O livro do capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque sobre os tanks na Guerra Europeia 1914-1918*. 2020. Disponível em: <<https://www.ahimtb.org.br/O%20LIVRO%20DO%20CAPIT%20C3%82O%20JOSE%20PESSOA%20SOBRE%20TANKS%20DEFENITIVO%20-%20Copia.pdf>> Acesso em: 7 ago. 2024.

BOUTHOU, Gaston. *Traité de polémologie: sociologie des guerres*. Paris: Payot, 1991.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina Militar de Defesa Cibernética*. Brasília: Ministério da Defesa, 2014.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Lisboa: Relógio d'Água, 2022.

FERREIRA, Bruno. *O poder da guerra: sua evolução*. 2012. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/o-poder-guerra-sua-evolucao.htm>> Acesso em: 6 ago. 2024.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. *The Geneva Conventions and their commentaries*. 2024. Disponível em <<https://www.icrc.org/en/law-and-policy/geneva-conventions-and-their-commentaries>>. Acesso em 7 out. 2024.

JOMINI, Antoine-Henri. *Précis de l'art de la guerre*. Paris: Anselin, 1838.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges. A guerra e a violência na política em Clausewitz. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2916-2947, 2018.

MOLINA, Jerónimo. *Gaston Bouthoul y la polemologia*. Rioja: Sociedad de Estudios Políticos de la Región de Murcia. (SEPREMU), Anuario Filosófico, XL/1, 2007, p. 187-201.

NUNES, Álvaro. *Teorias filosóficas sobre a guerra*. 2015. Disponível em: <<https://criticanarede.com/anunesaguerra.html#:~:text=A%20guerra%20s%C3%B3%20deve%20ser,guerra%20es-t%C3%A1%20fora%20da%20moralidade>> Acesso em: 7 ago. 2024.



OLEGÁRIO, Amanda. *O Tratado de Kadesh e o surgimento da diplomacia*. 2023. Disponível em: <<https://internacionaldaamazonia.com/2023/08/19/o-tratado-de-kadesh-e-o-surgimento-da-diplomacia/>> Acesso em: 7 ago. 2024.

OLIVEIRA, Alexandre Cursino. Aspectos conceituais da relação, guerra, política e guerreiros e seu impacto para o emprego do poder militar na atualidade. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*: Instituto de Estudos Estratégico da Universidade Federal Fluminense – INEST/UFF, Niterói, Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, n. 5, v. I, 2015, pp. 33-62.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Prefácio de Helio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. – 4ª edição - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001 XLVII, (Clássicos IPRI, 2).

VIEIRA, Antônio. *Sermão de quarta-feira de cinzas para a Capela Real, que não se pregou por enfermidade do autor, 1655*. 2023. Disponível em: <<https://www.editoraopirus.com.br/uploads/mg/materiais/literatura/mg-literatura-1-serie-5f0e06bb30997.pdf>> Acesso em: 6 ago. 2024.



Cleber Almeida de Oliveira é professor de História da Rede Pública Estadual de Minas Gerais, com licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Escritor, palestrante, pesquisador, estudioso de história militar e polemologia, coautor do projeto de Denominação Histórica do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, Dragões Reais das Minas, Santos Dumont-MG.



A MARCHA DOS 18 DO FORTE DE COPACABANA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (1970 - 2022)

Douglas de Araújo Ramos Braga



Resumo: Em 2024 completam-se cento e dois anos da “Marcha dos 18 do Forte de Copacabana”. Atualmente, o Forte se constitui como Museu Histórico do Exército, espaço cultural na cidade do Rio de Janeiro que tem entre seus objetivos a preservação e divulgação de aspectos da memória histórica do Exército Brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho visa, através de revisão bibliográfica, discutir como a historiografia mais recente tem abordado esse fato histórico. Será dada especial atenção à vinculação da Marcha ao movimento tenentista, discutindo as relações entre evento ocorrido no Forte de Copacabana, em 1922, e a constituição do movimento tenentista no Brasil. O ano de 1922 se tornou um marco das intensas transformações pelas quais o Brasil atravessava e de questionamentos, vindos de diferentes setores sociais, ao sistema político e econômico da Primeira República. Assim, procuraremos analisar como a historiografia tem inserido a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana nesse contexto mais amplo.

Palavras-chave: Marcha dos 18 do Forte de Copacabana; Tenentismo; Primeira República.

Abstract: In 2024, 102 years of the “March of the 18 of the Fort of Copacabana” will be completed. Currently, the Fort is constituted as the Historical Museum of the Army, a cultural space in the city of Rio de Janeiro that has among its objectives the preservation and dissemination of aspects of the historical memory of the Brazilian Army. In this sense, the present work aims, through a bibliographic review, to discuss how the most recent historiography has approached this historical fact. Special attention will be given to the link between the March and the ‘tenentista’ movement, discussing the relationship between the event that took place in the Forte de Copacabana, in 1922, and the constitution of the ‘tenentista’ movement in Brazil. The year 1922 became a landmark of the intense transformations that Brazil was going through and of questions, coming from different social sectors, to the political and economic system of the First Republic. Thus, we will try to analyze how historiography has inserted the March of the 18 of the Fort of Copacabana in this broader context.

Keywords: March of the 18 of the Fort of Copacabana; Tenentismo; First Republic.

INTRODUÇÃO

Em 2024 completam-se 102 anos da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana. Este movimento tem sido objeto de estudos de diferentes autores. Ela constitui, na historiografia, um marco definidor para o movimento tenentista, que teve grande impacto na história do país entre os anos 1920 e 1930.

Vale ressaltar que, embora não seja objetivo do presente trabalho aprofundar a presença do tenentismo no Brasil após a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, autores como Fausto (1989; 1997), Napolitano (2016) e Lanna Júnior (2018) enfatizam a presença do tenentismo em movimentos como a Revolta de São Paulo (1924) e a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes (1925-1927). Além disso, os “tenentes” teriam contribuído não apenas para a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na Revolução de 1930, mas ocuparam importantes cargos políticos no período do Governo Provisório (1930-1934), sobretudo como interventores em diferentes estados.

O tenentismo, como veremos, se constitui como um movimento da baixa oficialidade (tenentes e capitães), sobretudo do Exército, a partir da década de 1920. Embora não tivessem um projeto político bem definido, o tenentismo criticava práticas políticas da Primeira República, como o domínio oligárquico, e defendia medidas no sentido de moralizar o país.



Dessa forma, compreender o episódio da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana é fundamental para se entender um momento marcante na história do Brasil e para a consolidação do Exército Brasileiro enquanto instituição. Além disso, uma discussão mais atenta da Marcha pode contribuir para um melhor entendimento tanto do contexto geral dos anos 1920 no Brasil, quanto da própria consolidação do Exército Brasileiro enquanto instituição, sobretudo no que tange à importância do movimento tenentista.

Assim, buscaremos elucidar algumas questões. Primeiramente, como a historiografia mais recente, sobretudo entre os anos 1970 e 2021, tem abordado o referido fato histórico em relação ao contexto mais amplo dos anos 1920? Além disso, que ênfases a historiografia tem estabelecido ao discutir a relevância do episódio? Por fim, quais relações historiadores têm estabelecido entre a Marcha e o movimento tenentista?

Nesse sentido, o presente artigo se estrutura a partir de revisão bibliográfica. A análise foi qualitativa, buscando extrair da literatura os componentes que permitam compreender como a historiografia tem abordado a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana.

Foram selecionados trabalhos no campo da História do Brasil e publicações que abordam o tema da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, sobretudo em relação ao contexto político da década de 1920 e ao movimento tenentista. Como recorte temporal, optamos por discutir abordagens estabelecidas entre os anos 1970 e o ano de 2022.

A literatura trabalhada foi composta, por um lado, de trabalhos produzidos no final do século XX, como o de José Murilo de Carvalho (1997) e os de Boris Fausto (1989¹; 1997); veremos que os autores se debruçam sobre questões relativas à composição do movimento tenentista e suas relações com mudanças no ensino militar e na formação dos oficiais ocorridas nas primeiras décadas do século XX.

Por outro lado, foram selecionados trabalhos de início do século XXI abordagens mais recentes, como as publicações de Fausto (2012), Mattos (2018), Mary del Priore (2017), Lanna Júnior (2018), Ferreira e Sá Pinto (2018), Trespach (2021) e Lemos (2022). Em geral, esses pesquisadores têm procurado enfatizar, sobretudo, as implicações políticas da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e do tenentismo.

O texto final do artigo foi estruturado seguindo a sequência acima, facilitando o encadeamento temático e compreensão do tema, além de possibilitar que se alcancem os objetivos propostos.

A MARCHA DOS 18 DO FORTE DE COPCABANA E O CONTEXTO POLÍTICO DOS ANOS 1920

De forma geral, a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana tem sido discutida por diferentes autores. Inicialmente, abordaremos como a historiografia, sobretudo nas publicações das primeiras décadas do século XXI, tem apresentado uma tendência predominante em relacionar o episódio com o contexto político brasileiro de início da década de 1920.

Nesse sentido, uma primeira aproximação do tema nos permite inseri-lo no contexto das

¹ Embora tenhamos trabalhado com segunda edição, de 1989, vale ressaltar que a primeira edição do livro *A Revolução de 1930* foi publicada em 1970.



questões políticas da Primeira República, sobretudo o problema das sucessões presidenciais.

Como aponta Marcos Napolitano (2016), na sucessão do presidente Epitácio Pessoa, em 1921, São Paulo e Minas Gerais lançaram a candidatura de Arthur Bernardes. Para se contrapor a ela, lideranças dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul lançaram a “Reação Republicana”, tendo como candidato Nilo Peçanha².

Segundo Ferreira e Sá Pinto (2018), lideranças da Reação Republicana procuraram se aproximar de militares, insatisfeitos com a política oligárquica então vigente. O governo de Epitácio Pessoa e a indicação de civis para as pastas militares acirraram as insatisfações. Esse mesmo ponto é ressaltado por Cascardo (2005), segundo o qual a campanha da Reação Republicana procurou explorar o que se tinha com o ressentimento dos militares contra Epitácio Pessoa, principalmente pela nomeação de civis para o Ministério da Guerra e da Marinha³. Nilo Peçanha procurava, então, incluir em seus discursos mensagens destinadas aos militares, procurando atraí-los para sua candidatura.

De acordo com Hebe Matos (2012), os candidatos da Reação Republicana, Nilo Peçanha e J. J. Seabra (candidato a vice-presidente), viajaram pelo país, fazendo discursos contra o imperialismo dos grandes estados e a favor dos valores republicanos. Eles discursavam para multidões em praças públicas e teatros, defendendo a criação de uma Justiça eleitoral e a implantação do voto secreto.

Segundo Boris Fausto (2012), foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar. Corria, então, o boato de que Arthur Bernardes planejava extinguir o Exército Brasileiro e cartas falsas, atribuídas ao então candidato, foram publicadas em jornais em outubro de 1921. Nas cartas, eram feitas críticas ao marechal Hermes da Fonseca (ex-presidente da República e então presidente do Clube Militar) e a todos os militares.

O historiador Rodrigo Trespasch (2021) estabelece uma narrativa sobre como as cartas teriam sido publicados. Segundo o autor, o senador carioca Irineu Machado ligou, no dia 8 de outubro de 1921, para o jornalista Mário Rodrigues, do jornal *Correio da Manhã*, informando que estava na companhia de uma pessoa portando importantes documentos que interessavam à política.

Ao chegar à residência do senador, Machado conheceu Oldemar Lacerda, que o entregou as duas cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes a Raul Soares, político mineiro e então ministro da Marinha. Para reforçar a autoria, Machado apresentou ao jornalista uma carta de Bernardes que mantinha consigo para comparar as letras. Percebendo que a caligrafia se assemelhava, Mário Rodrigues decidiu, então, publicar no dia seguinte a primeira carta. O título da matéria era “O sr. Arthur Bernardes lança pecha de venalidade sobre oficiais do Exército” e trazia estampada uma fotocópia do documento.

Segundo Mary del Priore (2017), na carta publicada no *Correio da Manhã*, Arthur Bernardes acusava Hermes da Fonseca de ser um “sargento sem compostura”. Já de acordo com Fausto (2012), na primeira dessas cartas supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, um dos trechos dizia

² De acordo com Boris Fausto (2012), Nilo Peçanha fora eleito vice-presidente da República em 1906 e ocupara por alguns meses a presidência após a morte de Afonso Pena, tendo contribuído para a eleição de Hermes da Fonseca. De origem modesta, tinha sua base política no seu estado natal, Rio de Janeiro.

³ Durante a presidência de Epitácio Pessoa, de 28 de julho de 1919 a 5 de novembro de 1922, o Ministério da Guerra teve um ocupante, Pandiá Calógeras; e o Ministério da Marinha teve três ministros ao longo do período, Raul Soares, Joaquim Ferreira Chaves e João Pedro da Veiga Miranda.



Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda energia, de acordo com minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina.

O banquete a que se refere a suposta carta escrita por Bernardes referia-se ao banquete promovido por ocasião da posse de Hermes da Fonseca como presidente do Clube Militar.

Segundo Trespach (2021), no dia seguinte, o Clube Militar se reuniu com o Marechal Hermes e um manifesto à nação foi escrito e assinado por oitenta sócios. O manifesto defendia que o Exército reagisse imediatamente, não permitindo que Arthur Bernardes, se eleito, pudesse se sentar na cadeira presidencial. *O Correio da Manhã* publicou, então, a segunda carta, na qual Bernardes afirmava não temer as classes armadas e chamava o ex-presidente Nilo Peçanha de “moleque”.

O mesmo autor chama a atenção para o fato de que o Clube Militar exigiu uma perícia, mas os peritos divergiram sobre a autenticidade das cartas. O próprio Arthur Bernardes teria ficado surpreso com a qualidade da falsificação, só notando diferença nos traços da letra “t”. Mesmo sem a definição da autenticidade, o Clube, em Assembleia com quase setecentos sócios, decidiu “entregar o caso ao julgamento da nação”.

Ainda sobre a questão da autenticidade dos documentos, de acordo com Fausto (2012), embora dois falsários⁴ tenham assumido a autoria das cartas pouco antes das eleições de 1º de março de 1922, o objetivo de indispor as Forças Armadas contra Bernardes já tinha sido alcançado.

Napolitano (2016) destaca que, como de praxe em eleições que eram costumeiramente fraudadas, o candidato Arthur Bernardes saiu vitorioso. O Clube Militar questionou os resultados da eleição e propôs um Tribunal de Honra que recontasse os votos. Mas o Congresso Nacional não aceitou a proposta. Enquanto isso, de acordo com Ferreira e Sá Pinto (2018), a imprensa pró-Nilo Peçanha denunciava perseguições feitas por bernardistas a militares. Além disso, segundo Matos (2012), Hermes da Fonseca instou seus companheiros de armas a não reprimirem as rebeliões populares que ocorriam no Recife contra o resultado das urnas.

Segundo Trespach (2021), em 29 de junho de 1922, o marechal Hermes da Fonseca telegrafou ao comandante militar em Pernambuco, acusando o governo de parcialidade em disputas políticas locais. A mensagem foi distribuída a todos os comandantes militares e principais jornais do país. O clima político, então, se acirrava. Como destaca Mary del Priore,

Na capital, houve o fechamento do Clube Militar, sob a alegação de que se tratava de ‘associação nociva à sociedade’. Hermes da Fonseca foi preso por um dia. Uma insultante carta que caricaturava o Exército e o marechal, segundo grafólogos, havia sido escrita pelo próprio presidente Bernardes. Acusações de fraude nas eleições e de que o candidato do Exército, Nilo Peçanha, fora passado para trás acenderam os quartéis (Priore, 2017, p. 55).

⁴ Segundo Trespach (2021), Oldemar Lacerda admitiu que outro falsário, Jacinto Guimarães, falsificara as cartas tendo por base uma carta de Bernardes ao próprio marechal Hermes e outra que estava em poder do Arquivo do Tesouro. Além disso, uma quantia em dinheiro haveria sido negociada com Irineu Machado para a entrega das cartas.



O fechamento do Clube Militar se deu com base na chamada “lei Gordo”, do ano anterior. Um importante membro do movimento tenentista, Juarez Távora, relatou que esse amparo legal deixou ainda mais exacerbado o estado espírito dos militares.

Ao Clube Militar – grêmio onde se reuniam, indistintamente, oficiais de terra e mar – mandou fechar, fundamentando explícita e petulantemente o seu ato num decreto especial, que o autorizava a interditar – em benefício da moral pública – casas de tavolagem e latrocínio, ou quejandos, antros de vigaristas, desordeiros e rufiões. Era isso claramente um ultraje atirado, com a intenção propositada de vilipêndio, sobre a dignidade das Forças Armadas (Távora *apud* Cascardo, 2004, p. 218).

Assim, segundo descrição de Napolitano (2016), em 5 de julho de 1922, algumas guarnições do Rio de Janeiro se sublevaram contra a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Dezesete militares que estavam no Forte de Copacabana resolveram efetivamente partir para a luta aberta contra as forças governamentais, dispostos a chegar ao Palácio do Catete (então sede do governo). Em sua marcha pela avenida Atlântica, ganharam apoio de um civil. O levante acabou sendo derrotado, mas se consagrou na memória dos militares como o marco zero do tenentismo.

Inicialmente, no que tange aos objetivos dos revoltosos, Lemos (2022) e Cascardo (2005) ressaltam que o levante não tinha um plano formalmente estabelecido, nem uma ordem de operações clássica. Ele refletia um descontentamento com as recentes decisões de Epitácio Pessoa: prender o marechal Hermes da Fonseca, militar mais antigo e presidente do Clube Militar, e o fechamento deste com base em uma lei para reprimir as associações anarquistas e o lenocínio. Havia ainda as graves repercussões da campanha eleitoral e o episódio das cartas falsas, que resultou em que grande parte da oficialidade não concordasse com a posse de Arthur Bernardes.

Seus participantes não reclamaram de salários baixos, ou da má alimentação, ou da rigidez disciplinar. Nenhuma exigência político-partidária. Nada de comunicados ou proclamações. Queriam, e é de se repetir, desafrontar o Exército e, no seguimento, moralizar a República. [...] É pacífico entre os historiadores brasileiros que o 5 de julho de 1922 foi o ponto de partida para um processo de transformação das instituições políticas e sociais no Brasil (Lemos, 2022, p. 522).

Entretanto, Trespach (2021), ao contrário do número preciso de revoltosos apontado anteriormente por Napolitano (2016), considera que foi uma foto de Zenóbio Couto, publicada no jornal *O Malho* (figura 1), que eternizou um número e nome para o movimento: os Dezoito do Forte. O historiador enfatiza que, ao se dar o choque final com as tropas governistas, entre o paredão da avenida Atlântica e a rua Barroso (atualmente, rua Siqueira Campos), os revoltosos eram apenas onze.



Fig. 1 – A marcha dos 18 do Forte em Copacabana

Fonte: Zenóbio Couto⁵, jornal *O Malho*

Juvêncio Lemos (2022) também assegura o número de onze ao final do combate. O historiador afirma que dezoito começaram a marcha no calçadão da Atlântica. Em uma parada em frente ao Hotel Londres, o civil Octávio Corrêa aderiu, aumentando o número para dezenove. Entretanto, ainda em frente ao hotel, antes de prosseguir a marcha, três elementos desistiram de prosseguir. Começado o tiroteio, foi morto pelas costas o soldado Pedro Ferreira de Melo. Na confusão dos primeiros tiros, mais dois elementos fugiram e dois entocaram-se na areia, sem dispararem um só tiro. O número final, assim, seria de onze⁶.

Já Francisco Cascardo (2005) apresenta versão um pouco diferente. O autor considera que até hoje não se sabe exatamente quantos combateram até o fim. Alguns abandonaram a marcha logo no início ou no decorrer da luta. Uma matéria na *Gazeta de Notícias*, de 7 de julho de 1922 (figura 2), é que teria registrado como sendo dezoito. Em 2 de setembro de 1923, a publicação do poema de Coelho Neto, intitulado “Os Dezoito do Forte”, no *Correio da Manhã*, teria colaborado para consagrar esse número.

⁵ Disponível em www.historiadealagoas.com.br/zenobio-couto-e-a-historica-foto-dos-18-do-forte-de-copacabana.html. Acesso em 05/08/2024, às 15h. Como aponta Juvêncio Lemos (2022), o governo imediatamente censurou a edição de *O Malho* com a foto e a recolheu, valendo-se do estado de sítio em vigor. Ela só apareceria na imprensa mais de um ano depois, nas páginas da revista *Careta*, em 8 de setembro de 1923.

⁶ Os onze seriam, segundo Lemos (2022): tenente Antônio de Siqueira Campos; tenente Eduardo Gomes; tenente Newton Prado; tenente Mário Tamarindo Carpenter; sargento José Pinto de Oliveira; soldado Hildebrando da Silva Nunes; soldado Manoel Ananias dos Santos; soldado Manoel Antonio dos Reis; voluntário João Antônio Falcão de Melo; voluntário Joaquim Maria Pereira Junior; e o civil Octávio Corrêa.

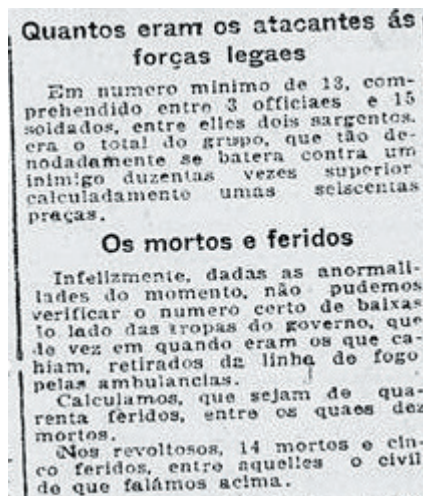


Fig. 2 – Matéria do jornal Gazeta de Notícias

Fonte: Gazeta de Notícias, 7 jul. 1922⁷

De toda forma, segundo Ferreira e Sá Pinto (2018), contribuiu para o fracasso da tentativa de revolta o fato de o movimento não ter obtido apoio de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Em novembro de 1922, Arthur Bernardes tomou posse como presidente da República.

Para o historiador Mário Lanna Júnior (2018), a Marcha dos Dezoito do Forte⁸ faz parte dos primeiros movimentos tenentistas e teria sido a ação mais espetacular e heroica nos momentos iniciais. Correspondeu, assim, ao desfecho do levante no Forte de Copacabana. Os militares revoltosos no Forte chegaram a disparar contra alvos estratégicos (Ilha de Cotunduba, Forte do Vigia, o Quartel-General, Ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo). De acordo com Trespach (2021), a revolta começou na madrugada do dia 5 de julho de 1922, com os tiros de canhão sobre esses diferentes alvos. O comandante do Forte de Copacabana era o capitão Euclides Hermes, filho do marechal Hermes da Fonseca.

De acordo com Cascardo (2005), a Ilha das Cobras era um alvo prioritário para os revoltosos, pois lá estava o Quartel do Batalhão Naval, a força de desembarque da Marinha. Porém, o alvo mais visado pelos revoltosos era o Ministério da Guerra. Talvez por identificar nessa instituição o inimigo mais importante ou para fazer uma desafiante pela prisão de Hermes da Fonseca pelo ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, foi o ministério que recebeu o maior número de disparos.

O autor destaca ainda que o governo chegou a ficar surpreso que o Forte de Copacabana atirasse contra alvos terrestres dentro da cidade, pois seus canhões haviam sido inicialmente projetados para a defesa da costa contra a incursão de navios inimigos. Porém, os canhões sofreram reajustes que os permitiam alcançar novos ângulos de elevação e, assim, atingir alvos urbanos.

⁷ Disponível em https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pagfis=6545. Acesso em 30 jul. 2024.

⁸ Um mapa com o percurso dos Dezoito do Forte pode ser consultado em https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/a_milimarcha-dos-18-do-forte-de-copacabana-e-o-rio-de-5-de-julho-de-1922. Acesso em 2 jul. 2024.



O Forte iniciara o bombardeio; o primeiro disparo atingindo a Ilha de Cotunduba anunciou a chegada da revolta. O segundo também foi contra o mesmo alvo. O terceiro foi contra as rochas do forte do Vigia, atual forte do Leme, e o quarto assestado contra o Terceiro Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Os dois primeiros disparos tinham a finalidade de avisar a população. [...] Conseguindo atirar por cima das montanhas, os artilheiros de Copacabana tinham a cidade toda a sua mercê (Cascardo, 2005, p. 222-230).

Os revoltos, no entanto, foram contra-atacados e bombardeados pela Fortaleza de Santa Cruz. Cascardo (2005) considera que essa fortaleza era a mais temível, devido a sua localização. Da entrada da barra avistava diretamente o Forte de Copacabana. Os disparos não ofereciam dificuldades de ordem técnica e podiam ser realizados com baixo risco para os moradores de Copacabana, Ipanema e Leblon. Tendo ordenado o ataque ao Forte, o governo ordenou que às 13 horas do dia 5 de julho fosse encerrado o expediente em todas as suas repartições. Bancos, bolsas e o mercado do café também não funcionaram.

Os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, com dois destróieres, posicionaram-se em frente ao Forte de Copacabana e abriram fogo. Acuados pelo ataque das tropas legalistas por terra, mar e ar, eles desobrigaram seus comandados, nas palavras do líder rebelde tenente Siqueira Campos: 'O governo vai iniciar as hostilidades contra o Forte com elementos os mais terríveis; a hora tocou. Quem quiser partir, o governo garante a vida; quem quiser ficar, fique, mas posso prevenir que nada de bom nos espera' (Lanna Júnior, 2018, p. 300).

No dia 6 de julho, de acordo com Trespasch (2021), em uma tentativa de negociação com o governo, o capitão Euclides Hermes acabou aprisionado. Após o apelo governista, começaram as rendições no Forte. Dos 301 revoltosos, 272 se renderam às tropas legalistas. Os demais atenderam ao apelo de Siqueira Campos e decidiram deixar o lugar e lutar contra as tropas que os cercavam.

Entre as tropas governistas, segundo números apresentados por Cascardo (2005), o comandante das forças de ataque, Coronel João Nepomuceno da Costa, dispunha de mais de 600 homens. Ele tinha sob suas ordens um Esquadrão de Cavalaria, um batalhão e duas companhias do 3º Regimento de Infantaria, um Batalhão de Caçadores, uma Bateria da Marinha e uma Bateria de Montanha. Ao avistar os revoltos que haviam saído do Forte e avançavam pela calçada da praia, o coronel teria pensado, inicialmente, que eles não desejavam atacar suas forças, tamanha a superioridade que desfrutava, e que desejavam se entregar.

Lanna Júnior (2018) destaca que o grupo, então, realizou a Marcha dos Dezoito do Forte, com pedaços de uma bandeira do Brasil repartidas entre si, e caminhou pela avenida Atlântica em direção às tropas legalistas. Os únicos sobreviventes, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, tornaram-se dois grandes líderes do tenentismo.

Sobre os sobreviventes, Trespach (2021) indica que Siqueira Campos ainda participou da Revolução de 1924, em São Paulo, e da Coluna Prestes, chegando a ser cotado para assumir o comando militar da Revolução de 1930. Porém, acabou falecendo em um acidente aéreo. Já Eduardo Gomes também participou das Revoluções de 1924 e 1930, chegou ao posto de brigadeiro e



se destacou pela participação na política, tendo sido candidato à presidência da República duas vezes (1945 e 1950) e ministro da Aeronáutica (1954-5 e 1965-7).

Em depoimento após sua prisão, Siqueira Campos relatou a própria perspectiva sobre o episódio.

A princípio ficaram em pé na calçada da Av. Atlântica e depois passaram à praia. Pouco tempo antes um civil havia se aproximado do grupo e, mostrando-se indignado com a situação, pediu uma arma: como o tenente Nilton tinha um fuzil e um revólver, passou-lhe o fuzil; o depoente entregou-lhe também o fragmento da bandeira destinado ao capitão Euclides. [...] Começaram a cair os feridos: o primeiro foi o tenente Eduardo Gomes; seguiu-lhe o civil que tombou sem pronunciar palavra, nem fazer nenhum gesto; depois o tenente Nilton que se queixou da perna quebrada; depois o depoente com uma bala da região abdominal e que, apesar de ferido, escutava que o tiroteio continuava, agora reforçado por metralhadoras. No meio da ação notou que alguns de seus companheiros queriam cessar fogo. [...] Sabe que alguns saíram, mas não pode verificar porque estava ferido e deitado na areia. Momentos depois o tiroteio cresceu de intensidade quando do lado do depoente só um ou outro respondia. Afinal, o depoente ouviu gritos e escutou estas palavras: levantem, levantem; viu o tenente Nilton, mesmo deitado, usar do seu revólver, gesto que ele não pôde imitar por falta de forças. As tropas do governo aproximaram-se e transportaram a braços o depoente (Cascardo, 2005, p. 240).

Outros levantes no Rio de Janeiro⁹, Niterói e Mato Grosso não chegaram a acontecer, sendo abortados antes, ou não lograram sucesso. Arthur Bernardes, ao assumir em novembro de 1922, determinou estado de sítio, situação que suspendia as ‘garantias constitucionais’ para os cidadãos. De acordo com Trespasch (2021), Hermes da Fonseca e outros acusados de envolvimento com a revolta foram encarcerados por pouco tempo. O marechal recebeu *habeas corpus* e faleceu no ano seguinte.

No que se refere à Marinha, Cascardo (2005) ressalta que durante a Revolta do Forte de Copacabana ela manteve postura legalista, combatendo os revoltosos. O próprio Palácio do Catete ficou sob proteção do Batalhão Naval. As poucas atividades contrárias ao governo teriam sido registradas em Niterói, mas com tentativas fracassadas de aliciamento da Força Pública Estadual e tomada das instalações dos Correios e Telégrafos.

Pode-se perceber, portanto, que diferentes autores têm estabelecido a relação entre a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e questões políticas que afligiam o país no início dos anos 1920. Embora não haja diferenças substanciais nas abordagens, cada pesquisa destaca informações diferentes relativas a esse processo. A ênfase geral tem recaído, sobretudo, nas disputas que envolveram a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa.

⁹ Entre as tentativas de levantes na semana de 5 a 8 de julho de 1922, além do Forte de Copacabana, o autor cita o 1º Batalhão de Engenharia, a Vila Militar, a Escola Militar do Realengo e o Forte do Vigia. Todos os movimentos não partiram de uma ação conjunta sistemática, mas comungavam da motivação por uma ‘revolução’. Todas foram prontamente reprimidas. (Lanna Júnior, 2018).



A MARCHA DOS 18 DO FORTE DE COPCABANA E O MOVIMENTO TENENTISTA

Após a discussão sobre as relações entre a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e o contexto político de início dos anos 1920, veremos agora como historiografia tem enfatizado também, sob diferentes perspectivas, as relações entre esse episódio e o movimento tenentista.

Em 1970, ano de publicação da 1ª edição de *A Revolução de 1930*, Boris Fausto lançou uma linha interpretativa que questionava a caracterização do tenentismo como um movimento das classes médias, sobretudo urbanas¹⁰. Segundo o historiador, as evidências iriam no sentido de demonstrar que o tenentismo não foi um movimento organizador das classes médias, nem o seu representante, embora as relações entre ambos não estivessem totalmente ausentes, tanto antes quanto depois da Revolução de 1930. Para o autor, uma marca de diferença fundamental no movimento era o fato dos tenentes serem membros do Exército.

Como membros das Forças Armadas, os 'tenentes' participam de uma categoria específica – parcela do aparelho do Estado – que não é diretamente determinada pelo critério de classe, dependendo do funcionamento concreto deste aparelho, no conjunto de uma formação e de suas relações com as diversas classes e frações. [...] As relações entre classes médias e tenentismo não se concretizam nem sob a forma da efetiva organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como 'potência governamental'. A aproximação mais segura entre a categoria social e a corrente deriva do fato de que um setor do movimento, detendo alguns postos na direção do Estado, propõe-se a realizar um programa de reformas [...] (Fausto, 1989, p. 81-82).

O grande mal a ser combatido, na visão do tenentismo, eram as oligarquias, as quais teriam transformado o país em 'vinte feudos', controlados pela política dominante. O Exército deveria ter uma missão regeneradora, com os 'tenentes' criticando o sistema jurídico-político, a partir de um conteúdo centralizador, elitista e vagamente nacionalista.

O tenentismo dessa fase pode ser definido, em linhas gerais, como um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares [...]. As explosões de rebeldia – do Forte de Copacabana à Coluna Prestes – ganham gradativa importância e consistência [...]. Na base da pequena vinculação com os meios civis, está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os 'tenentes' se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerte. [...] O vago nacionalismo não se estrutura em qualquer programa definido e constitui um ponto secundário das formulações deste período. Mas é curioso observar a sua constância, despontando em momentos e locais diversos. [...] Com as marcas específicas que advêm da situação dos 'tenentes' como militares, a imprecisa ideologia tenentista, sob a aparência dos louvores do voto secreto, incorpora, na realidade, fragmentos da crítica antiliberal que vai se constituindo após as decepções dos primeiros anos da República, ganhando força na década de vinte (Fausto, 1989, p. 57-67).

¹⁰ O autor cita como referências dessa vertente Virgínio Santa Rosa (em *O Sentido do Tenentismo*, de 1933); Guerreiro Ramos (*A Crise do poder no Brasil*, de 1961); e Hélio Jaguaribe (em *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, de 1962).



Mais recentemente, o autor retomou a crítica à perspectiva que vê no tenentismo essencialmente um movimento de classes médias, abordando a origem social dos militares. Assim, de acordo com Fausto (2012), a maioria dos 'tenentes' vinha de famílias militares ou de ramos empobrecidos de famílias de elite do Nordeste. Nesse sentido, considerar o 'tenentismo' um movimento representativo de classe seria simplificar sua natureza. Além disso, o historiador mantém a posição de que os tenentes, por serem militares, mantêm características particulares, sendo que sua visão de mundo se formou por processos de socialização no interior das Forças Armadas.

Antônio Azevedo (2012) também aborda, ao definir o conceito de 'Tenentismo', a questão da origem social dos membros do movimento. Segundo o autor, a concepção de que os tenentes, ao se revoltar, procuravam defender os interesses da classe média brasileira vem sendo reexaminada em função de outras perspectivas, como a questão da própria imagem que os militares tinham da instituição a que pertenciam. Muito menos, segundo o historiador, o conjunto de revoltas tenentistas nos anos 1920 teria se configurado como um movimento popular.

Não se conhece – além de seus objetivos gerais facilmente identificáveis – nenhum programa claramente definido no tenentismo. Até mesmo a Coluna Prestes, o seu ponto alto, parece ter sido antes um desdobramento de duas rebeliões fracassadas do que um programa cívico municiado por ideário definido. O primeiro levante tenentista, o chamado Dezoito do Forte – com apenas um civil – não conseguiu alterar nem impedir a posse de Artur Bernardes na presidência da República que, tão logo em exercício, adotou medidas repressivas visando a evitar a repetição de fatos semelhantes (Azevedo, 2012, p. 432).

Segundo Azevedo (2012), entre os objetivos que impulsionaram os jovens militares, estava o desejo de implantar medidas necessárias para moralizar o país, tais como o voto secreto, o ensino público obrigatório, a seriedade administrativa e, principalmente, a derrubada das oligarquias.

No caso da Revolta do Forte de Copacabana, como vimos no capítulo anterior, sequer esses objetivos apareciam de maneira bem definida. O movimento acabou sendo uma resposta uma conjuntura específica, que passou pela sucessão presidencial, o episódio das cartas falsas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. O próprio candidato eleito, Arthur Bernardes, tomou posse ainda no ano de 1922, passando a governar, durante boa parte do seu mandato, sob estado de sítio. Os revoltosos não deixaram um programa com diretrizes política a serem alcançadas ou documentos nesse sentido.

Já nos anos 1980, José Murilo de Carvalho adotou diferente abordagem, destacando as transformações no ensino militar e na formação dos militares como elementos que auxiliam na compreensão dos eventos nos anos 1920, como a Revolta do Forte de Copacabana. O autor (Carvalho, 1997) estabelece marcos importantes para a modernização do Exército, como: a ida de três turmas de oficiais (1906, 1908 e 1910) para a Alemanha, com fundação da revista *A Defesa Nacional*, onde regulamentos, técnicas, práticas e costumes do exército alemão eram difundidos; a implantação do sorteio universal para o recrutamento, em 1916; e a chegada da Missão Militar Francesa¹¹, em 1920.

¹¹ Segundo Maciel Lopes (2019), a Missão Militar Francesa foi uma missão contratada em 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército Brasileiro, tendo transcorrido com diferentes chefes até 1940. Como desdobramentos da Missão Militar Francesa, Carvalho (1997) enumera: a criação do curso para Aperfeiçoamento de Oficiais, voltado para capitães e tenentes; o Curso de Revisão de Estado-Maior, para capitães, majores e coronéis; a publicação, já em 1920, do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e do Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG), possibilitando maior centralização e coesão na Força.



A maior profissionalização, contudo, não significava afastamento das questões políticas.

Essa abordagem também foi adotada, de forma mais recente, por Boris Fausto (1997, 2012). No início da Primeira República, o ensino militar estava passando por transformações. A Escola Militar do Realengo, fundada em 1911, tinha diferenças em relação à antiga Escola Militar da Praia Vermelha¹². O currículo passou a se concentrar em matérias de conhecimento militar, com o propósito de formar soldados profissionais e não soldados-cidadãos. A ida das três turmas à Alemanha, entre 1906 e 1910, e a posterior vinda da missão francesa, em 1920, teriam contribuído para essa renovação do Exército.

Não há nenhum paradoxo no fato de que o maior grau de profissionalização possa ter incentivado a intervenção dos tenentes na vida política [...]. No caso que estamos discutindo, ela favoreceu a formação de certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada. Contribuiu também [...] para uma crescente identificação das Forças Armadas como servidores profissionais da comunidade e não de transitórios governos. A propósito, é muita expressiva a frase com que Hermes da Fonseca encerrou o apelo do Clube Militar ao comandante militar de Pernambuco, pedindo-lhe que não interviesse na política regional; 'Não esqueçais, que as situações políticas passam e o Exército fica' (Fausto, 1997, p. 410-411).

Aqui vale destacar a presença dos jovens oficiais no quadro do Exército Brasileiro. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), em 1920, os oficiais de baixa patente formavam boa parte do corpo de oficiais do Exército. Segundo estatísticas apresentadas pelas autoras, 65,1% dos oficiais eram segundos-tenentes ou primeiros-tenentes e 21,3% eram capitães.

Como discutimos anteriormente, percebemos na Marcha dos 18 do Forte de Copacabana a presença desse estrato da oficialidade. O comandante da unidade era um capitão e entre as principais lideranças do movimento figuravam tenentes. Não foi, portanto, um episódio realizado por oficiais de alta patente do Exército Brasileiro. Bem como a Marinha manteve uma postura legalista, atuando na repressão da revolta.

Nesse mesmo sentido, Lanna Júnior (2018) enfatiza que o tenentismo falava em nome das Forças Armadas, mas nunca foi seu legítimo representante, embora o sentimento de pertencimento institucional fosse característico dos participantes. O tenentismo significava a quebra da hierarquia que ameaçava a ordem, se caracterizando como um elemento divisor e desagregador para as instituições militares. Dessa forma, nunca conseguiu a adesão da maioria dos colegas militares. O autor caracteriza o tenentismo como um movimento revolucionário.

Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as Forças Armadas. Os motivos imediatos foram, em 1922, as cartas falsas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Esses fatos fundamentam uma razão maior, a desonra sentida pelos militares em relação ao tratamento dado pelas oligarquias às Forças Armadas e ao Brasil. Esse sentimento de desonra teria gerado o conjunto de levantes militares conhecido como tenentismo (Lanna Júnior, 2018, p. 330).

¹² De acordo com Fausto (2012), a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada definitivamente depois de sua última revolta, em 1904. Até 1911, quando da fundação da Escola Militar do Realengo, o ensino se concentrara na Escola de Guerra de Porto Alegre.



Também Ferreira e Sá Pinto (2018) ressaltam que o tenentismo não envolveu a alta cúpula das Forças Armadas. Os alto-comandos do Exército e da Marinha mantiveram-se alheios a uma possibilidade de ruptura pelas armas. No caso do Levante do Forte de Copacabana, Cascardo (2005) cita, por exemplo, a confiança que Eptácio Pessoa tinha no capitão-de-mar-e-guerra Protógenes Pereira Guimarães, comandante do Batalhão Naval, para proteger o Palácio do Catete.

Por outro lado, Maciel Lopes (2019) aponta que, embora a Missão Militar Francesa tenha contribuído para a profissionalização do Exército, os membros do movimento tenentismo não aceitavam as instruções francesas de manutenção da política fora dos quartéis. Na perspectiva francesa, inclusive, a profissão do oficial é incompatível a qualquer outra e ele não deveria se envolver em lutas eleitorais, o que era exatamente o que vinha acontecendo a partir da sucessão de Eptácio Pessoa, como discutimos no capítulo anterior. Para os membros da Missão, a ascensão dos tenentes representava, assim, um problema.

A Missão Militar Francesa procurou não se envolver diretamente na direção dos combates aos revoltosos, buscando manter uma aparente neutralidade. A missão fora contratada para instruir o Exército Brasileiro e transformá-lo, modernizando-o, mas não competia aos franceses se envolverem na política do país [...]. As aparentes divergências entre a Missão Militar Francesa e os movimentos tenentistas foram se dissipando, na medida em que a ascensão dos tenentes em 1930 acabou por reduzir a força do movimento, pelo próprio abandono dos tenentes dos ideais que os motivaram na década anterior, ao mesmo tempo em que iam mergulhando na política dos Estados. (Maciel Lopes, 2019, p. 66)

Já Boris Fausto (2012) considera que o tenentismo deve ser entendido como herdeiro do ‘salvacionismo’ do governo Hermes da Fonseca (1910-1914). Naquele contexto, a Política das Salvações buscava reduzir o poder das oligarquias em diversas áreas, com a nomeação de militares e civis em estados do Norte e do Nordeste (como Ceará, Pernambuco e Alagoas), embora, na prática, por manterem muitos laços com a política local, tenham somente substituído velhas oligarquias por novas.

Os ‘tenentes’ podem ser vistos como herdeiros dos ‘salvacionistas’, em um contexto de agravamento de problemas no interior do Exército e fora dele. [...] Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação. O grande mal das oligarquias – pensavam eles – consistia na fragmentação do Brasil [...]. Embora não chegassem nessa época a formular um programa antiliberal, os ‘tenentes’ não acreditavam que o ‘liberalismo autêntico’ fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade. (Fausto, 2012, p. 269)

Foi nesse contexto que ocorreu a Revolta do Forte Copacabana, em 5 de julho de 1922, que Fausto (2012) considera como o primeiro ato de rebeldia do movimento tenentista, inicialmente para salvar a honra do Exército no contexto que abordamos no tópico anterior.

A questão dos objetivos políticos dos tenentes continua sendo objeto de interesse de historiadores nos últimos anos. Para Schwarcz e Starling (2015), a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, considerada o primeiro levante tenentista, marca o momento em que os tenentes, pratica-



mente sozinhos, partiram para encarar o governo. Ao longo dos anos 1920, outros movimentos ocorreriam.

Os tenentes, como ficaram conhecidos, acreditavam que o Brasil precisava de um governo central forte capaz de intervir na economia para desenvolver os recursos naturais, promover a industrialização e proteger o país da exploração estrangeira. Também enxergavam no regionalismo e na corrupção a origem e os motivos do que havia de errado no Brasil. Eram liberais em temas sociais e autoritários em política. E agiam na cena pública como militares: estavam dispostos a proteger o país e destruir o poder das oligarquias regionais, reduzir o quadro das profundas desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo – mas não sabiam o modo de atingir seus propósitos nem como construir o país com que sonhavam (Schwarcz; Starling, 2015, p. 347)

Ferreira e Sá Pinto (2018) também ressaltam a importância dos Dezoito do Forte Copacabana para o movimento tenentista. Segundo as autoras, o tenentismo recebeu essa denominação¹³ por ter envolvido não a cúpula das Forças Armadas, mas, sobretudo tenentes e capitães.

Como Fausto (1987, 1997, 2012), Carvalho (1997) e Azevedo (2012), Schwarcz e Starling (2015), as autoras consideram que os tenentes não tinham um projeto político bem definido. O grande mal a ser combatido, na visão deles, eram as oligarquias. Em geral, identificavam-se com propostas como a reforma da Constituição, a moralização dos costumes políticos e a unificação da justiça e do fisco.

O que eles não desejavam, segundo Paulo Sérgio Pinheiro (1997), era mobilizar as camadas operárias. A atitude dos tenentes em relação às massas populares era, antes de tudo, tutelar, considerando que só o Exército teria condições de se rebelar eficazmente contra o poder estabelecido. Essa ação tutelar também visava a evitar as consequências desastrosas nas relações sociais, na percepção dos tenentes, que uma intervenção comandada pelas massas populares poderia provocar.

Como vimos anteriormente, a ausência de um projeto político bem definido já aparecia no Levante do Forte de Copacabana. O desenrolar dos acontecimentos culminou na marcha pela Avenida Atlântica, mas não havia metas bem definidas ou um plano de ordens claras a serem seguidas. Também não aparecia de forma explícita um objetivo de estimular uma revolta da população, sobretudo das camadas populares ou operárias, contra o governo.

Dessa forma, a literatura tem destacado diferentes pontos na abordagem da Marcha dos 18 do Forte de Copacabana, em suas relações com o tenentismo, por ser comumente considerada como o primeiro levante tenentista. De abordagens que enfatizam a origem social dos tenentes, passando por discussões sobre a formação militar dos integrantes do movimento tenentista e seus objetivos políticos, a historiografia tem tornado possível analisar a Marcha dentro do contexto mais amplo do tenentismo.

¹³ Segundo Vavy Pacheco Borges (1992), na década de 1920 não se encontra na documentação o termo 'tenentismo', mas outras expressões, tais como 'militares revolucionários', 'revoltosos', 'rebeldes' e 'revoltados'. O uso de 'tenentismo' e 'tenentes' começou no primeiro semestre de 1931, nas lutas pelo poder no estado de São Paulo. Para seus adversários, 'tenentismo' era utilizado como algo desmerecedor, sendo associado a 'tenentada', 'tenentocracia', 'atenentação'. Dessa forma, o termo tinha um caráter pejorativo, referindo-se principalmente a uma situação de 'anarquia militar'. Nos anos seguintes, de uma ideia geral, o 'tenentismo' passou a ser empregado como conceito sociológico, chegando às universidades. Para a autora, assim, o termo não surgiu como categoria explicativa de historiadores e cientistas sociais, mas teria sido forjado diretamente nas lutas políticas.



CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, pudemos perceber que diferentes ênfases têm sido adotadas por historiadores, entre 1970 e 2021, ao se abordar a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana.

Os historiadores Boris Fausto e José Murilo de Carvalho trouxeram contribuições relevantes, nos anos 1970 e 1980, para se compreender o fenômeno do tenentismo, de forma geral. O primeiro questionou a equivalência entre tenentismo e classes médias, demonstrando que, embora houvesse pontos de contato, os tenentes deveriam ser compreendidos primeiramente como membros das Forças Armadas. Já o segundo enfatizou as relações entre as mudanças na formação dos militares ocorridas nas primeiras décadas do século XX e seu engajamento político. O próprio Boris Fausto, em trabalhos a partir dos anos 1990, também incorporou essa perspectiva em suas análises sobre o tenentismo.

Mais recentemente, sobretudo nos trabalhos publicados a partir dos anos 2000, e que dialogam com as obras de Fausto e Carvalho em diversos pontos, percebemos uma ênfase em tentar compreender a Marcha dos 18 do Forte de Copacabana e o próprio movimento tenentista em suas relações com o contexto político brasileiro da década de 1920. A sucessão presidencial de Epitácio Pessoa e seus desdobramentos, como o episódio das cartas atribuídas a Arthur Bernardes, a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar são apresentados de forma recorrente como elementos centrais para se compreender o episódio ocorrido no Forte de Copacabana, em 1922.

Foi possível perceber alguma divergência no que tange à origem do termo “Dezoito do Forte”. Diferentes autores apontam para a dificuldade de se precisar um número dos que permaneceram na Marcha até o fim. O ponto em comum na bibliografia consultada é ênfase na Revolta do Forte de Copacabana como marco inicial do tenentismo no Brasil.

A ausência de um claro projeto político por parte do movimento tenentista e, mais especificamente, pelos envolvidos na Marcha, em 1922, também fica clara na bibliografia discutida. Além disso, percebemos a tendência geral em destacar que tanto a Marcha quanto o movimento tenentista não envolviam a alta cúpula das Forças Armadas, mas a baixa oficialidade do Exército.

Dessa forma, nosso objetivo não era esgotar o assunto ou a análise da bibliografia relacionada à Marcha dos 18 do Forte de Copacabana. O que foi possível perceber, no ano em que o referido episódio completa o centenário, é a diversidade de ângulos pelas quais a historiografia tem se debruçado sobre o tema.



BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha: os primeiros anos – 1922 a 1924*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930). 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*, v. 3: República – Memórias (1889-1950). 1 ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930). 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, v. 1. O Tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (189-1930). 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GASTÃO, Manoel Márcio. Conceitos Básicos em Pesquisa. In: NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral (org.). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 1 ed. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, v. 1. O Tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (189-1930). 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



LEMOS, Juvencio Saldanha. *A Revolta de 1922*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

MACIEL LOPES, Luiz Eduardo. *A Missão Militar Francesa no Brasil e o Tenentismo: um Exército em que as ideias encontraram seus lugares*. PADECEME, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, 2019, p. 58-71.



Douglas de Araújo Ramos Braga é capitão do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, da área de Magistério/História. Possui mestrado em História das Ciências e da Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz. É graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina e especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Formação Complementar do Exército.



MONTE DAS TABOCAS: O COMEÇO DA DERROTA DOS HOLANDESES NO BRASIL

Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves



Resumo: Este artigo versa sobre a Batalha do Monte das Tabocas, travada entre milícias portuguesas, compostas por elementos nascidos nos domínios portugueses e locais, e tropas regulares holandesas, da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em 3 de agosto de 1645, no interior de Pernambuco, no Brasil. O texto começa com um breve resumo da evolução do conflito, situado no Nordeste da então possessão portuguesa do Brasil, e destacando, inclusive, o caráter local, e peculiar, da resistência apresentada pelos portugueses, e nativos, aos agressores estrangeiros. Tais invasores, antigos parceiros comerciais dos portugueses, em face da absorção pela Espanha, seus inimigos, de Portugal, em 1580, decidiram pela ocupação das principais zonas produtoras de açúcar no Brasil, o que foi efetivado a partir de 1630. A seguir, já após a Restauração de Portugal, ocorrida 1640, a narrativa passa a tratar das providências portuguesas, mesmo que de forma clandestina, haja vista a paz aparente entre Portugal e Holanda, para recuperar os territórios ocupados pelos holandeses. Dentre elas, está o apoio velado, em homens e armas, à sublevação, sobretudo de Pernambuco, contra os invasores estrangeiros. A partir daí o texto discorre sobre os eventos ocorridos logo após a eclosão da revolta ostensiva contra os holandeses, em meados de junho de 1645, culminando com a batalha, vencida de forma inesperada, pelos patriotas apoiados nas alturas do chamado Monte das Tabocas. Longe de despreparados militarmente, as milícias de Tabocas, adestradas pelo militar português Antônio Dias Cardoso, haviam se preparados por meses para apresentar valor militar suficiente para enfrentar as bem adestradas tropas holandesas. Finalizando, o artigo passa então a tratar das consequências imediatas do combate nas Tabocas, destacando que foi o começo de uma longa série de vitórias das milícias locais, que, anos depois, já com apoio aberto da Coroa portuguesa, culminaram na rendição dos holandeses, na Campina do Taborda, então nos arredores do Recife, em Pernambuco.

Palavras-chave: Invasões holandesas, Período Colonial, Insurreição Pernambucana.

Abstract: This article deals with the Battle of Monte das Tabocas, fought between Portuguese militias, made up of elements born in the Portuguese and local domains, and Dutch regular troops, from the West India Company (WIC), on August 3, 1645, in the countryside of Pernambuco, Brazil. The text begins with a brief summary of the evolution of the conflict, which took place in the northeast of what was then the Portuguese possession of Brazil, and also highlights the local and peculiar nature of the resistance presented by the Portuguese, and natives, to foreign aggressors. These invaders, former trading partners of the Portuguese, had decided to occupy the main sugar-producing areas in Brazil after Spain, their enemies, had absorbed Portugal in 1580, and this was done from 1630 onwards. Then, after the Restoration of Portugal in 1640, the narrative goes on to deal with Portuguese measures, albeit clandestine, given the apparent peace between Portugal and Holland, to recover the territories occupied by the Dutch. Among them is the veiled support, in men and arms, for the uprising, especially in Pernambuco, against the foreign invaders. From there, the text discusses the events that took place shortly after the outbreak of the ostensible revolt against the Dutch, in mid-June 1645, culminating in the battle, won unexpectedly, by the patriots supported on the heights of the so-called Monte das Tabocas. Far from being militarily unprepared, the Tabocas militia, trained by the Portuguese soldier Antônio Dias Cardoso, had been preparing for months to present sufficient military value to face the well-trained Dutch troops. Finally, the article goes on to deal with the immediate consequences of the battle at Tabocas, pointing out that it was the beginning of a long series of victories for the local militias, which, years later, then with the open support of the Portuguese Crown, culminated in the surrender of the Dutch at Campina do Taborda, then on the outskirts of Recife, in Pernambuco.

Keywords: Dutch invasions, Colonial Period, Pernambuco Insurrection.



De Formião, filósofo elegante,
vereis como Anibal escarnecia,
quando das artes bélicas, diante
dele, com larga voz tratava e lia.
A disciplina militar prestante
não se aprende, Senhor, na fantasia,
sonhando, imaginando ou estudando,
senão vendo, tratando e pelejando
(Os Lusíadas, Canto X, estrofe 153)

Conforme descrito na estrofe de Camões que abre este artigo, o ideal seria sempre buscar o conhecimento militar por meio da coleta oportuna de ensinamentos práticos no campo de batalha. Em tempo de paz, na (grata) impossibilidade de realizar essa tarefa com as duras experiências bélicas reais, entre outras possibilidades, os pesquisadores na área militar não devem esquecer-se de outro campo fecundo de ensinamentos doutrinários: a história militar.

Neste ponto, é sempre bom destacar que grandes chefes militares, como Napoleão Bonaparte, sempre instigavam seus principais oficiais a ler, e reler, os grandes clássicos militares em busca da exata noção dos princípios imutáveis da guerra.

Assim sendo, um dos conflitos militares de grande valor para o estudo da Arte da Guerra, em um ambiente operacional dentro do Brasil, vêm sendo as chamadas “Guerra Brasília”, ocorridas entre 1624 e 1654. Nesse longo conflito, dentre outras, as batalhas dos Guararapes (abril de 1648 e fevereiro de 1649) vêm sendo destacadas por historiadores militares, brasileiros e portugueses, por sua grande importância para a vitória da Restauração de Portugal (1640-1668), após a conturbada União Ibérica (1580-1640).

Contudo, tais vitórias não foram concretizadas nem rápida nem facilmente, tendo demandado uma longa preparação por parte dos patriotas portugueses empenhados, pelo menos, desde 1645, na libertação do Nordeste do Brasil do jugo holandês.

O longo conflito entre as Províncias Unidas dos Países Baixos (Holanda), representadas pela Companhia das Índias Ocidentais, e Portugal, em terras brasileiras, uma verdadeira “Guerra dos 30 anos no Brasil”, teve suas origens remotas quando os portugueses, após o desastre militar ocorrido em Alcácer-Quibir (1578), acabaram caindo sob o jugo espanhol. A Espanha, após a União Ibérica, e então sob a dinastia dos Habsburgos, tornou-se um verdadeiro império global, com inimigos diversos, dentre eles a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos (1581-1795), entidade política hoje conhecida como Países Baixos, ou, mais simplesmente, a Holanda.

Esta, em face da sua antiga inimizade com a Espanha, acabou por iniciar hostilidades com Portugal, agora submetida à Coroa de Espanha. Nessa lógica, em termos práticos, os portugueses, e seus vastos territórios ultramarinos, em especial o Brasil, ficaram proibidos de comerciar com os holandeses, antigos aliados e parceiros comerciais de longa data, o que lhes acarretou enormes prejuízos.

Dentre o vasto leque de parcerias comerciais frustradas pela união das coroas espanhola e portuguesa, destacou-se a da comercialização do açúcar de cana produzido por engenhos por todo o Brasil, com destaque para os da sua região Nordeste. Estes, por terem sido originalmente

financiados pelo capital holandês, foram um exemplo do arranjo econômico mutuamente satisfatório que havia entre Portugal e Holanda - até 1594, ano em que os holandeses começam a coibir abertamente as riquezas do Brasil - em especial o açúcar e o pau-brasil (Simonsen, 2005).



Fig. 1 - Mapa ilustrado das antigas refeituras holandesas de Pernambuco e Itamaracá, durante a ocupação holandesa do Nordeste do Brasil (1630-1654). Ano de 1662.

Fonte: Atlas of Mutual Heritage.

Não obstante, os holandeses, ao se verem privados dos lucros que tradicionalmente obtinham com sua antiga parceria açucareira, e às turras com os novos senhores de Portugal, planejaram uma série de ações hostis contra a zona açucareira do Brasil: inicialmente, sem sucesso, na Bahia e, com algum lapso, invadindo um setor, até então, menos defendido, a Capitania de Pernambuco (Daróz, 2010). Cabe mencionar que as ações hostis levadas a cabo, foram realizadas por um braço comercial das Províncias Unidas, chamado Companhia das Índias Ocidentais (WIC), criada na esteira de um empreendimento similar (a Companhia das Índias Orientais), que foi usado, com sucesso por comerciantes holandese para incursões militares contra territórios hispano-portugueses no Oriente (Ilhas Molucas, Java e outras antigas possessões ibéricas).

É interessante também notar que, desde a primeira incursão holandesa (1624-1625), o ataque à praça-forte de Salvador, já haviam ocorrido menções a uma forte resistência aos invasores por meio de uso de táticas de fustigação (ataques inesperados, desgastantes e mortíferos) pelos habitantes locais (Varnhagen, 1872). Tal estado de coisas privou aos invasores a possibilidade de firmarem o domínio sobre a Zona do Recôncavo, ou seja, as áreas de produção de alimentos para a subsistência no entorno da então cidade-fortaleza e capital do Brasil seiscentista.

Enfraquecidos pela resistência montada pelos habitantes locais, as forças holandesas mantiveram posição enquanto puderam ser reabastecidos por via marítima, o que permaneceu inalterado, até que uma forte armada de naus portuguesas, espanholas e napolitanas, a comando de D. Fadrique de Toledo, proveniente da Europa, nos primeiros meses de 1625, iniciou um bloqueio total a Salvador, forçando os holandeses à rendição (Ibid.).



Apesar dessa derrota inicial, os holandeses não desistiram, e, financiados com recursos obtidos por meio de incursões corsárias contra os transportes de prata espanhóis na região do Caribe, logo voltaram a atacar. Em 1630, mais experimentada, e em maior número, a WIC tentou nova incursão, desta feita na já referida Capitania de Pernambuco. Para tal ofensiva, organizaram uma força militar com 54 navios de guerra, e entre 6.200 e 7.200 militares, com os quais desembarcaram, sem muita resistência inicial, na praia do Pau Amarelo (situada a cerca de 16 quilômetros ao norte de Olinda). Rapidamente, ocuparam Olinda e, posteriormente, o porto do Recife, mais ao sul (Freire, 1675 e Jesus, 1679).

Mais importante, sem perda de tempo, e sem dúvida tentando evitar o impasse surgido na ocupação de Salvador, as forças holandesas ampliaram a sua área de ocupação para o interior, buscando: dominar a região dos engenhos de açúcar (a chamada Zona da Mata) e garantir fontes de abastecimento alimentar para suas posições litorâneas.

Apesar do sucesso inicial avassalador, a resistência ibérica se fez notar por meio de diversas ações do mestre de campo general (tenente-general) de Pernambuco, Mathias de Albuquerque, com destaque para o incêndio dos depósitos de açúcar do Recife. Além disso, conseguiu manter vívida a reação local ao invasor, sobretudo por meio das chamadas “companhias de emboscada” ou “companhias de assalto” (Barroso, 2019, p. 16).

Como visto acima, essas pequenas unidades de guerra irregular tiveram sua origem imediata na defesa popular apresentada anteriormente em Salvador, sendo novamente ativadas por Mathias de Albuquerque no famoso Arraial Velho do Bom Jesus - cujas fundações estão hoje situadas nos arredores do Recife - e que mantém em suspenso a vitória completa dos holandeses (Vianna, 1948).

Tais companhias de emboscadas, durante cerca de cinco anos, em que pese suas limitações de efetivos e de meios, conseguiram manter o invasor em constante sobressalto, impedindo seu livre trânsito pelas estradas, atacando patrulhas, destacamentos e comboios inimigos, impedindo assim a pacificação do território (Freire, 1675).

Esses grupamentos de milicianos locais e portugueses, reforçados por indígenas e negros escravos (libertos ou não), utilizaram ao máximo táticas de guerrilhas ancestrais do Velho Mundo, mescladas com táticas de uso corrente pelos indígenas brasileiros. Aliaram, ainda, um elevado conhecimento do terreno, e do clima tropical, para maximizar o efeito de suas ações de interdição e atrito contra o invasor.

Mesmo assim, sem apoio da metrópole, e sitiado por forças holandesas superiores, o Arraial Velho, cercado, rendeu-se em 1635, tendo Mathias de Albuquerque escapado com parte significativa dos habitantes originais de Pernambuco (cerca de 7.000 pessoas) para a Capitania Real da Bahia. No caminho, cercaram e ocuparam o forte de Porto Calvo, tendo então capturado, julgado e executado Domingos Fernandes Calabar, responsável pela traição que gerou a derrocada portuguesa naquele ano.

Deste momento em diante, até 1645, os holandeses conseguiram um arranjo político e militar que lhes permitiu obter vários anos de estabilidade na região (governo de Maurício de Nassau). Com isso, inclusive e gradualmente, ampliaram seu controle territorial sobre a região nordeste brasileira, culminando com uma nova incursão a Salvador (1638) e a breve ocupação do Maranhão (1641 a 1643).

No ano de 1645, contudo, já com o domínio holandês politicamente bastante desgastado, um grupo de patriotas nascidos dentro e fora do antigo Estado do Brasil, em plena Guerra de Restauração entre Portugal e Espanha (travada entre 1640 e 1668), decidiram reacender a luta contra os invasores holandeses no nordeste brasileiro. Essa luta, acesa desde 1624, pelo menos, haveria de se arrastar por quase mais uma década, tendo demonstrado o elevado valor militar dos combatentes portugueses, nascidos, ou não, em Portugal.

Contudo, mesmo com a Restauração de Portugal, efetivada em 1640, o Reino liberto tentou aos poucos retomar a autonomia que perdera por 60 anos. Na realidade, de imediato, não teve condições políticas, nem, especialmente, financeiras, de lutar abertamente por suas territorialidades perdidas enquanto sob jugo espanhol.

Mesmo assim, de forma velada, as autoridades portuguesas em Salvador buscaram manter vivo o espírito de resistência pernambucano, o que fizeram por meio do envio clandestino de recursos, suprimentos e homens de armas, como, por exemplo, um destacado militar chamado Antônio Dias Cardoso.

Segundo assentamentos existentes, o mestre de campo Antônio Dias Cardoso, Cavaleiro da Ordem de Cristo, teria nascido no Porto, por volta da virada do século XVII, filho de pais com origem fora da nobreza, tendo vindo jovem para o Brasil para tentar a sorte nas lides castrenses (Bento, 2013). Por relato de cartas-patentes de 1648 e 1656, existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (situado em Lisboa), temos que esse renomado militar português teria servido no Brasil, de forma contínua e sempre de armas na mão desde 1624.

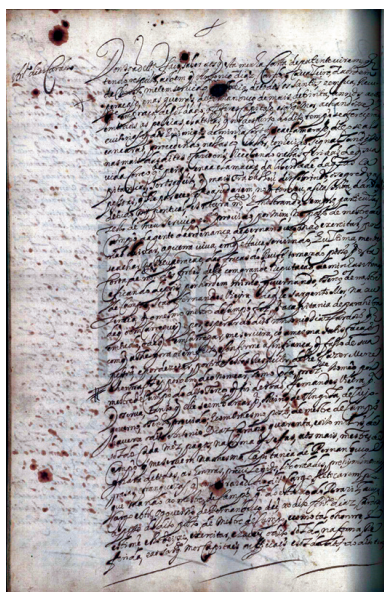


Fig. 2 – Carta-patente de promoção a mestre de campo concedida por El Rei de Portugal em 4 de maio de 1656.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Ao longo desse longo período, foi sendo sucessivamente promovido a alferes, ajudante, capitão, sargento mor e, finalmente, mestre de campo, sempre por meritórios serviços na guerra contra os holandeses. Nesse documento, há referências a seus destacados serviços, provavelmente, sob o comando de Matias de Albuquerque, “em varios asaltos, emboscadas e recontros que se lhe oferecerão junto da villa de Olimda nas fortificações do Recife e outras estâncias adonde

proçeedo com vallor conhecido” (sic) (Lisboa, 1648), e depois, sob João Fernandes Vieira e Francisco Barreto, quando “procedendo nellas (pelejas e batalhas) cô valor conhecido signalandosse nas mais das ditas ocasioens recebendo nellas feridas de que sua vida correo grande perigo e na aclamação da liberdade daquelas Capitánias [...] que demais trabalhou” (Lisboa, 1656).

Por essa destacada folha de serviços, ainda servindo no Brasil, em dezembro de 1644, ou começo de 1645, foi designado pelo Governador do Brasil, então sediado em Salvador, para se infiltrar na Capitania de Pernambuco, “acompanhado por 60 homens escolhidos”, a fim de prover apoio militar, ainda que de forma velada, aos patriotas que então começavam a querer se insurgir contra o domínio holandês (Netscher, 1942, p. 223).

A partir dessa histórica infiltração, Antônio Dias Cardoso e seus homens começaram a insinuir, nas matas que cercavam alguns engenhos na Zona da Mata pernambucana, o que pode ser considerado como o núcleo militar dos patriotas em armas para a libertação de Pernambuco e das demais capitanias subjugadas pelo invasor estrangeiro. Em paralelo, em meados de 1645, a paz relativa nas áreas ocupadas pelos holandeses, rapidamente caminhou para o conflito militar aberto.

O ponto inicial dessa conflagração começou justamente quando as forças patriotas, comandadas por João Fernandes Vieira (natural da ilha da Madeira) e pelo já referido sargento mor Antônio Dias Cardoso, conseguiram atrair um considerável contingente holandês para um combate nos termos desejados pelas forças locais. Tal atração se deu justamente pela constatação dos holandeses acerca da presença de uma força insurgente significativa, nos arredores do Recife, o que levou a uma ofensiva militar.

Em 3 de agosto de 1645, uma força holandesa com cerca de 1.500 holandeses e indígenas tapuias, comandados pelo coronel Hendrik van Haus, avançou sobre posições dos chamados “rebeldes” na região hoje conhecida por Monte das Tabocas, sendo surpreendidos pelo terreno (que desconheciam) e pelo número, ímpeto e audácia das milícias patriotas que realizaram seguidas emboscadas desmoralizantes sobre suas tropas (Jesus, 1679).

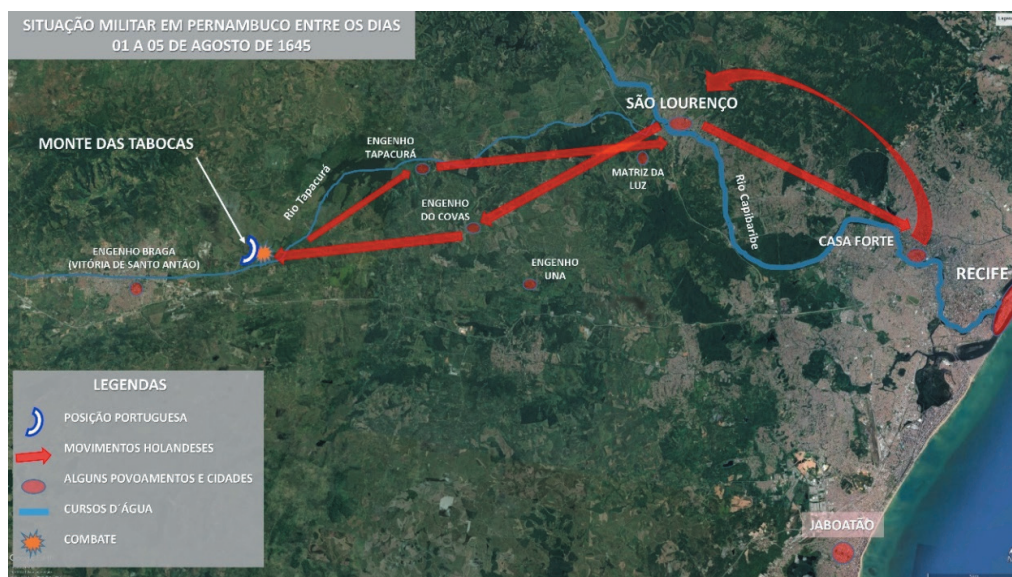


Fig. 3 - Esquema gráfico mostrando movimentos militares holandeses e as posições portuguesas anteriores ao confronto de 3 de agosto de 1645.

Fonte: Google Earth, com esquemas esboçados pelo autor.

Segundo o historiador brasileiro, coronel Claudio Rosty, em Tabocas, dos cerca de 1.200 patriotas em presença, somente cerca de 200 teriam armamento de fogo, estando os demais “armados” de forma improvisada (flechas, piques com pontas tostadas, terçados e mesmo pedras) (Rosty, 2002). Por outro lado, aparentemente, os cerca de 700 holandeses, e mais outros tantos indígenas aliados, estavam muito mais bem armados e equipados, do que os patriotas, muito embora Nestscher alegue que essa tropa era a última unidade móvel, fora das fortificações, e carecesse de pagamentos e o mínimo suprimento bélico (inclusive munições) (Netscher, 1942).

Conforme o frei Rafael de Jesus, na época da batalha o Monte das Tabocas, situado a cerca de 40 quilômetros do centro do Recife, tinha uma configuração vegetal que lhe deu o nome: cheio de tabocas, ou seja, renques de bambu grossos, em linhas sucessivas, com passagens limitadas para o prosseguimento rumo ao topo (Jesus, 1679). A primeira linha de tabocas então distaria cerca de 1.000 metros do curso do rio Tapacurá, após uma campina, e, segundo Santiago, acompanharia a trilha em auge para o alto do monte (Santiago, 1984).



Fig. 4 - Vista recente do Rio Tapacurá, a montante do local de travessia holandês, onde hoje existe um pequeno açude.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão.

Passado este primeiro tabocal, depois de um descampado de menor extensão, haveria um segundo renque que ascendia quase ao topo do monte. Por sinal, o cimo, à época estava com densa cobertura de árvores e, em sua orla, mais um renque dos já citados tabocais (Jesus, 1679).

No caminho para a presa, que julgavam certa, os holandeses avançaram meio que temerariamente, tendo, ao cruzar o rio caudaloso, provavelmente diminuído consideravelmente (por ação da umidade) sua pretensa superioridade de fogos. Além disso, com fardas e apetrechos molhados, o solo úmido e barrento (pesado), deve ter atritado bastante a necessária coesão das linhas batavas.

Tanto Santiago como Jesus apontaram que os patriotas fizeram uma emboscada inicial na transposição do curso d'água, o que só tornou mais instintiva a reação dos holandeses ao que se mostrou ser uma isca para as emboscadas principais que transcorreram mais adiante (Santiago, 1984).

Com isso, após o rio, e depois de um provável dificultoso avanço pela campina barrenta, quase na primeira linha de tabocas, os atacantes foram acometidos por sucessivas emboscadas, de variados pontos (provavelmente por uma mescla de fogos, flechas e mesmo pedras). Tendo então reduzida a capacidade de fogos, após uma provável pausa para reajuste de seus dispositivos, os homens de Van Haus avançaram pelas poucas passagens disponíveis na primeira linha de tabocais, rumo ao segundo descampado, já diante de aclave considerável.

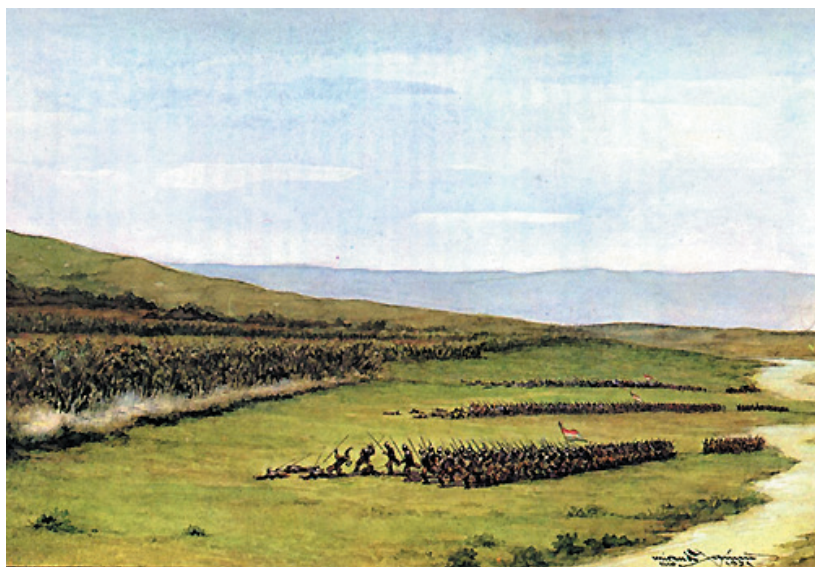


Fig. 5 - Primeiras emboscadas da Batalha do Monte das Tabocas. Ilustração de Alcebíades Miranda Júnior.

Fonte: *História do Exército Brasileiro*, Estado-Maior do Exército Brasileiro, 1ª edição, 1972.

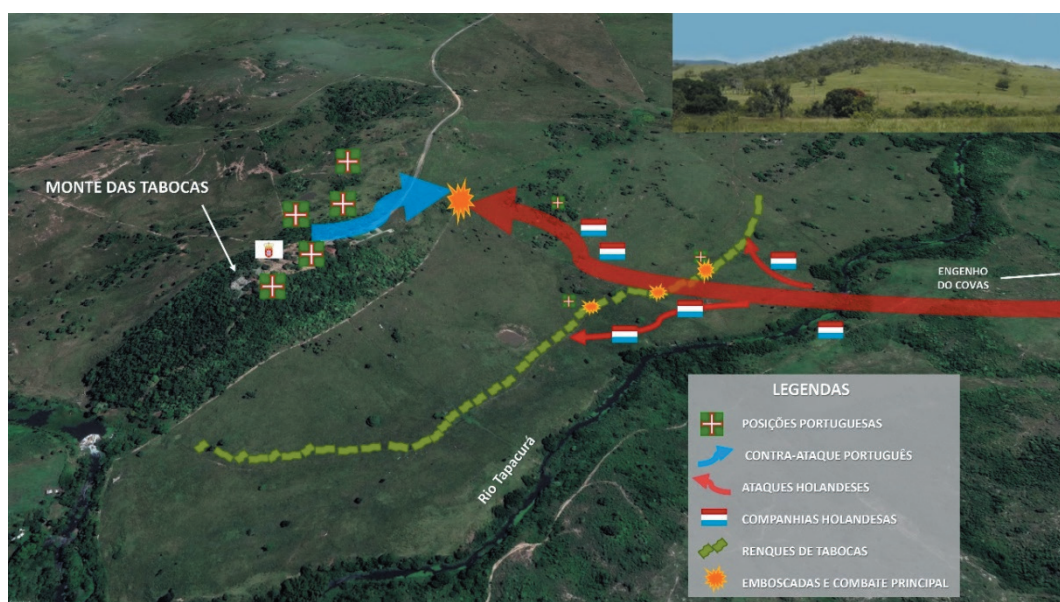


Fig. 6 - Esquema da Batalha do dia 3 de agosto de 1645, no Monte das Tabocas, onde se destaca: o avanço holandês (vermelho), as emboscadas portuguesas e o contra-ataque de João Fernandes Vieira (azul). No canto superior direito, detalhe com a visão do monte a partir do leste.

Fonte: Google Earth, com esquemas esboçados pelo autor.



A partir daí, os holandeses sofreram novas emboscadas de desarticulação, persistindo na subida monte acima, com suas linhas bastante desarticuladas, quando então foram contra-atacados pelos defensores, provenientes do alto do monte. Estes, se lançaram num decidido combate corpo-a-corpo com a tropa holandesa, já desequilibrada, que acabou por recuar.

É narrado que o destemido coronel Van Haus repetiu por mais três vezes o assalto inicial. Na quarta, e última, tentativa, já no lusco-fusco (e tendo sido o tempo inteiro fustigado por novas emboscadas), mesmo assim, quase tomou o cume. Contudo, nessa altura, a tropa estrangeira, com o moral abalado por insucessos contínuos ao longo da jornada, se desmoralizou, e começou a abandonar o campo de batalha, cruzando de volta o rio para longe dos resolutos defensores (Daróz, 2016).

Quando a noite caiu, os defensores mantiveram, e melhoraram, suas posições no campo de batalha, se preparando para os eventuais novos ataques que poderiam vir no dia seguinte. Nesse ponto, João Fernandes Vieira, mandou patrulhas percorrerem os arredores de onde transcorreria o centro da batalha, tendo os portugueses “achado 50 olandeses, que davão guarda a mais de quatrocentos feridos, que desmayados pella falta de sangue, & pello trabalho da marcha, não poderão passar avante na conserva dos seus” (Jesus, 1679, p. 305-306).

Com o raiar do dia e com a confirmação do abandono do campo pelos holandeses, ficou patente a vitória dos locais (Ibid.), com o que, com o sucesso confirmado, os patriotas, senhores do campo de batalha, capturaram grandes quantidades de mosquetes, arcabuzes, espadas, outros armamentos e, sobretudo, pólvoras e munições (Daróz, 2016).

A partir deste e de outros reveses inesperados (com destaque para o combate da Casa Forte de Rita Gomes), e até as batalhas dos Guararapes, os holandeses praticamente deixaram de atuar no interior do Nordeste brasileiro, tendo ficado restritos a algumas cidades e fortes litorâneos, com destaque para as localidades de Olinda, Recife e Itamaracá.

Após as batalhas dos Guararapes, entre 1649 e 1654, as forças patriotas sitiaram o centro de gravidade político holandês na região, ou seja, o binômio Olinda-Recife, sufocando essas de serem reabastecidas de víveres e outros insumos, salvo pelo mar.

Desse modo, surgiu um impasse, pois graças à hegemonia naval holandesa no mesmo período e sem artilharia de sítio (pesada), não havia como as forças patriotas, sem armamentos e equipamentos adequados, investirem essas cidades fortificadas. Segundo Castro (2022), isso perdurou até que uma frota portuguesa conseguiu cortar as comunicações holandesas, levando à rendição do esquema defensivo montado pela Companhia das Índias Ocidentais, na Campina do Taborda, em 1654.

Voltando ao Monte das Tabocas, no que tange às inovações táticas apresentadas pelos patriotas no episódio, pode-se dizer que elas surgiram tanto das circunstâncias (exército de patriotas sem recursos) quanto da natureza do ambiente operacional (clima quente, úmido e coberto de florestas, campinas e zonas alagadiças) que os envolvia. Além disso, aquele núcleo inicial de combatentes aproveitou o melhor conhecimento geográfico e a maior resistência de seus integrantes a um clima tropical do que seu inimigo europeu, apesar do apoio prestado por índios tapuias e potiguaras ao holandês.



Fig. 7 - Vista aérea recente, de norte para sul, do cume do Monte das Tabocas.
Fonte: Imagem aérea de Djalma Andrade.



Fig. 8 - Vista aérea do Monte das Tabocas, com a seta indicando a direção do ataque principal holandês, sobre a várzea do Rio Tapacurá, em 3 de agosto de 1645.
Fonte: Imagem aérea de Djalma Andrade.

Enquanto os holandeses, mais por hábito do que por adestramento, combatiam, quase que atavicamente emassados no seu típico batalhão seiscentista, os luso-brasileiros, até por conta da carência de armamentos de ponta, foram forçados a combater em ordem aberta. Era observação comum pelos holandeses que a tática patriota era romper os "quadrados" holandeses e, a partir daí, partir para a luta corpo-a-corpo na qual a tropa local tinha grande vantagem, até mesmo pelo pouco equipamento em face das agruras do clima (Rosty, 2002).

Outra observação holandesa reveladora é que a artilharia holandesa quase sempre era inútil nas refregas, em menor ou maior escala (tornado-se assim um estorvo), haja visto que as peças visavam molestar linhas de soldados em ordem cerrada, coisa que raramente viam os patriotas perfazer em campo aberto (Netscher, 1942).

Mais uma vez é razoável presumir que tal superioridade organizacional, em que pese a penúria dos patriotas, possa ter prestado um desserviço ao invasor, ao menos naquele momento. Senão vejamos: segundo Jesus (1679), o tempo na época da batalha estava muito instável e chuvoso, com o que o caudal do rio Tapacurá, normalmente vadeável, estava bastante forte e elevado. Segundo consta, a tropa holandesa provinha da vila de São Lourenço, distante pelo menos 20 quilômetros à nordeste do Monte das Tabocas, tendo avançado, decididamente, para esmagar os patriotas, cujas posições estimavam estar no chamado Engenho do Covas. Não os encontrando ali, foram atraídos para a nova posição, distante cerca de 15 km mais adiante (Jesus, 1679).



Fig. 9 - Vista recente da várzea entre o Rio Tapacurá e o sopé do Monte das Tabocas, palco principal dos combates de 03 de agosto de 1645.

Fonte: Foto de Jones Pinheiro

Dos variados relatos dessa batalha, podemos destacar alguns princípios da guerra ali utilizados que, com ligeiras variações, também estarão presentes, igualmente, nas 1ª e 2ª batalhas dos Guararapes, como por exemplo: surpresa, ofensiva, segurança e unidade de comando. Além disso, os patriotas empregaram um judicioso uso do terreno (para forçar o combate), agressividade nas ações ofensivas, amplo emprego de operações de inteligência e psicológicas, exploração das agruras do clima local, sem esquecer a notável ação de comando e capacidade de liderança evidenciadas pelos comandantes, em todos os níveis (Rosty, 2002).

Em face do acima exposto, de forma bem resumida, cabendo até maiores aprofundamentos, é lícito dizer que foi no Monte das Tabocas o ponto de partida para o processo que culminou nas chamadas batalhas dos Guararapes (já no contexto do comando militar vitorioso de Francisco Barreto de Menezes, o Conde do Rio Grande).

É certo que a formação dessa força militar efetiva, cujo cerne surgiu no Monte das Tabocas, baseou-se em um longo processo de aclimação local de uma estratégia tão antiga como a guerra: a aproximação indireta. Esta, como bem é sabido da história militar, quase sempre foi o padrão histórico de resposta a agressores externos com grande capacidade militar frente a defensores menos preparados.



Fig. 10 - Vista da capela de Nossa Senhora de Nazaré, erguida nos anos 1960, conforme desejo nunca realizado de João Fernandes Vieira, líder da Insurreição Pernambucana (1645-1654).

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão.



Logo, nos Guararapes consolidou-se uma doutrina autóctone, que traduziu para a geografia o clima e a personalidade dos locais, os grandes avanços doutrinários da chamada Guerra dos 30 Anos, na Europa. Por outro lado, podemos dizer que nas Tabocas, por sua vez, é que teria surgido o primeiro esboço dessa futura reação militar.

É que, como vimos, foi lá que o grande artífice do chamado “Exército Libertador”, o mestre de campo Antônio Dias Cardoso, testemunhou suas tropas improvisadas aplicarem, vitoriosamente, as técnicas de emboscada, guerrilha e “de matar”, que treinaram por meses, sob toda a sorte de dificuldades, homiziados contra a repressão holandesa nas chamadas matas do “pau brasil” (Bento, 2018).

Nessas verdadeiras oficinas doutrinárias naturais, Dias Cardoso trouxe para o aprendizado inicial das táticas, técnicas e procedimentos necessários para a vitória: capatazes, ferreiros, mascates, comerciantes, escravos libertos, índios, além de um bom número de milicianos portugueses. Tal núcleo de insurgentes, aliás, que foi fundamental para a vitória no Monte das Tabocas, é considerado, igualmente, hoje em dia, pelos historiadores militares brasileiros, como “a célula mater do Exército Brasileiro, no solo hoje defendido pelo moderno Comando Militar do Nordeste” (Bento, 2013).

Hoje, passados quase quatro séculos daquelas históricas jornadas militares, o Exército Brasileiro, além de outros vultos históricos daquele período, vem buscando homenagear o heroísmo, a coragem, a abnegação e o conhecimento profissional, demonstrados pelo mestre de campo Antônio Dias Cardoso. Isto vem sendo executado por modos diversos, mas inclusive pela atribuição do nome, e da memória, desse personagem histórico como patrono do 1º Batalhão de Forças Especiais – “Batalhão Antônio Dias Cardoso” –, atualmente sediado em Goiânia, capital do estado brasileiro de Goiás.



BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2019.

BENTO, Cláudio Moreira. Mestre de Campo Antonio Dias Cardoso: o patrono das Forças Especiais do Exército. *O Tuiuti*. Porto Alegre, n. 44, mar. 2013. Disponível em <http://www.ahimtb.org.br/MESTRE%20DE%20CAMPO%20ANTONIO%20DIAS%20CARDOSO%20PATRONO%20DAS%20FOR%C3%87AS%20ESPECIAIS.pdf>. Acesso em 12 jun. 2023.

BENTO, Cláudio Moreira. *As Batalhas dos Guararapes: Descrição e Análise Militar*, 3ª edição. Barra Mansa: Gráfica e Editora Irmãos Drumond, 2018.

BENTO, Cláudio Moreira. *Brasil - Pensadores Militares Terrestres (1631-1990)*, 1ª edição. Barra Mansa: Gráfica Drummond, 2019.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortificações e defesa do litoral e das fronteiras terrestres. In TEIXEIRA, Francisco Carlos (Org) et al. *Dicionário de História Militar do Brasil (1822-2022)*, v. 2, 2022.

DARÓZ, Carlos. *A Guerra do Açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania: Historia da Guerra Brasilica*. Lisboa: Officina de Joaom Galram. 1675. 600p. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4715>. Acesso em 10 jun. 2023.

JESUS, Frei Rafael de Jesus. *Castrioto Lusitano: empresa e restauracao de Pernambuco & Capitanías confinantes...acontecidos pello discurso de vinte quatro anos, e tirados de noticias, relações e memorias certas*. Lisboa: Impressão de Antonio Craesbeck, 1679.

LISBOA. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *António Dias Cardoso*: Alvará de Lembrança de Offício. Livro 19. Folha 329f. Chancelaria Real Rei Dom João IV. Novembro de 1648.

LISBOA. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *António Dias Cardoso*: Carta de Mestre de Campo em Pernambuco. Livro 23. Folha 112f. Chancelaria Real Rei Dom João IV. Maio de 1656.

NETSCHER, P.M. *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mario Sette. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.



PAIS, Amelia Pinto (Org). *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto: Areal Editores, 2017. Edição Escolar.

ROSTY, Claudio Skora. *Invasões Holandesas (Insurreição Pernambucana): a Batalha do Monte das Tabocas*. O início do fim. Brasília: EGGCF, 2002.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira (1654)*. Recife: Fundarpe, 1984.

VARNHAGEN. Francisco Adolpho. *Historia das lutas com os holandeses no Brazil: desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão. 1872. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518737>. Acesso em 06 jun. 2023.

VIANNA, Helio. *Estudos de História Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.



Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves é coronel de Engenharia do Exército Brasileiro. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior, e, em paralelo, o Mestrado Acadêmico em Ciências Militares, este pelo Instituto Meira Mattos. Atuou como Oficial de Ligação para Assuntos Culturais e Doutrinários junto ao Exército Português entre julho de 2022 e junho de 2024. Atualmente exerce o cargo de chefe do Gabinete da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.



**INTERVENÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA
BRASILEIRA NA CIDADE DE SUSÁ DURANTE A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945)**

Johny Santana de Araújo



Resumo: Em princípios de 1945, após a arrancada das forças aliadas em direção ao noroeste da Itália, um evento de ampla divulgação na memória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) aconteceu. Foi o encontro das forças brasileira e francesa na cidade de Susa, próxima à fronteira da Itália com a França. O evento normalmente é tratado como um encontro cordial, junção de duas forças aliadas que combatiam um elemento comum, os alemães. O presente artigo pretende descortinar como se deu a missão à luz das intenções francesas para com a ocupação da cidade, e qual o papel da FEB com sentido a garantir a integridade territorial da região para a Itália¹.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Front Italiano; Exército Francês.

Abstract: In early 1945, after the Allied forces advanced towards northwestern Italy, a widely publicized event in the memory of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) took place: the meeting of Brazilian and French forces in the city of Susa, near the border between Italy and France. The event is usually treated as a cordial meeting of two Allied troops that fought a common element, the Germans. This article aims to uncover how the mission took place in light of French intentions to occupy the city, and what role the FEB played in ensuring the territorial integrity of the region for Italy.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; Italian Front; French Army.

A QUESTÃO FRANCO-ITALIANA NA FRONTEIRA ENTRE OS DOIS PAÍSES

É um fato pouco conhecido, sendo um daqueles acontecimentos que advieram nos últimos dias e nas últimas horas da Segunda Guerra Mundial. Insere-se no quadro das rivalidades entre os Aliados ocidentais. Comumente observamos as dificuldades entre os ocidentais, da *U.S. Forces, European Theater* (USFET - Forças dos Estados Unidos no Teatro Europeu), por exemplo, e os soviéticos do *Gruppa Sovietskikh Okkupatsionnyh Voysk v Germanii* (GSOVG - Grupo de Forças de Ocupação Soviéticas na Alemanha), sendo estas dificuldades cada vez mais estudadas em grande medida em decorrência da disponibilidade de um corpo documental já há um certo tempo desclassificado.

Problemas de relacionamento entre as forças aliadas ocidentais também ocorreram, mas são menos observadas em nível mais macro, salvo aquelas que envolvam particularidades de comando cuja historiografia sobre a Segunda Guerra igualmente tem estudado².

Em fins da Segunda Guerra Mundial, uma unidade da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi protagonista de um evento muito importante para o restabelecimento da fronteira entre a França e a Itália, o 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado.

¹ Este artigo é um resultado parcial de uma pesquisa sobre a Ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no contexto de sua atuação como elemento de emprego como força de dissuasão na fase final da guerra, no teatro de operações da Itália, e se insere no Projeto de Pesquisa: Nacionalismos, Guerras modernas e Conflitos contemporâneos, desenvolvido pelo autor e cadastrado junto ao CNPq.

² As dificuldades de relacionamento entre os comandantes aliados eram bastante comuns, e envolvia desde disputa internas quanto ao planejamento estratégico, e aconteceu tanto do lado ocidental quanto do lado dos russos, sobre o relacionamento na cadeia de comando aliado, especialmente o comando Britânico e Norte-Americano na Europa durante a Segunda Guerra, ver: (Gelb, 2018).



O envolvimento do Exército Brasileiro em ação na Itália em operações de contenção e de mediação decorreu da necessidade de implementar uma força que teoricamente fosse neutra, algo que já havia sido discutido pelo alto comando aliado na Itália e no Mediterrâneo em relação ao aproveitamento da FEB. Em uma situação crítica de intervenção direta, Frank McCann nos aponta sobre a possibilidade de atuação da FEB na Áustria como uma força mediadora e neutra³. Mas a narrativa da questão antecede ao século XIX e se relaciona à própria formação dos Estados nacionais francês e italiano.

AVANÇO DO EXÉRCITO FRANCÊS SOBRE O VALE DE AOSTA, SUSÁ E TURIM

Em 1943, um ano antes da Operação Overlord (desembarque da Normandia) e da Operação Dragão (desembarques no sul da França), o comandante em chefe das forças francesas livres, o general Charles de Gaulle, vinha planejando uma grande ação contra a Itália, em resposta à invasão do sul da França ordenada por Benito Mussolini em junho de 1940, enquanto a França estava caindo para a Alemanha durante a Batalha da França.

De Gaulle ainda se encontrava em Argel quando começou a estudar um plano para ocupar o território italiano que tinha influências francesas: o vale de Aosta, o oeste do Piemonte e as cidades costeiras de Ventimiglia e Imperia, na Ligúria, que contavam com o apoio do serviço de espionagem francês que estava trabalhando para preparar o terreno com fins a anexação⁴.

O Armistício de Cassibile, no entanto, causou a divisão da península italiana entre o Reino da Itália no sul, sob o rei Victorio Emmanuel III, e a República Social Italiana no norte, liderada por Mussolini e sob influência alemã. As condições do Armistício fizeram dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Exército Cobeligerante italiano as únicas nações autorizadas a ocupar o território italiano, deixando de fora os franceses (Armistice, 1943).

Após a Operação Dragão, a invasão do sul da França, os Aliados conseguiram levar a campanha até os Alpes no outono de 1944, mas o grosso das operações seria efetivamente executado pelas forças francesas.

A campanha Aliada na Itália, que havia começado no sul com os desembarques na Sicília em julho de 1943, e em Salerno em setembro do mesmo ano, foi progredindo lentamente para o norte durante dois anos, pelo que as partes mais setentrionais do país foram ocupadas pelos alemães e pelas forças colaboracionistas durante um período mais longo⁵.

Mas, entre os objetivos de guerra estabelecidos pelos líderes políticos e militares franceses, estava a anexação do Sarre e dos territórios sob administração italiana. Esses projetos de anexação na Itália variaram e evoluíram desde uma anexação do vale de Aosta até uma anexação da cidade de Turim, ou mesmo de grande parte do Piemonte, como na Era Napoleônica.

Em 1945, De Gaulle conseguiu enviar forças regulares do Exército Francês e guerrilheiros

³ Sobre os encaminhamentos possíveis para a FEB no final da campanha da Itália, ver: McCann, 2015.

⁴ Sobre as atividades secretas com esse fim, ver: Nebiolo, 2010.

⁵ Sobre as operações iniciais dos aliados na Itália e seus desdobramentos seguintes, ver: Mitcham; Stauffenberg, 2007.



para ajudar a resistência italiana perto da cidade de Aosta. Na sequência, alegou aos aliados que poderia ocupar 20 km ao longo da fronteira, e se utilizou desse argumento para reunir uma força de ocupação considerável, próxima da linha de frente e pronta para conquistar o máximo de terras italianas possíveis, do vale de Aosta à Ligúria.

As forças francesas foram autorizadas pelos Aliados a penetrar na Itália a uma profundidade de 30 km após o colapso do Eixo em maio de 1945, embora em alguns lugares tivessem violado esta permissão e penetrado muito mais longe. (Wildgen, 1970).

Assim, após a travessia do rio Reno, De Gaulle lançou tropas francesas baseadas perto de Nice, no departamento dos Alpes Maritime, do outro lado da fronteira italiana, para reparar a indignidade que a França havia sofrido nas mãos de Mussolini no colapso de 1940. Tudo isso foi feito, é claro, sem qualquer aviso, discussão ou coordenação de planejamento com o Comando Supremo Aliado na Itália, chefiado pelo marechal de campo britânico Harold Alexander (Cook, 1983).

Implacavelmente, os franceses avançaram para o norte da Itália, tomando as passagens da Lombardia, a estação de esqui alpina do vale de Aosta e movendo-se ao longo da costa da Ligúria e do interior, a fim de capturar a principal cidade italiana na região, Turim. Tudo isso foi realizado nos primeiros dias de maio, enquanto as forças de Alexander estavam ocupadas ao sul e ao leste, empurrando os alemães para o vale do Pó, tomando Milão, Veneza e indo para Trieste (Ibid.).

Agentes franceses foram enviados para espalhar propaganda e ganhar o apoio da população durante a invasão, mas a maioria dos cidadãos italianos não queria se juntar à França. No dia 27 de abril, oito companhias do exército francês da 7ª *Demi-brigade alpine* (DBA – Meia-brigada Alpina) haviam cruzado o Petit Saint Bernard e o passo de Rhêmes com a intenção de ocupar o vale de Aosta e Turim. Toda a ação foi batizada de Operação Pingouin.

Em 28 de abril de 1945, os guerrilheiros italianos entraram em Aosta, quando então Alessandro Passerin d'Entreves e Carlo Torricione foram nomeados pelo Comitê de Libertação Nacional (CLN) do vale do Aosta, respectivamente, prefeito e vice-prefeito da cidade. Havia um desejo de resistir ao anexionismo francês, o que deu origem até a uma aliança entre soldados da República Social Italiana e *partigiani*, que passaram a lutar lado a lado.

Após a operação, Alexander ordenou ao general Paul-André Doyen que retirasse o *Armée des Alpes* para trás da fronteira franco-italiana, mas o oficial, sob as ordens de De Gaulle, se recusou (Harris, 1957). Doyen disse a Alexander, por escrito, que, “se necessário”, ele estenderia sua recusa a consequências extremas, “de acordo com a ordem do general De Gaulle”. Em outras palavras, ele estava ameaçando atirar em seus aliados. Com isso, Truman e Churchill entraram em ação (Cook, 1983).

Depois de uma troca de mensagens, o primeiro-ministro Churchill telegrafou para Truman a seguinte mensagem: “É muito desagradável para nós sermos abordados nesses termos pelo general De Gaulle”. O presidente dos EUA igualmente foi duro. Em um telegrama para o líder francês, protestou contra a ameaça de Doyen a seus aliados e exigiu a evacuação das forças francesas “até que a resolução das reivindicações que o governo francês deseja formular em relação à fronteira possa ser efetuada normal e racionalmente”. A menos que isso fosse feito, Truman disse com firmeza: “Serei obrigado a suspender a distribuição de equipamentos e munições alocados ao Exército Francês pelos serviços americanos.” (Ibid., p. 281).

Apesar de o presidente norte-americano Truman ter apelado diretamente a De Gaulle, avi-



sando-o de que, dadas as circunstâncias, não tinha outra escolha senão cortar o abastecimento militar e as munições dos EUA, ele continuaria a fornecer rações para suas tropas. (Weinberg; Albert, 1964, p. 569-570).

Turim só foi retomada pelos Aliados no final da ofensiva da Primavera de 1945. Quando a vanguarda das unidades blindadas de reconhecimento da FEB chegou à cidade, esta já estava libertada pelas tropas *partigiani* italianas, que haviam começado a se revoltar contra as forças alemãs e italianas da República Social da Itália, em 25 de abril de 1945.

De Gaulle fez uma retirada tática, mas não estratégica. Ele disse a Truman que estava enviando o chefe do estado-maior das forças francesas, o general Alphonse Pierre Juin, ao quartel-general de Alexander para acertar os detalhes. Juin era um negociador nato, e os franceses, então, gradualmente, se retirariam de Turim e de outros pontos, mas continuariam a manter o território fronteiriço que a Itália posteriormente cedeu no acordo de paz (Cook, 1983).

As hostilidades cessaram oficialmente em 2 de maio. A partir desta data, o *Détachement d'Armée des Alpes* (D.A.Alp) passou a ser considerado como força de ocupação do noroeste da Itália. Os eventos que se seguiram não eram mais de natureza militar. Eles passaram a ser de responsabilidade exclusiva da política internacional. De uma forma muito simbólica, um elemento francês avançou para Turim, onde entrou em contato com as tropas aliadas que já estavam lá. Cedendo à pressão americana, o general De Gaulle finalmente concordou em retirar suas tropas de dentro da fronteira de 1860. Um cronograma para a substituição das tropas francesas na Itália foi acordado com os Aliados e executado. (Riccioli, 1996).

Os soldados franceses recuaram no verão de 1945, exceto das aldeias de Tende e Brigue, que foram posteriormente anexadas com o tratado de paz de 1947 (*Traité de Paix avec l'Italie*. [online]. 10 fev. 1947). Uma parte significativa da população deixou as duas aldeias para evitarem ter que se tornarem cidadãos franceses. (Lipgens, 1982).

Como parte desta luta pelo controle do Piemonte, e enquanto se organizava a resistência civil-militar italiana, o general Mark Clark pediu a um “país neutro” que servisse como força de interposição, a fim de evitar o confronto direto entre o Exército dos EUA e as forças francesas.

DESLOCAMENTO DA FEB E AÇÃO DE INTERVENÇÃO CONTRA O EXÉRCITO FRANCÊS

Desde 25 de abril de 1945, a FEB, que lutava ao lado dos Aliados na Itália, vinha sendo reorganizada na forma de Grupos Táticos (GT) destinados a “atacar” as cidades do norte da Itália, como Piacenza, Alexandria ou Turim, para obter a rendição das últimas unidades alemãs e ocupar estas cidades.

A incumbência atribuída ao 11º GT⁶ foi mais delicada, pois envolvia bloquear a progressão francesa em direção a Turim e impedir a tomada do poder por pequenos grupos separatistas apoiados pela França. O oficial que comandou as primeiras tropas brasileiras no contato foi o capitão Plínio Pitaluga⁷, sendo atribuído ao 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, sob

⁶ Grupamento tático organizado com base no 11º Regimento de Infantaria brasileiro e suas tropas de apoio.

⁷ Sobre as operações de sua unidade ver o seu relatório de operações: Pitaluga, 1947.

o seu comando, e aos soldados de infantaria do I/11º Regimento de Infantaria do major Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, a missão deter as tropas francesas.



Fig. 1 - O capitão Plínio Pitaluga, ao lado de um veículo de reconhecimento M-8 Greyhound, da unidade sob o seu comando, o 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado da 1ª DIE,

Fonte: Exército Brasileiro

A região de Turim-Susa-Veillane (Avigliana)-Briançon, historicamente já havia sido desde a Idade Média um território de contestação política⁸. Conforme o general João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, afirmou em suas memórias,

na jornada do dia seguinte, 1º de maio de 1945, o 11º GT continuou encalhando as tropas do LXXV Corpo de Exército inimigo, que retraía ante a ameaça, por oeste, do Destacamento do Exército francês dos Alpes e as dificuldades criadas pelos *partigiani*, guerrilheiros italianos, já em franca insurreição nas principais cidades – Milão, Turim, Brescia – sob o comando do general Rafael Adorna. (Moraes, 2014, p. 363).

Com o objetivo de localizar as unidades do LXXV Corpo de Exército Alemão sob o comando do general Johann Schlemmer, o 11º Grupamento lançou reconhecimento motorizados em várias direções. No dia 1º de maio a notícia da morte de Hitler havia chegado, já no dia 27 de abril, Mussolini havia sido capturado e na sequência morto pela resistência italiana.

⁸ Foi um dos eixos da estruturação da antiga República dos Escartons, ver sobre: (Fine, 2015)



No decorrer da jornada do dia seguinte, 2 de maio, ocorreria a última missão da Campanha da Itália. O batalhão do major Manoel Lisboa ocupou a cidade de Turim, reconheceu na direção norte os vales do Stura e Orco, e lançou uma forte patrulha em direção noroeste, atingindo a cidade de Susa, a 32 km da fronteira francesa. Nesse momento as forças brasileiras estabeleceram ligação com a 27ª Divisão de Infantaria Alpina, comandada pelo general Eugène Molle, uma grande unidade que integrava o Destacamento do Exército Francês dos Alpes (Moraes, 2014).

Uma das observações mais importantes que evidencia o destaque da ação da tropa brasileira foi feita pelo general de brigada Thorio Benedro de Souza Lima, em seu depoimento de memória:

[...] o I /11º RI tomou parte saliente nas grandes ações da FEB. O “batismo de fogo” foi dramático, [...], mas, posteriormente, o batalhão tomou parte saliente no combate de Castelnuovo. Foi quem conquistou Montese e proporcionou a ligação da Força brasileira com os franceses em Susa, porque foi uma das primeiras tropas aliadas a ocupar a grande cidade de Turim, permitindo que o vale do Pó fosse inteiramente conquistado pelos brasileiros. (Lima, 2001, p. 34)

O moral da tropa brasileira era muito bom, apesar das agruras passadas a pouco, pois segundo Thorio Benedro Lima,

[...] na fase final da luta, à tomada de Turim e à nossa proteção e ligação feita em Susa. Estávamos responsáveis, basicamente, pelas partes norte, leste e sul da cidade, num ângulo de 270 graus, e, nesse patrulhamento, [...], no dia 7 de maio de 1945, numa 2ª feira: Chovia e o frio era intenso. Na manhã de dois, acomodamos a Companhia e fomos fazer reconhecimentos nas partes sul, sudoeste e sudeste da cidade. Ficamos três horas passando por Montieri, Miquelino e Stupidigio, Bolgareto, Bengascaccio; éramos os primeiros aliados que andávamos por lá. (Ibid., p. 40)

As tropas alemãs estavam evacuando para o norte, juntamente com forças italianas que estavam na fronteira da França. Eram ao todo duas divisões, e por conta dos avanços brasileiro e francês, buscavam alcançar os Alpes. Novamente, Thorio Lima nos fala do contato com os franceses e de como a ação destes ajudou na pressão em torno das forças alemãs.

Os franceses estavam no encalço, a Leste, e nós por este lado, procurando fazer um sanduíche. Von Libber, comandante alemão, não queria render-se, a não ser que soubesse da morte oficial de Hitler. Acabamos de tomar conhecimento da ligação do batalhão com os franceses em Susa. Regressei às 17 horas para o quartel que ocupávamos ao sul da cidade, perto das grandes fábricas Fiat. Saímos em seguida para um reconhecimento da zona norte. Foi realizado pelo comandante da 3ª Companhia de Fuzileiros, Hésio Alvim. Para lá nos dirigimos à noite com nossos pelotões e fizemos patrulha até Denaria e Lugheri. No outro dia voltamos às 10 horas para o quartel e logo depois das 15 horas veio ordem de regressarmos para Alessandria, pois a guerra terminara. (Ibid., p. 40).

O encontro com os soldados franceses ocorreu em 2 de maio de 1945 na cidade de Susa. As unidades francesas envolvidas foram os 7º e 13º BCA - *Bataillon de Chasseurs Alpins* (batalhão de caçadores alpinos), unidades pertencentes à 27ª Divisão de Infantaria Alpina. O 7º BCA estava

sob o comando de Buttet, e o 13º BCA era liderado pelo comandante Georges Hérítier.



Fig. 2 - O comandante do 13º BCA, Georges Hérítier, à esquerda, recebendo o estandarte do batalhão antes de se dirigir à conquista do vale de Aosta,

Fonte: Le Dauphiné Libéré.

Sobre a atuação do 7º BCA, o pesquisador Jean Pochard observou que mesmo com todo esforço desempenhado pelo batalhão, os combates que a unidade enfrentou, até a penetração na Itália, haviam sido mais duros do que em outras frentes nos alpes.

Ao contrário dos Alpes do Sul, o inimigo resistiu vigorosamente aqui. No entanto, a partir de 26 de abril, por passagens secundárias, os Chasseurs Alpains franceses conseguiram invadir o Val di Susa e o Val d'Aosta. Quando o armistício foi assinado em Caserta em 29 de abril, não apenas todos os Alpes franceses foram libertados, mas nossos caçadores estavam às portas de Ivrea e passaram por Bussoleno na estrada para Turim. (Pochard, 1980, p. 19).

Segundo o autor, esta ação acabou sendo relegada, pois “eles, permaneceram em sua posição no Vale de Aosta até o final de junho, quando a França se resignou a respeitar os acordos intera-



liados que deixavam a Itália apenas para os anglo-americanos.” (Ibid., p. 19). Por questões políticas que estavam acima de suas vontades, tiveram que deixar as posições conquistadas na Itália.

As memórias desse encontro ainda são controversas, apesar da cordialidade aparente das forças. O pesquisador francês Daniel Besson revelou em entrevista que o general Alain Le Ray, que havia participado da campanha do vale de Aosta quando era tenente-coronel comandante da 7ª Meia-brigada de Caçadores Alpinos, havia confirmado três elementos importantes para a compreensão da missão.

Segundo Le Ray, as forças francesas receberam ordens para ocupar militarmente o vale de Aosta até Turim, e apoiar movimentos separatistas em Susa e Piemonte; e que foram de fato os soldados brasileiros que “bloquearam” os elementos franceses em Susa (Besson, 2020), e, finalmente, que os soldados brasileiros enviados para Susa impressionaram os soldados franceses com dois equipamentos: os facões, que certos soldados brasileiros traziam consigo, e os veículos M-8 Greyhound, que a unidade de reconhecimento utilizava (Ibid.). A unidade estava sob o comando do capitão Plínio Pitaluga, sendo um dos grandes teóricos durante os combates da Campanha italiana.

O desempenho de Pitaluga foi muito conciliador e decisivo, como observado pelo pesquisador Giovanni Sulla, que afirmou ao diplomata Aurimar Nunes que “[...] o capitão Plínio Pitaluga, ‘com muita diplomacia’, convenceu os franceses a retornarem para os limites de seu território, o que foi uma relevante conquista simbólica, levada a termo pelas forças brasileiras [...]” (Nunes, 2020, p. 81).

Sulla destacou ainda o papel de manutenção da ordem proporcionada pelas tropas brasileiras nas cidades “[...] para as quais foram enviadas, tais como Alessandria, Turim e Susa,” pois, segundo consta, a FEB teria evitado uma série de justicamentos a serem promovidos pelos partigiani e comunistas italianos, que pretendiam se vingar de seus patrícios que haviam apoiado Mussolini (Ibid., p. 81).

Há muito a ser investigado a respeito desta ação protagonizada por duas unidades da FEB, mas os franceses deixaram de fato a região, e os elementos do 13º BCA que desfilaram em Turim em 2 de maio de 1945 o fizeram sob a precaução vigilante das tropas aliadas, incluindo os soldados brasileiros da FEB que lá estavam acompanhando a cerimônia.

CONCLUSÃO

Dentro da pesquisa sobre a memória da FEB, muito se tem estudado sobre as ações diretas nos combates, uma epopeia marcante, se levarmos em consideração a grandiosidade da sua atuação.

O evento aqui estudado nos ajuda a compreender uma dimensão igualmente muito importante nos teatros de operação que é ação preventiva de diplomacia militar, o que em nosso entendimento ajuda a mensurar que a atuação de FEB junto à fronteira da Itália com a França deixou um legado significativo na constituição das relações franco-italianas, ainda estremecidas por conta da guerra. E que, no fundo, trazia elementos constituintes de suas nacionalidades indefinidas em uma região fronteiriça cuja diretriz de um Estado vitorioso, a França, poderia ter definido sobre



a ocupação de um território que não era seu de direito, apesar da composição cultural ter forte influência francesa.

A ausência da governança do estado italiano que garantisse a presença soberana sob o seu território foi assegurada pela ação eficiente de tropas brasileiras que atuaram positivamente dentro dos preceitos do alto comando aliado.

A dimensão do problema que atingiu a intervenção direta dos governos norte-americano e britânico junto aos franceses dá uma compreensão do quanto foi significativa a presença intimidadora das forças brasileiras, que se portaram com total profissionalismo e disposição para entrar em combate se necessário, a fim de resguardar o direito dos italianos do vale de Aosta de continuarem a ser italianos. As expectativas dos separatistas, no entanto, não pararam no Piemonte com a partida das tropas alpinas francesas; as questões permaneceram para serem definidas e duraram até 1947.



BIBLIOGRAFIA

ARMISTICE with Italy; September 3, 1943. Treaties and Other International Agreements of the United States of America 1776-1949. Compiled under the direction of Charles I. Bevans LL.B. Assistant Legal Advisor Department of State. V. 3 Multilateral 1931-1945. Department of State Publication 8484 Washington, DC : Government Printing Office, 1969.

BESSON, Daniel; BESSON, Sônia. Il y a 75 ans, le 2 mai 1945, l'armée Brésilienne empêchait la France d'annexer le Val d'Aoste, Turin et le Piémont, 02/05/2020. In: *Ice Station Zebra*. Disponível em: <http://zebrastationpolaire.over-blog.com/2020/05/il-y-a-75-ans-le-2-mai-1945-l-armee-bresilienne-empechait-la-france-d-annexer-le-val-d-aoste-turin-et-le-piemont.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

COOK, Don. Charles De Gaulle: *A Biography*. New York: G.P. Putnam's Sons, 1983.

FINE, Jean-Paul. *La principauté des libertés ou la République des Escartons*. Val-des-Prés: Éditions Transhumances, 2015.

GELB, Norman. *Ike and Monty: generals at war*. Leicester: Sharpe Books, 2018.

HARRIS. C.R.S. *Allied military administration of Italy 1943-1945*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1957.

LIMA, Thorio Benedito de Souza. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. *História oral do Exército na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

LIPGENS, Walter. *A History of European Integration: 1945-1947*. V. 1. Oxford: Clarendon Press, 1982.

McCANN, Frank. The Rise and Fall of the Brazilian-American Military Alliance, 1942-1977. *Esboços: histórias em contextos globais*, [S.l.], v. 22, n. 34, p. 13-60, 2015. DOI: 10.5007/2175-7976.2015v22n34p13. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2015v22n34p13>. Acesso em: 9 set. 2024.

MITCHAM, Samuel W.; STAUFFENBERG, Friedrich von. *The Battle of Sicily: How the Allies lost their chance for total victory*. Mechanicsburg: Stackpole Books, 2007.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. 3.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,



2014.

NEBIOLO, Gino. *Soldati e spies*. Milano: Cairoeditore, 2010.

NUNES, Aurimar Jacobino de Barros. *O Itamaraty e a Força Expedicionária Brasileira (FEB): o legado da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como ativo de política externa*. Brasília: FUNAG, 2020.

PITALUGA, Plínio. *Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento/1ª Divisão de Infantaria da F.E.B.* [s.l.]. S.G.M.G. Gabinete Fotocartográfico, 1947.

POCHARD, Jean. Les Diables bleus: Les Chasseurs Alpains en Savoie. L'histoire en *Savoie Revue trimestrielle historique* n. 57, mars, 1980. Disponível em: https://www.ssha.fr/images/com_hikashop/pdf/gratuit/chasseurs_alpins_en_savoie.pdf Acessado em: 6 set. 2024.

RICCIOLI, Jean-Louis. La deuxième bataille des Alpes: printemps 1945 [article]. *Cahiers de la Méditerranée*. Année 1996, 52, pp. 93-118.

TRAITÉ de Paix avec l'Italie. [online]. 10-02-1947. Consulted on 07 set.-2024. Retrieved from <https://www.cvce.eu/s/95>.

WEINBERG, Harry L. Coles, ALBERT K. *United States Army in World War II. Special Studies...: Civil affairs: soldiers become governors*. Government Printing Office. 1964

WILDGEN, John K. The Liberation of the Valle d'Aosta, 1943–1945. *Journal of Modern History*, n. 42, v. 1, 1970.



Johny Santana de Araújo é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI); do Programa de Pós-graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política ambos na UFPI. É Socio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; membro do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército integrado a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, e investigador colaborador junto ao Grupo de Investigação de História Militar do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.



Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

HISTÓRIA – CULTURA – BRASIL

www.dphcex.eb.mil.br